UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

PRISCILA PETRI RALLO

**A configuração de conflitos sociais e ambientais nas franjas da metrópole
de São Paulo: o caso de Juquitiba**

Versão Corrigida

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**A configuração de conflitos sociais e ambientais nas franjas da metrópole
de São Paulo: o caso de Juquitiba**

Versão Corrigida

Priscila Petri Rallo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Simone Scifoni

De acordo:

São Paulo

2014

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não teria sido possível sem ajuda e colaboração de muitas pessoas. Agradecer-lhes é o mínimo que eu poderia fazer.

Primeiramente, agradeço a meus pais Cecília e Luiz, por me apoiarem nessa escolha, mas, antes, por terem me mostrado valores ao longo da vida que me direcionaram a ela. Talvez sem perceber, suas intermináveis discussões na cozinha sobre injustiças, questões ambientais, entre outros tópicos, me levaram a querer saber mais a respeito do mundo. Agradeço, principalmente, à minha mãe, que sem hesitar me estendeu a mão quando precisei me dedicar totalmente à pesquisa, viabilizando isso materialmente.

Agradeço à professora Simone Scifoni, por ter aceitado orientar esta dissertação e, depois, por toda sua contribuição, paciência e olhar crítico em sua construção.

Agradeço aos professores Glória Alves, Luís Venturi e Rosalina Burgos que estiveram nas bancas de qualificação e defesa, pelas contribuições para a melhoria do trabalho, assim como a professores ministrantes dos cursos de pós-graduação, que ajudaram no direcionamento da discussão teórica contida aqui.

Agradeço à grande amiga e comadre Mayumi, através da qual ouvi falar pela primeira vez de Juitiba, objeto deste estudo.

Agradeço ao Daniel, seja pelo apoio em todas as fases da pesquisa, seja pelo auxílio na elaboração dos mapas, ou simplesmente por sua amizade, que só cresceu com a convivência.

Agradeço aos colegas do “Grupo de Pesquisa Geocanábico”, pelas conversas construtivas e por colorirem meu cotidiano nos últimos 3 anos.

Agradeço ao Herbert, grande batalhador em prol da causa operária, pelas conversas que me iluminaram o marxismo.

Agradeço às queridas Cristina e Luciana Conceição, pelos incansáveis debates e “viagens” que só somaram às minhas reflexões.

Agradeço a Rafael Moranga e Francis Diego, por terem me mostrado a Juitiba real e espontânea, vista pela perspectiva de quem, com orgulho, mora nela. Ao Rafael agradeço,

ainda, pelo carinho, pelo abrigo durante as visitas de campo e pela disponibilização de dados e mapas que fizeram toda a diferença para a pesquisa.

Agradeço ao funcionário Toninho da Seção de Obras da Prefeitura Municipal de Juquitiba, pela atenção prestada e disponibilização de mais dados e mapas.

Por fim, agradeço aos moradores do bairro Jardim das Palmeiras, por me receberem literalmente de portas abertas e concederem entrevistas. Agradeço, sobretudo, ao Allan, quem muito atenciosamente me deu detalhes sobre o bairro e seus habitantes.

O produto final dessa jornada coletiva não poderia ser dedicado senão a vocês.

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

APM - Área de Proteção de Mananciais

APP - Área de Proteção Permanente

APRM - Área de Proteção e Recuperação de Mananciais

CBA - Companhia Brasileira de Alumínio

CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas

COHAB - Companhia de Habitação Popular

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico pertencente à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Fundação SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

HIS - Habitações de Interesse Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA - Instituto Socioambiental

PEA - População Economicamente Ativa

PESM - Parque Estadual da Serra do Mar

PHLIS - Plano Habitacional de Interesse Social

PIB - Produto Interno Bruto

PMDI - Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Juquitiba na RMSP.....	2
Figura 2. Mapa da localização de Juquitiba entre a RSMP e o Vale do Ribeira.....	3
Figura 3. Mapa do Plano Diretor de Juquitiba.....	4
Figura 4. Imagem de satélite referente ao bairro Jardim das Palmeiras em relação ao centro de Juquitiba.....	8
Figura 5. Imagem de satélite referente ao bairro Jardim das Palmeiras em Juquitiba/SP.....	12
Figura 6. Fotografia aérea georreferenciada da APP do córrego do bairro Jardim das Palmeiras e da respectiva ocupação a ser removida.....	30
Figura 7. Mapa do sistema de transporte da RMSP.....	35
Figura 8. Mapa das APPs da APRM da sub-bacia Alto Juquiá-São Lourenço, que inclui Juquitiba.....	37
Figura 9. Mapa das Áreas de Proteção da Natureza da RMSP, com destaque para Juquitiba.....	40
Figura 10. Mapa do uso do solo da APRM Alto Juquiá-São Lourenço, com localização de Juquitiba.....	43
Figura 11. Mapa da evolução da mancha urbana da RMSP, com destaque para Juquitiba.....	54
Figura 12. Ranking da população dos municípios da região sudoeste da Grande São Paulo...	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Taxa de Crescimento da População (Percentual e População Absoluta) 1970-2010.....	57
Tabela 2. Estabelecimentos por Setor em Números Absolutos – 1970-2010.....	58
Tabela 3. Empregos por Setor em Números Absolutos – 1970-2010.....	58
Tabela 4. Índices Sociais de Juititaba em Comparação com a Capital – 1980-2010.....	67
Tabela 5. Domicílios Particulares Permanentes de Juititaba por Tipo de Domicílio (Percentual e Números Absolutos) em 2000 e 2010.....	71
Tabela 6. População Economicamente Ativa (PEA), Pessoas de 10 Anos ou Mais (Des)Ocupadas na Semana de Referência e Pessoas (Des)Empregadas em Juititaba 2000 e 2010.....	74
Tabela 7. Aspectos Econômicos de Juititaba e sua Comparação com a Capital.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução dos Domicílios Urbanos de Juititaba (Percentual) – 1970-2010.....	56
Gráfico 2. Crescimento Demográfico de Juititaba e dos Municípios da Sub-região da RMSP que Mantêm Maior Relação Espacial com o Mesmo (Percentual) 1970-2010.....	62
Gráfico 3. Residentes por Lugar de Nascimento (Percentual) – 2000 e 2010.....	63
Gráfico 4. Evolução do Número Absoluto de Domicílios Particulares Permanentes dos Municípios do Sudoeste Metropolitano que mais se Relacionam Espacialmente com Juititaba 1970-2010.....	64
Gráfico 5. PEA que Realiza Deslocamentos Pendulares (Percentual) – 2000.....	66

Gráfico 6. Participação dos Setores no Valor Adicionado em Juquitiba (Milhões de Reais Correntes) – 2009.....	78
---	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Tabelas.....	90
-------------------------------	-----------

Tabela 8. Evolução da Taxa de Natalidade (Percentual) – 1970-2011.....	90
--	----

Tabela 9. Domicílios Permanentes Particulares por Número de Cômodos em Juquitiba (Percentual) – 1970-2010.....	90
--	----

Tabela 10. Vínculos empregatícios por Setores da Economia (Percentual) (2011).....	91
--	----

Tabela 11. Total de Receitas Municipais Arrecadadas (em Reais Correntes) – 2000-2009.....	92
---	----

Tabela 12. Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita em Reais – 2002-2007.....	91
---	----

ANEXO 2 - Reportagem publicada no Caderno Cotidiano do Jornal Folha de S. Paulo em 17 de julho de 2012.....	93
--	-----------

ANEXO 3 - Frente e verso do mapa turístico de Juquitiba.....	94
---	-----------

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Resultados do trabalho de campo no bairro Jardim das Palmeiras.....	95
---	-----------

RESUMO

A proposta deste trabalho é investigar a constituição de conflitos entre moradia e proteção da natureza nas mais longínquas periferias (frangas) da metrópole de São Paulo para trazer à tona uma questão maior: a reprodução da urbanização crítica dessa metrópole, que extrapola os limites territoriais contíguos e contínuos de seu tecido espraiado, avançando e instaurando-se em fragmentos próprios do período mais recente de sua expansão urbana. Para tal feito, partiu-se da análise de um fragmento específico: o município de Juquitiba, pois, integralmente inserido em áreas de mananciais e detentor de parte da mata conservada da metrópole, ele vem testemunhando nas últimas décadas considerável crescimento populacional. Usou-se o método materialista dialético para situar a problemática dos conflitos em uma totalidade espacial, qual seja, a metrópole de São Paulo, num movimento constante de expansão da periferia urbana que promove a ocupação das áreas naturais protegidas por lei mais distantes do centro da capital. O método regressivo-progressivo, por sua vez, possibilitou encontrar no tempo o fundamento, os processos, os sujeitos e as contradições que estão por trás dessa expansão urbana geradora de conflitos, estes reduzidos pela lógica dominante a uma mera questão ecológica. Esse percurso teórico adotado pôde melhor explicar o que o trabalho de campo e a análise de leis e dados estatísticos diziam sobre a realidade estudada. As descobertas encontradas permitiram nos posicionar contra a linha de pensamento que responsabiliza a moradia do mais pobre pela degradação da natureza e pelo impedimento a uma possível saída para a crise de abastecimento de água na metrópole, considerando que as águas de Juquitiba são fortes candidatas a abastecimento dessa região no futuro. Assim, o trabalho procurou demonstrar que a expansão da periferia urbana de São Paulo, a qual está na base de seu processo de urbanização, é contraditória no sentido de se dar sob a expulsão dos moradores mais pobres para áreas sem infraestrutura e cada vez mais distantes devido à lógica do capital que valoriza áreas centrais bem equipadas e precariza as condições de trabalho, ocasionando grande segregação socioespacial e deteriorando as condições sociais e ambientais nas periferias metropolitanas.

Palavras-chave: Conflitos, Moradia, Natureza, Reprodução da Metrópole de São Paulo, Periferias Urbanas.

ABSTRACT

The propose of this work is investigate how conflicts between housing and protection of nature take place in the most far periphery of São Paulo metropolis to bring up a larger issue: the reproduction of critical urbanization of this metropolis which goes beyond the territorial boundaries of his contiguous and continuous sprawling, advancing and introducing themselves in fragments of the latter period of his urban expansion. For this, we analyze a specific fragment: Jquitiba, because it is a fully inserted into watersheds area municipality and owner of part of the metropolis's forest kept while in recent decades it has witnessed considerable population growth. We used the dialectical materialist method to situate this problem in a spatial totality, namely the metropolis of São Paulo, in a movement of ever-expanding urban sprawl that promotes occupation in far natural areas protected by law. The regressive-progressive method, in turn, allowed finding in the historicity of metropolis the reasoning, processes, subjects and contradictions that are behind the urban sprawl that generates conflicts, these reduced by dominant logic to a mere ecological issue. This theoretical path could explain better what the fieldwork, the analysis of laws and the statistics said about the reality studied. The findings of this work allowed us stand against the line of thought that blames the poorest housing for the degradation of nature or for preventing a possible solution to the crisis of supply water in the metropolis, if we can think that waters of Jquitiba are strong candidates for supply this region in the future. Thus we tried demonstrate the expansion of the urban periphery of São Paulo, which is the basis of its urbanization process, is contradictory in order to be done under the expulsion of the poorest residents to more distant and "poor" areas as a result of logic of capital that value central and well-equipped areas and undermines the work conditions promoting a large socio-spatial segregation and deteriorating of social and environmental conditions on metropolitans peripheries.

Key words: Conflicts, House, Nature, Metropolis of São Paulo Reproduction, Urban Peripheries.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – JARDIM DAS PALMEIRAS: CONFLITO ENTRE MORADIA E PROTEÇÃO DA NATUREZA.....	7
2.1 – A compreensão do bairro pelo trabalho de campo	11
2.2 – Resultados.....	15
2.3 – O espaço produzido no Jardim das Palmeiras	20
2.4 – Uso e apropriação do espaço	21
2.5 – A favela e a APP.....	26
3 – JUQUITIBA E A CONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA.....	34
3.1 – As políticas ambientais nos anos 1970	36
3.2 – As políticas ambientais nos anos 1980	44
3.3 – As políticas ambientais após os anos 1990.....	46
3.4 – Os diferentes interesses pela natureza de Juquitiba.....	50
4 – JUQUITIBA NA ESPACIALIDADE DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO	53
4.1 – Até 1970: cinturão rural e área de lazer da metrópole de São Paulo.....	55
4.2 – De 1970 a 1990: área de lazer, natureza protegida e fronteira urbana da metrópole de São Paulo	59
4.3 – Juquitiba de 1990 aos dias de hoje: intensificação do papel de fronteira urbana da metrópole de São Paulo	68
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	90
APÊNDICES	95

1 – INTRODUÇÃO

“Os valores daqueles idos, comparados aos de hoje, no entanto, eram outros; as mais mínimas coisas, os menores acontecimentos, tomavam corpo, adquiriam enorme importância.”
Zélia Gattai

A expansão urbana de São Paulo tem alcançado nas últimas décadas outros municípios e áreas naturais protegidas por lei, configurando uma das maiores metrópoles do mundo. Lefebvre (2008) afirma que esse processo expansivo segue como tendência mundial na qual a sociedade caminha para uma urbanização completa, hoje virtual, amanhã real.

Esta pesquisa tratará dos conflitos de ordem espacial decorrentes de tal expansão urbana, cujo caráter difuso, contraditório e desigual acaba encontrando o limite da natureza e a perda da qualidade de vida, o que coloca em primeira ordem a necessidade de mediação do Estado.

A expansão urbana desigual que produz os lugares da metrópole de São Paulo em função dos interesses da reprodução do capital é notada na apropriação socialmente diferenciada do espaço em que classes mais elitizadas habitam locais valorizados, rodeados de áreas verdes, infraestrutura e equipamentos urbanos enquanto as classes menos favorecidas habitam, de forma cada vez mais adensada, escassos locais desvalorizados e carentes de infraestrutura, muitas vezes áreas de mananciais e beiras de córregos.

A **questão central** desta pesquisa situa-se na configuração do conflito que nasce a partir da moradia em áreas de proteção da natureza, no caso, as margens de rios em Áreas de Proteção de Mananciais.

A questão será analisada a partir de um fragmento da Grande São Paulo¹ que evidencia essa problemática ambiental: o município de Juquitiba. Este está localizado entre a Região Metropolitana de São Paulo, do ponto de vista administrativo, e o Vale do Ribeira, do ponto de vista hidrográfico, como consta na figura 2 a seguir.

¹ Mais do que uma divisão político-administrativa, a noção “fragmento” dialoga com o processo de urbanização que resulta numa metrópole socioespacialmente fragmentada.

Figura 1. Mapa de Juquitiba na RMSP

Juquitiba na Região Metropolitana de São Paulo

Fonte dos dados: IBGE

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000

Escala: 1:1.000.000

Fonte: Priscila Petri Rallo

Legenda

- Região Metropolitana de São Paulo
- São Paulo
- Juquitiba
- Cidades da Região Metropolitana de São Paulo
- Cidades do Estado de São Paulo

Figura 2. Mapa da localização de Juititiba entre a RSMP e o Vale do Ribeira

Fonte: ISA, 2005. In: Carrilho, 2009.
Adaptado por Priscila Petri Rallo.

Ainda com um legado rural e extensas áreas de florestas e mananciais conservadas, esse município integralmente inserido em Área de Proteção e Recuperação de Manancial e detentor de inúmeras Áreas de Preservação Permanente vem testemunhando um crescimento populacional ligado a classes mais pobres atraídas por terrenos mais baratos ou sem custo algum.

A ideia de pesquisar o conflito entre moradia e proteção da natureza em Juititiba surgiu com um trabalho de consultoria que seria prestado em 2009 à Secretaria de Turismo da Prefeitura. Ele consistia na elaboração de um Programa de Educação Ambiental a ser praticado no então futuro Parque Ecológico de Juititiba com a finalidade de conscientizar a população da importância da natureza, já que na fala institucional determinados modos de moradia estariam a degradá-la. Apesar da criação do parque e da consultoria não se

concretizarem, o conflito social e ambiental posto no município despertou interesse em se buscar na ciência geográfica um entendimento mais profundo da questão.

Figura 3. Mapa do Plano Diretor de Juitiba

Fonte: Prefeitura Municipal de Juitiba. Lei nº 1.507/2007 (Plano Diretor Estratégico do Município de Juitiba).

O bairro de Juitiba escolhido para ser estudado foi o Jardim das Palmeiras porque demonstra claramente esse conflito; constituído na margem da Rodovia Régis Bittencourt, ele cresceu significativamente em população, tornou-se um dos aglomerados urbanos do município e passou a abrigar uma favela na beira do córrego Ribeirão dos Urus.

Mais do que um conflito, essa favela expressa uma contradição da metrópole, a de se expandir mediante a expulsão de classes mais pobres para as periferias urbanas, territórios de expropriação, pobreza e escassez da riqueza produzida (BURGOS, 2008), socioeconomicamente falando, e, no caso de Juitiba, distantes dos grandes centros, geograficamente falando, em razão do acesso à moradia através da propriedade privada e das simultâneas valorização de espaços centrais e depreciação do trabalho, o que leva esse município predominantemente rural até três décadas atrás, desconectado fisicamente da

mancha urbana contínua de São Paulo e até hoje com a maior parte do território não urbanizado a abrigar uma favela, moradia auto-construída de forma precária, ilegal, cotidiana e espontânea (RODRIGUES, 1994), que é característica de grandes cidades da metrópole como São Paulo, Embu das Artes ou Taboão da Serra.

Pretende-se, a partir disso, construir uma explicação para o surgimento de favela em pleno município de Juquitiba. O que faz esses trabalhadores pobres urbanos, sobrados dos mais diversos setores produtivos e que buscam “lugar nos interstícios do urbano com suas *estratégias de sobrevivência*” (BURGOS, 2008, p. 44), não morarem adequadamente na cidade?

O **objetivo** da pesquisa é justamente compreender melhor essa contradição e analisar seu conflito com as políticas ambientais, vistas aqui como importantes meios de salvaguardar a mata, a água e a paisagem natural restante da metrópole.

Para explicar a contradição de essa população de fora ir morar em favela de beira de córrego num município como Juquitiba e o decorrente conflito, é necessário que outras duas questões sobre Juquitiba sejam contempladas: como se deu a proteção legal da natureza ali? E quais são os elementos envolvidos em seu processo de urbanização? Tais questões serão desenvolvidas, respectivamente, no segundo e terceiro capítulos, após a apresentação do bairro Jardim das Palmeiras, que comporá o primeiro.

A pesquisa buscará compreender tal contradição espacial baseando-se no materialismo dialético²: partindo de uma totalidade, qual seja, a metrópole de São Paulo. O bairro Jardim das Palmeiras e sua favela, assim como todo o município de Juquitiba, não se explicam a partir de si mesmos, mas sim inseridos no contexto metropolitano que, ao “atribuir” funções a Juquitiba ao longo do tempo, influenciou nas transformações de seu espaço e sua vida cotidiana.

O conceito de tecido urbano desenvolvido por Lefebvre (2008) nos ajuda a entender a inserção de Juquitiba na totalidade metropolitana. Esse termo refere-se não apenas à mancha urbana contínua de São Paulo, mas também a espaços que, mesmo não ligados a ela fisicamente, absorvem o modo de vida urbano, isto é, todo um sistema de objetos e valores norteados pelo consumo e por relações de produção capitalistas.

² De acordo com Lefebvre (1995), o método materialista dialético analisa uma realidade determinada, isto é, situada no tempo e no espaço, mostrando seus dois lados, encontrando suas contradições e integrando, complementando e relacionando os elementos que a compõem sem deixar, no entanto, estes perderem suas peculiaridades.

Não seria possível compreender a contradição sem considerar também o movimento de transformação do município no movimento maior da metrópole, demonstrando que o presente não se explica por si só, mas por sua associação com o passado histórico. Para tanto, esta pesquisa utilizará o método regressivo-progressivo apontado por Lefebvre (2008) que busca o fundamento dessa contradição no tempo, na sua historicidade, enfim, dentro de seu movimento de constituição.

Trabalho de campo e análise de dados estatísticos sobre população, economia e condições de vida auxiliarão nessa empreitada.

Como se pode perceber, o caminho adotado para compreender a questão central – moradia em Juquitiba em conflito com a proteção institucional da natureza – insere a problemática ambiental no seio da discussão sobre o urbano sem tratá-la separadamente. Nessa perspectiva, sugere-se que a necessidade de proteger a natureza e de sanar o déficit habitacional são prioridades igualmente fundamentais e não uma oposição entre dois aspectos. Desse modo, esse caminho ajuda a problematizar o senso comum que responsabiliza favelas pela degradação, apontando que, na verdade, tanto a degradação ambiental quanto a social são consequências de um mesmo modelo de produção do espaço urbano.

Apesar de esse caminho requerer uma atitude investigativa profunda acerca da questão, ele não pretende esgotá-la no que se refere ao saber, uma vez que ela é real e dinâmica, e o conhecimento, também em constante construção teórica, tenha de acompanhar seu movimento.

2 – JARDIM DAS PALMEIRAS: CONFLITO ENTRE MORADIA E PROTEÇÃO DA NATUREZA

“[...] a favela é o quarto de despejo de uma cidade.”
Carolina Maria de Jesus

Este capítulo apresentará o palco do conflito – o bairro Jardim das Palmeiras – por meio de leitura, análise demográfica e trabalho de campo, o qual ajudou a identificar o perfil dos moradores, a situação socioeconômica deles e as condições da vida local.

Antes de mais nada, o bairro Jardim das Palmeiras, de função residencial, embora haja um pequeno comércio em sua centralidade, está sendo aqui pensado enquanto lugar: categoria de análise que Carlos (2007) usa para designar a representação concreta, real e determinada do espaço, já que é a porção deste apropriável para a vida, logo, a de formação das representações sociais e do sentimento de pertencimento, o que lhe garante singularidade sem, todavia, escapar à tendência ao homogêneo, num mundo globalizado. É no lugar que a produção do espaço se realiza, ou seja, localmente, no nível do cotidiano, onde não só acontecem o viver, habitar, trabalho e lazer, mas também os conflitos do mundo moderno, afirma a autora. Isso implica dizer que o Jardim das Palmeiras é um espaço determinado e ao qual seus moradores sentem-se pertencentes, visto que é um produto histórico constantemente construído e apropriado por eles em suas atividades de trabalho e lazer. Às vezes é modificado pelo Estado e evidencia conflitos.

Assim sendo, pensar o Jardim das Palmeiras é pensar um bairro situado na margem da Rodovia Régis Bittencourt e a 6 km de distância do centro do município de Juquitiba, com acesso a ele pela rodovia, vide figura 4 em seguida.

É pensar também o único bairro planejado do município constituído a partir do loteamento de uma propriedade rural, em 1974, cujos preços acessíveis dos lotes atraíram os primeiros moradores: jovens casais migrantes da classe trabalhadora em busca da casa própria e qualidade de vida, os quais não são os moradores da favela.

Visando obedecer à Lei Municipal nº 22 de 1969³, o planejamento do bairro reservou a Área de Preservação Permanente (APP) da margem do Ribeirão dos Urus, um braço do

³ Código de Obras que estabeleceu normas para aprovação e execução de habitações residenciais e loteamentos.

Figura 4. Imagem de satélite referente ao bairro Jardim das Palmeiras em relação ao centro de Juquitiba

Localização do bairro Jardim das Palmeiras em Juquitiba/SP

Fonte dos dados:
Imagem de satélite - Google Earth
Vetores - IBGE

0 300 600 1.200 1.800 2.400 Metros

Fonte: Priscila Petri Rallo

Sistema de Coordenadas Geográficas: GCS - WGS -1984

1:35.000

Rio São Lourenço, o qual corre atrás do bairro, além de reservar lotes para as construções da Escola Estadual e da Igreja central Santa Rita de Cássia (LEITE; ROCHA; ABES, 2011).

Com tais espaços coletivos, importante valor de uso foi garantido a esse lugar, contudo, pode-se dizer que este também já “nasceu” com valor de troca, devido ao investimento que alguns fizeram na compra de mais de um lote para, quem sabe, lucrar com a valorização imobiliária futura (LEITE, ROCHA, ABES, *op. cit.*, 2011).

A venda dos lotes ainda disponíveis e a revenda daqueles primeiros adquiridos com vistas ao lucro realizaram-se nas décadas seguintes com a chegada dos novos migrantes, o que marca uma primeira transformação do bairro, pois sua urbanização, caracterizada por constante fluxo migratório e aumento de população, área construída e diversidade cultural, seguiu a ponto de ele e bairros próximos formarem um dos aglomerados urbanos do município⁴, ainda que não “à altura” de grandes aglomerados encontrados metrópole afora.

Para que se tenha uma noção de seu tamanho, segundo o censo do IBGE de 2010, o setor censitário que abrange a sua quase totalidade⁵ contava com 330 domicílios e 37 estabelecimentos de naturezas variadas, com destaque a pequenos comércios e serviços voltados para automóveis. A população desse setor totalizava, no mesmo ano, 1.058 residentes⁶, predominando as faixas etárias de 25 a 59 anos.

O conceito que pode dar conta da transição rural-urbano pela qual passou, até hoje não totalmente completa, é o de tecido urbano. “[...] essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias” (LEFEBVRE, 2001, p. 18), sem, no entanto, deixar de inseri-los nas relações de trocas comerciais, mesmo que de forma injusta, esboçando a perda de antigos modos de vida.

É compreensível que esse bairro tenha experimentado o modo de vida rural, visto que foi aberto no período em que Juquitiba situava-se no cinturão verde da metrópole e, por consequência, ainda predominavam no município empregos e domicílios de caráter rural, conforme será explicitado no capítulo 3. Por isso, os moradores mais antigos do Jardim das

⁴ Atualmente, quase todos os lotes estão ocupados e já desponta ao redor do bairro um anexo urbano, formado, de um lado, pela favela e, de outro, por outros tipos de moradias, que não seguem seu planejamento e, por isso, apresentam uma paisagem urbana diferente.

⁵ Só não abrange o bairro todo - contando uma favela ali existente - porque são desagregadas dessa unidade territorial as propriedades maiores, menos adensadas e situadas num cinturão verde que o contorna.

⁶ Não obstante o trabalho de campo tenha permitido perceber maior número de residentes e domicílios, embora não tenha realizado o trabalho de contagem como o censo.

Palmeiras transitaram por anos a cavalo, de carroça ou a pé em caminhos ainda de terra; do mesmo modo, as casas costumavam ter uma horta no quintal, as crianças iam ao centro de Juquitiba por uma trilha dentro da mata e nadava-se no hoje poluído, assoreado e, em parte, aterrado Ribeirão dos Urus.

Em compensação, apesar do entorno rural do bairro em escala municipal, os lotes deste já foram divididos em tamanhos menores que propriedades rurais e as ruas e quadras foram planejadas. Dessa forma, ainda que poucos lotes fossem ocupados de início, as pessoas moravam próximas umas das outras e mantinham contato rotineiramente.

Logo chegou eletricidade, assim como mercado e umas poucas e pequenas lojas de roupas, acessórios, materiais escolares e artigos domésticos. E a maior parte das pessoas não costuma trabalhar no campo desde o começo (as que o faziam ou fazem geralmente vão para sítios fora do bairro), mas em pequenas indústrias e, sobretudo, no setor de comércio e serviços.

Hoje, significativa área do bairro é construída e ele proporciona contato entre pessoas de diferentes origens em função das migrações, sem falar da relação de alguns moradores com os grandes centros, principalmente para trabalhar.

Essas características, por si só urbanas, convivem com algumas práticas rurais que restaram, como caminhos ainda de terra e hortas nas casas, além dos últimos sítios e chácaras antigos, mas são de fato os signos modernos que vêm prevalecendo na estética e cotidiano do bairro: muros e grades que tomam o lugar de antigas cercas, passarela na estrada para pedestres, TV, DVD, internet e TV a cabo dentro das casas, revenda de roupas e acessórios do bairro comercial Brás localizado no centro expandido de São Paulo e necessidade de carro para facilitar o cotidiano, pois o transporte público para São Paulo é escasso: passa apenas duas vezes por dia, para levar e trazer trabalhadores.

Com o tempo, o Jardim das Palmeiras dividiu-se, grosso modo, em três partes (ilustradas na figura 5 que segue):

1) área central: próxima da rodovia, inclusive com acesso por ela. Nessa área situam-se as casas provenientes do loteamento, habitadas por uma classe trabalhadora. Por resultarem de um loteamento planejado, aprovado pelo poder público e registrado em cartório, os lotes dessas casas são regulares ou irregulares⁷. Uma casa é sofisticada e bem

⁷ Lote regular é aquele que faz parte de um loteamento aprovado pelo poder público, registrado ou não em Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e cuja execução da obra se dá em conformidade ao ato da aprovação ou às

estruturadas, já outras, simples e pouco estruturadas. Nessa área localizam-se também o comércio, a praça, a área de lazer e a Paróquia Santa Rita de Cássia, entre outras igrejas.

2) cinturão verde: inicia-se na borda da rodovia e contorna a área central. Predominantemente em seu lado direito estendem-se sítios e chácaras não previstos pelo planejamento, mas que nem por isso são irregulares, e que funcionam na maior parte dos casos como primeiras ou segundas residências recentes de uma elite e, em ocasiões mais raras, como sítios e chácaras antigos de famílias de origem rural que sempre dependeram do cultivo de produtos agrícolas para consumo e venda, ou seja, como forma de sobrevivência.

3) APP da margem do Ribeirão dos Urus: localizada no lado esquerdo do bairro, foi perdendo seu objetivo de preservação ambiental para ser habitada por trabalhadores pobres urbanos (BURGOS, 2008) ou desempregados vindos predominantemente da Grande São Paulo, Minas Gerais e nordeste do Brasil, constituindo uma favela, autodenominada por eles de “COHAB”, o que é curioso, pois não se trata de uma edificação da Companhia de Habitação Popular e pode demonstrar o desejo desses moradores em serem inseridos nessa política habitacional militar, cujo modelo já é tão discutível hoje.

2.1 – A compreensão do bairro pelo trabalho de campo

Para compreender melhor o bairro e seu processo de produção do espaço, foi realizado ao longo de julho de 2012 um trabalho de campo⁸. Um mês é considerado tempo suficiente para ultrapassar o que o senso comum entende do local e para poder verificar e interpretar as estatísticas demográficas e leituras referentes.

normas aplicáveis, já lote irregular é aquele cujo loteamento foi aprovado, mas cuja execução da obra se deu em desconformidade ao ato da aprovação ou às normas aplicáveis. Existem ainda os lotes clandestinos, cujos loteamentos não possuem nem a aprovação do poder público, resultando inviabilizada a matrícula e individualização dos respectivos lotes para execução de obras. Fonte: Cabral e Mendonça. Registro de Loteamentos Urbanos: orientações básicas. Goiás: Ministério Público do Estado de Goiás, 2011. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/04/03/14_43_16_73_orientacoes_basicas_registro_loteamentos.pdf (2014).

⁸ Apesar de se ter conseguido analisar o cotidiano em dias úteis e aos finais de semana, em diversos períodos do dia, julho de 2012 era o único mês disponível para se realizar uma pesquisa prolongada como esta. Então o bairro foi analisado durante período de férias escolares, o que pode ter direcionado para algumas conclusões que, quiçá, não seriam as mesmas se a pesquisa fosse realizada em outros períodos do ano.

Figura 5. Imagem de satélite referente ao bairro Jardim das Palmeiras em Juquitiba/SP

Bairro Jardim das Palmeiras em Juquitiba/SP

Fonte dos dados:
Imagem de satélite - Google Earth
Vetores - IBGE

0 45 90 180 270 360 Metros

Fonte: Priscila Petri Rallo

Sistema de Coordenadas Geográficas: GCS - WGS - 1984

1:6.000

O trabalho de campo resultou em um roteiro de entrevista, uma técnica qualitativa, com inserção de algumas poucas perguntas fechadas, característica de questionário, esta, uma técnica quantitativa, apesar de traduzir a qualidade de determinada realidade, além de deixar os entrevistados expressarem livremente suas histórias de vida, uma vez que elas compõem a história do bairro, o que é característica de depoimento oral, outra técnica qualitativa, segundo Venturi (2011). A mescla dessas três técnicas efetuou-se tanto na fase de elaboração e aplicação, quanto na fase de coleta, sistematização e análise de dados e resultados: as questões fechadas tiveram as respostas semelhantes agrupadas de modo a apontarem para uma quantificação, já as questões abertas tiveram primeiramente as respostas transcritas de forma indireta (e as julgadas mais importantes, de forma direta) e depois tiveram suas partes pertinentes selecionadas e expostas também de modo a agruparem-se e quantificarem-se. Para fins de seleção e organização de tantas informações coletadas durante o campo, foi montado posteriormente um quadro para cada questão, quer fosse fechada, quer fosse aberta, com as respectivas respostas sintetizadas e ordenadas, e análises feitas. Os resultados estão o tempo todo presentes neste capítulo, mas estão também reunidos e sistematizados num quadro em apêndice ao final do trabalho.

As questões foram pensadas em uma ordem que pudesse ser seguida naturalmente durante a aplicação. Assim, as duas primeiras estão relacionadas às histórias de vida e do bairro, abrangendo perguntas como: por que foram morar lá, de onde vieram e há quanto tempo? E a terceira está mais associada às condições de vida, moradia e trabalho hoje, para entender-se quem são esses moradores, afinal.

Em meio às conversas surgiram informações dispersas a respeito da apropriação e do uso do espaço na vida cotidiana do bairro, mas como essas informações são amplas e subjetivas, não foi possível agrupá-las e quantificá-las como as demais no quadro de resultados. As passagens consideradas mais importantes foram, então, transcritas e depois diluídas no subitem “Uso e apropriação do espaço” deste capítulo.

Foram selecionadas para aplicação da entrevista doze famílias (de um total de aproximadamente oitocentas⁹, segundo o morador A¹⁰) de diferentes níveis de escolarização, origens, tempo de vivência no bairro e classes sociais, das quais uma é da “alta sociedade” e

⁹ Este número de famílias fornecido pelo morador é alto para os 330 domicílios que o IBGE concluiu haver no setor censitário do bairro em 2010. Evidencia-se essa discrepância com o fim de comparação e reflexão sobre a incoerência e relatividade dos dados. O que poderia explicar tal diferença é o crescimento populacional do bairro em dois anos ou um elevado número de famílias morando no mesmo domicílio. A falha em uma das fontes também não pode ser descartada.

¹⁰ Expôs-se apenas a inicial dos nomes dos entrevistados para preservar suas identidades.

mora em chácara, oito pertencem à classe média ou de baixa renda e moram nas casas regulares ou irregulares e as outras três famílias pertencem à classe pobre ou menos favorecida e moram na favela da beira do córrego.

O número baixo de entrevistas com chacareiros se deve à dificuldade em achá-los ou mesmo em vê-los transitando pelo bairro, o que demonstra pouca participação deles nesse espaço e em seu cotidiano; os chacareiros de segunda residência são ainda menos integrados a esse cotidiano. O número também baixo de famílias entrevistadas da classe pobre se deve à dificuldade em adentrar o adensado, intimista e vicinal espaço da favela e, assim, acessar suas casas, que serão descritas em momento oportuno, bem como se deve ao receio que esses moradores têm de conceder informações a terceiros pela condição ilegal em que vivem, em termos de moradia e trabalho. Encontrei dificuldade em me aproximar deles por muitos acharem tratar-se de fiscalização ambiental ou pesquisa política, pela coincidência com o período de propaganda eleitoral na “época”.

O que facilitou a aplicação dos roteiros de entrevista no bairro como um todo foi o fato de cada entrevistado indicar outro e assim sucessivamente. Em algumas ocasiões entrei nas casas e conversei com toda a família, já em outras entrevistei apenas um representante do lado de fora. Houve casos em que apliquei roteiros a moradores que se encontravam na rua ao acaso e não estavam previstos, mas que contribuíram com informações importantes.

E para apurar o entendimento sobre esse lugar – o bairro – no sentido de enxergá-lo mais de perto e de dentro utilizei como pano de fundo durante todo o campo uma ferramenta própria do conhecimento antropológico, a etnografia urbana, um meio de compreensão das formas de sociabilidade e uso do espaço através da observação da vida cotidiana, deslocando a análise de uma metrópole abstrata e comandada por uma ordem distante, “[...] como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro” (MAGNANI, 2002, p. 14) para uma metrópole concreta, diversa e vista por uma ordem próxima, como resultado de ações de moradores que influenciam na produção de diferentes lugares, por mais que as variadas “tribos urbanas” – em sentido metafórico – caminhem em direção a um único processo de homogeneização.

Categorias de análise como pedaço, mancha e trajeto utilizadas na etnografia urbana mostraram-se úteis para apreender a vida cotidiana no Jardim das Palmeiras. O pedaço, aplicável ao espaço equivalente ao bairro, “[...] supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”

(MAGNANI, *op. cit.*, 2002, p. 20); é o espaço intermediário entre o público e o privado, onde se desenrola uma sociabilidade mais ampla que as familiares e mais restrita que as formais da sociedade, permitindo situar padrões de sociabilidade no abstrato, amplo e anônimo espaço urbano.

A mancha, aplicável ao bairro quando ele se abre para os “de fora” em ocasiões pontuais, é a categoria adequada para explicar espaços cuja base física é mais ampla, “[...] permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências e sem o estabelecimento de laços mais estreitos” (MAGNANI, *op. cit.*, 2002, p. 20), dado que o pedaço já não é suficiente para conceituar esse processo. A mancha cede lugar para encontros imprevistos e combinatórias mais variados: “[...] sabe-se que tipos de pessoas ou serviços se vai encontrar, mas não *quais*” (MAGNANI, 2002, p. 20). Essa categoria consegue dar conta do convívio entre os diferentes em um mesmo espaço.

Os moradores do “Jardim” circulam entre outros pedaços e manchas seguindo uma determinada lógica, por meio de escolhas entre as várias alternativas. Esses caminhos não aleatórios são os trajetos. Estes abrem o bairro em direção a outros pontos, para o público, onde regem outras lógicas.

2.2 – Resultados

Baseando-se, então, nos dados obtidos com o trabalho de campo amparado pela etnografia urbana, pode-se afirmar, quanto à origem, que o único entrevistado das chácaras nasceu no interior paulista, mudando-se para a capital e, depois, para o Jardim das Palmeiras com objetivo de trabalhar como advogado para a Prefeitura Municipal de Juquitiba. “Como já estava vindo duas vezes por semana pra cá pra tratar com a prefeitura, pensei em me mudar de vez”, comenta ele, o Dr. M. No entanto, a tranquilidade, segurança, liberdade e contato com o verde do bairro se mostraram fatores determinantes para sua decisão.

Metade da amostra entrevistada que mora nas casas regulares ou irregulares, isto é, quatro pessoas de oito, nasceu no Paraná, 25%, duas pessoas, no município de São Paulo, 12%, uma pessoa, no nordeste (Ceará) e 12%, uma pessoa, é natural de Juquitiba. 38%, três desses entrevistados, migraram para outros municípios ou para diferentes bairros dentro de um mesmo município antes de chegar ao Jardim das Palmeiras. Os motivos para eles terem

ido para lá são, nessa ordem, oportunidade de trabalho (nas chácaras de segunda residência e em São Paulo, relativamente próximo), preço barato dos lotes, tranquilidade, segurança, facilidade de se instalar pela proximidade da família e melhores condições de vida. Para Seu A, antigo morador dessa área central e de classe mais pobre, a duplicação da rodovia na década de 1990 aumentou a migração.

Dos três entrevistados que moram nas casas clandestinas da favela “COHAB”, 66%, dois deles, nasceram em São Paulo (capital) e 33%, uma, no nordeste (Bahia), também passando por São Paulo antes de chegar ao Jardim das Palmeiras. Esta, junto a outro entrevistado, soma os 66% da amostra de moradores da “COHAB” que mudaram para outros bairros ou municípios antes de chegar ao Jardim das Palmeiras; ela veio do bairro da Consolação (capital) e outro entrevistado, natural do bairro da Vila Matilde (também capital), migrou para a periferia da Zona Leste antes de se mudar para o Jardim das Palmeiras. Distintamente da classe média, os principais motivos que os levaram até o bairro, a partir desses três depoimentos, foram o baixo custo com habitação, por não terem gastos com aluguel ou prestação da casa própria, mas muitas vezes tendo de dividir terreno com familiares; a “expulsão” de São Paulo e de municípios vizinhos com a elevação do aluguel e da violência; e a oportunidade de trabalho, que em geral está ligada à prestação de serviços na metrópole e em chácaras e casas sofisticadas do próprio bairro. Atributos desse lugar à parte, a escolha para eles morarem lá é, primeiro, a necessidade/estratégia de inserção na metrópole, ou melhor, em suas periferias.

No que diz respeito aos períodos de migração, o morador da chácara, embora muito conhecido, é recente no bairro, chegando em 2010. As chácaras de primeira residência, em geral, são mais recentes que os outros tipos de moradia.

São dois os principais períodos de migração para as casas (ir)regulares: de um lado, a década de 1970, com a “inauguração” do bairro e a chegada dos primeiros residentes, e de outro, a última década, de 2000 a 2010, com a chegada dos residentes mais recentes induzidos pela duplicação da rodovia.

Os moradores da favela também vieram morar no bairro nas décadas de 70/80 e 2000. Inclusive, foram eles os que mais apresentaram crescimento populacional na última década¹¹. Além de serem de uma classe mais pobre que a dos demais moradores do bairro, são de uma origem mais diversificada: mineiros, paulistas, cariocas, baianos, pernambucanos.

¹¹ Segundo o morador W.

Os moradores mais recentes de todo o Jardim das Palmeiras se diferem dos mais antigos; antes era atraída para lá uma classe trabalhadora mais homogênea e vinda preferencialmente do sul do país, nas últimas décadas, a classe trabalhadora atraída para o “Jardim” é mais diversificada no que se refere à origem, vinda mais de São Paulo e nordeste, e aqui está uma importante contribuição da cultura nordestina para Juquitiba e, consequentemente, para o Jardim das Palmeiras: “Uma coisa que eles não deixam passar é a festa junina, isso ficou muito forte em Juquitiba”, conta Seu A. A classe trabalhadora atraída para o Jardim das Palmeiras nas últimas décadas é mais diversificada, também, no que se refere ao nível socioeconômico: desde desempregados e trabalhadores pobres urbanos (precarizados) até trabalhadores bem remunerados e elite, embora se tenha notado preponderância de uma classe de baixa renda, já que o setor econômico que mais emprega os moradores é o terciário não avançado e a mecânica de automóveis, que é considerada do setor industrial.

Acerca de um perfil mais exato dos entrevistados, o chacareiro de primeira residência, de 68 anos, não precisa sair de Juquitiba para trabalhar. Advogado, portanto, do setor terciário avançado, ele pertence a uma classe média alta. Apesar de usar serviço de saúde privado, tem à disposição o posto de saúde público do bairro. Como todos os domicílios dali, o dele não possui rede de esgoto da Sabesp, mas sua residência é muito bem equipada dentro de um terreno grande situado no cinturão arborizado de chácaras e a falta de arruamento onde mora não parece afetá-lo da maneira como afeta os moradores da favela que moram em ruas estreitas e igualmente sem asfalto. Ele costuma frequentar São Paulo a lazer e, quando precisa, a trabalho.

Os entrevistados das casas (ir)regulares possuem idades variadas. Entre dois carpinteiros antigos, cujo capital cresceu no mesmo ritmo do bairro, um mecânico e motorista de caminhão, três comerciantes, um “chapa”¹² e um instrutor de *rafting*, esses trabalhadores da classe média e média baixa do bairro são do setor terciário não avançado, com exceção do mecânico, que é do setor industrial. Segundo Seu A, o aumento populacional do Jardim das Palmeiras ocasionou maior competição por trabalho e serviços oferecidos à pequena clientela do município. A empresa multinacional Benfixa localizada próxima – produz parafusos e ferros em geral – emprega quase 100 pessoas e 15% dos trabalhadores desse bairro, sendo

¹² “Chapa” é uma espécie de guia do motorista de caminhão. Como facilmente se pode observar, muitos empregos e estabelecimentos do bairro são gerados em função de sua localização na beira da rodovia, pois são serviços de apoio a ela.

uma das únicas opções de trabalho para eles, no mais, os trabalhos estão restritos ao pequeno comércio, às chácaras e sítios, aos postos de gasolina, restaurantes de beira de estrada, borracharias, mecânicas de automóveis, construção civil e serviços públicos, como na escola e no posto de saúde. A disputa por trabalho fez com que mais moradores passassem a fazê-lo em São Paulo, onde há maior demanda por serviços, até mais que no centro de Juitiba. Assim, metade dos entrevistados das casas (ir)regulares trabalha em municípios maiores da metrópole, especialmente São Paulo. Quando as casas do Jardim das Palmeiras já estavam quase todas construídas, o trabalho de carpintaria de Seu J e Z diminuiu e eles precisaram oferecê-lo fora, como no litoral paulista, no Vale do Ribeira e principalmente na capital. “Às vezes eu fico três meses fora, mas o comum é ficar uma semana”, diz Seu J.

Como dito há pouco, ainda não chegou a esses moradores rede de esgoto da Sabesp, restando a fossa séptica como alternativa, o que também indica más condições de vida. Contudo, eles têm direito aos serviços públicos de educação e saúde do bairro, que, ao contrário, é um indicador de qualidade de vida. A condição de moradia dessas pessoas, em geral boa, depende da classe a que elas pertencem: mesmo no centro do bairro, há casas novas e antigas, grandes e pequenas, sofisticadas e simples, mas todas em ruas panejadas, de tamanho padrão e próximas ao ponto de ônibus localizado no acostamento da rodovia. É comum encontrar nessa parte famílias que constroem pequenos comércios em seus terrenos para garantir uma fonte de renda. Pelo fato do loteador não ter completado a urbanização como constava na planta, algumas ruas também são de terra, o que desvaloriza os correspondentes lotes e casas, estas habitadas por uma classe de mais baixa renda. Dos entrevistados dessas casas (ir)regulares, ninguém demonstrou ser afetado por grandes problemas urbanos como tráfico de drogas e violência, exceto a família de Seu A, que afirmou sofrer com assaltos e precariedade no transporte público.

O maior contato que esses entrevistados têm com a metrópole é efetuado por meio do trabalho, estudo ou compras. Apenas uma minoria (38% - relativos a três pessoas) pratica lazer na cidade de São Paulo e isso se torna mais raro na medida em que os moradores são mais pobres. “Eu vou todo dia, mas não vejo a hora de voltar. Nem resolvo nada em São Paulo, não perco tempo lá”, diz N. Como o bairro já não é suficiente para o lazer dos adolescentes como o é para as crianças, estes o buscam no Shopping Center de Taboão da Serra, sendo uma parcela representativa da população que realiza por meio do lazer e consumo a conexão com a metrópole. Esse fato intui a lógica da reprodução da metrópole incompleta (a qual será discutida no capítulo 3), que se alastra inserindo esses trabalhadores

nas periferias não só territoriais, mas sociais, isto é, à margem dos conteúdos do urbano ou daquilo que ele poderia vir a ser para esses trabalhadores: não apenas o consumo.

Dos entrevistados da favela “COHAB”, de idades entre 37 e 63 anos, um está atualmente desempregado e para fazer “bicos” às vezes precisa sair do município, outra é empregada doméstica e outra, dona de casa. Significa dizer que, baseando-se neles, os moradores da favela são desempregados ou trabalhadores pobres urbanos (precarizados do setor de serviços) e, por isso, de baixa renda. Seu J, morador da área central regularizada, acrescenta que muitos dos nordestinos e nortistas que vivem ali não conseguem emprego e recebem a bolsa-família. Isso e os chamados “bicos” são as formas que esses trabalhadores pobres urbanos encontram para sobreviver na metrópole; exceto a bolsa-família, trata-se das estratégias que, por conta própria, eles precisam criar para se inserirem no mundo do trabalho capitalista. Entre essas “infinitas” estratégias observadas durante o trabalho de campo, por sinal muito inventivas dada a necessidade, e utilizadas também pelos moradores de mais baixa renda das casas (ir)regulares do bairro, estão a oferta da força de trabalho dos já mencionados “chapas”, a construção de comércio nos grandes terrenos das casas centrais e, exclusivamente na favela, a fragmentação dos terrenos ocupados em tamanhos cada vez menores e construção de “puxadinhos” para aluguel, além da produção de pão caseiro.

De acordo com Z, morador de uma casa regularizada no centro do bairro, “[na favela] tem barracos que tem tudo, TV, Sky, carro bom, morando lá dá pra guardar dinheiro [...] Tem vários tipos de família na COHAB”. Mas apesar do esforço desses trabalhadores da favela, a renda por eles “levantada” não é suficiente para conseguirem sair da condição precária, ilegal (nas lentes do Estado) e de risco onde moram; nessa parte do bairro, mora-se em casas pequenas, simples, de alvenaria ou madeira, numa área que inunda em períodos de chuva. Quanto mais próximas do córrego, mais precárias são as casas.

Como é característico em favelas que não receberam intervenção do poder público, a “COHAB” não é atendida por serviços urbanos básicos como calçamento e arruamento (tal qual indicado por uma entrevistada), coleta de lixo, tratamento de água e saneamento (conforme indicado pelos três entrevistados dali) – a eliminação do esgoto é feita na superfície do solo ou no córrego. Eletricidade e água encanada são providas pelo Estado a dois entrevistados e a terceira os acessa através do chamado “gato” feito por seus familiares. Eles discursam ter mais contato com problemas urbanos como tráfico de drogas, violência e precariedade no transporte público. E o maior vínculo deles com a metrópole é efetuado por meio do trabalho. Apesar disso tudo, esses moradores, assim como os de fora da favela, têm

acesso aos serviços públicos de educação, saúde e transporte fornecidos no próprio bairro, ainda que de forma diferenciada: os médicos, por exemplo, não fazem consultas domiciliares na favela como o fazem nas casas centrais do bairro.

Outro importante indicador de qualidade de vida no bairro é o bom nível de uso e apropriação social de seus espaços e equipamentos públicos por todos, independentemente de suas classes. Mais adiante será mostrado como isso se dá.

2.3 – O espaço produzido no Jardim das Palmeiras

Como citado neste capítulo, o bairro não foi produzido¹³ de modo uniforme, caracterizando-se por 3 diferentes realidades: a área central (das casas regulares ou irregulares), a favela e o cinturão verde (das chácaras e sítios). Processos mundiais, da ordem distante, que incidem sobre esse bairro, e sobre Juquitiba como um todo, e que contribuem para a sua atual configuração socioespacial desigual serão debatidos com mais propriedade no capítulo 3, mas, antes, recorrer-se-á brevemente aos conceitos de valorização e hierarquização espacial de Carlos (2007) para entender as diferenciações socioespaciais contidas ali.

Segundo a autora, a natureza dessa diferenciação está na divisão social do trabalho que produz diferentes usos e apropriações manifestados em morfologias espaciais diferentes. Ainda de acordo com ela, como o acesso às parcelas do espaço no sistema capitalista se dá pela propriedade privada, a apropriação delas pelo indivíduo dependerá de seu poder aquisitivo, ou seja, da sua posição em uma sociedade hierarquizada em classes sociais e do conflito entre essas classes, lembrando que cada vez mais parcelas do espaço – bem necessário à sobrevivência – vêm sendo introduzidas no circuito econômico como fontes de renda geradas a proprietários monopolistas, tornando-as cada vez mais escassas e caras, e suprimindo, por conseguinte, seu uso livre para moradia e lazer.

O que define o valor do espaço é trabalho social fixado nele, o qual varia de acordo com o desenvolvimento das respectivas forças produtivas, que são subordinadas às necessidades, exigências, objetivos e valores de determinada sociedade. Na sociedade atual, a produção de infraestrutura, a proximidade com áreas verdes e o papel e grau de inter-relação com o espaço global são fatores de valorização espacial.

¹³ No capítulo 3 será discutido o que se entende por produção do espaço.

Tal valorização gera hierarquização entre as parcelas de espaço, de modo que as que possuem mais fatores como esses são valorizadas e só podem ser apropriadas pelas classes de maior poder aquisitivo, enquanto as que possuem poucos ou nenhum desses fatores são precarizadas, desvalorizadas e acabam sendo as únicas opções de apropriação pelas classes mais pobres.

Como o Estado é um dos agentes que produzem o espaço urbano, provendo-o de equipamentos coletivos dentre os quais estão hospitais, escolas, água, luz, telefone, transporte, entre outros, e não atua de forma homogênea em função de múltiplos determinantes, ele contribui com essa hierarquização espacial.

Nas palavras de Rodrigues (1994, p. 20), a “[...] heterogeneidade de atuação [do Estado] no espaço urbano acentua uma ‘valorização’ diferencial de uma área para outra”.

Isso posto, a divisão social do trabalho, a cisão entre classes sociais, as obras públicas e os preços dos imóveis – mais ou menos valorizados: casas novas ou antigas, grandes ou pequenas, sofisticadas ou simples, próximas ou distantes do centro, do verde, da rodovia – repercutem nos diferentes usos e morfologias, nas diferentes apropriações, nas diferentes condições de moradia e, enfim, nas diferentes realidades dentro desse mesmo bairro, que podem ser claramente vistas nas fotos adiante.

2.4 – Uso e apropriação do espaço

No que se refere à vida cotidiana e à apropriação social do espaço, observou-se durante o trabalho de campo que existe significativa fruição do Jardim das Palmeiras e de seus equipamentos expressa nos encontros no mercado, nas igrejas, no posto de saúde, na praça, no campo de futebol e nas escolas, que também estão registrados nas fotos adiante.

Muitas das brincadeiras infantis observadas ali ainda são coletivas e acontecem na rua (esconde-esconde, pipa e bola), significando que o *vídeo game* e computador não dominam totalmente o cotidiano desse pedaço. Os jovens, após as aulas vespertinas e durante as férias, se encontram na praça para tomar lanche e conversar sobre as últimas novidades. Na verdade, a praça é apropriada por vários grupos dependendo do dia e horário: aos finais de semana por idosos e no meio da semana à tarde por homens desempregados, por exemplo.

Vista do Jardim das Palmeiras a partir da passarela que liga os dois lados da rodovia. Nota-se facilmente na foto um lote ainda disponível para construção e seu significativo tamanho. Fonte: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 15h00.

Duas casas localizadas na área central e regularizada do Jardim das Palmeiras. Fonte: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 15h30.

Vista de uma parte da favela a partir da laje de uma casa localizada na última rua planejada do bairro; do outro lado da rua começa a favela, que se estende pela várzea do córrego. As casas da frente, mais visíveis e mais bem construídas, foram as primeiras a surgir nessa favela. Fonte: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 15h30.

Estas três fotos mostram os diferentes ângulos de uma mesma chácara localizada na parte do cinturão verde do Jardim das Palmeiras mais próxima da área central. Fonte: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 15h30.

Em sentido horário: o mercado, o espaço de lazer do bairro e dois ângulos da Escola Estadual Pedra Branca. Exatamente nos dias em que as fotos foram registradas, os espaços não estavam sendo usufruídos pelos moradores, no entanto, o uso desses espaços pôde ser observado em outros momentos do trabalho de campo. Fonte de todas as fotos: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013, uma quarta-feira, às 16h00.

O jardim de entrada do bairro pela rodovia com um ponto de ônibus instalado. Fonte de todas as fotos: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 16h00.

À esquerda, a praça principal do bairro por inteira abrigando a Paróquia Santa Rita de Cássia e, à direita, uma foto mais aproximada da praça sendo usada por seus moradores jovens. Fonte de todas as fotos: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 16h00.

O bingo mostrou ser uma opção de lazer muito comum de integração entre os moradores e de apropriação dos espaços público e privado: quando não ocorrem os bingos grandes organizados pela igreja, ocorrem os menores organizados pelas famílias em suas casas. Futebol é outra opção de lazer no bairro, que tem dois times formados por jovens, um chamado Jardim e o outro Flamenguinho (hoje extinto). Chegou-se até a organizar um time feminino chamado Flamenguinhas, que hoje também não existe mais. Há um campo de

futebol na centralidade do bairro, onde estão localizados também o mercado, a praça e a paróquia, e outro ao lado da “COHAB”, ambos sempre frequentados.

Aos sábados e domingos, inclusive nas férias, a Escola Estadual promove o programa Família na Escola com atividades culturais e esportivas, o que indica que ela, mais do que um equipamento de alfabetização e formação de alunos, é um equipamento que proporciona encontros e apropriação social.

A família, a vizinhança, o cooperativismo e as festas lúdico-religiosas despontaram como pilares da formação das relações sociais tecidas nesse bairro. A família, porque o grau e a solidariedade de parentesco ali é comum; tanto na favela quanto na área central planejada, uma vez determinada família estabelecida, ela atrai parentes (filhos, genros, noras). Do mesmo modo, as festas religiosas, e ao mesmo tempo profanas, ao lado das tarefas de cooperação, unem e vinculam famílias e sujeitos. Moradores que não se relacionariam em outras ocasiões se reúnem nesses momentos.

A casa do Z é exemplo de hospitalidade e uso comunitário. Donas de casa entram em sua casa sem bater no portão, que fica sempre aberto, para colher hortaliças, bem como crianças entram para pegar bicicleta e bola emprestadas – nunca houve problemas de devolução.

Os moradores são tão próximos socialmente que no bar de S é comum o acordo de pagamentos por caderneta baseado na confiança mútua, sem o uso impessoal do contrato utilizado nos grandes centros.

Isso prova que o amplo, fragmentado e constantemente modificado tecido urbano de São Paulo abriga simultaneidades, desde relações de produção capitalista, baseadas na submissão, no consumo, no contrato, na burocracia e no anonimato, que imperam nos centros de negócios, até relações intimistas e estreitas que se dão em bairros residenciais ou tradicionais nas áreas centrais, mas, principalmente, nas periferias, como é o caso do Jardim das Palmeiras. Estas últimas relações são importantes resíduos do modo de vida moderno que se deflagra na metrópole atual, caracterizado pela perda de espaços públicos para encontros e pela desapropriação do tempo do trabalhador para relações sociais mais duradouras e momentos de lazer e ócio, resultando em relações efêmeras.

Diferente disso, o uso do espaço urbano do Jardim das Palmeiras contribuiu para que se formassem nele relações sociais permanentes, bem como um sentimento de pertencimento, uma identidade local e um reconhecimento mútuo entre os moradores; ele ajudou a criar as

representações sociais deles sobre a vida. Essas representações guiam o modo de vida dali, que é definido por regularidades que todos reconhecem e praticam, dividindo os mesmos sinais e convivendo sob as mesmas regras. Embora seja composto de ampla diversidade de migrantes, pode-se dizer que o Jardim das Palmeiras emerge como um lugar cultural e socialmente coeso, pois quase todos os moradores se reconhecem e estranham quem é “de fora”. Isso talvez ocorra pela sua relativa distância dos grandes centros ou de outros bairros, o que gera certo isolamento e maior convívio e intercâmbio entre seus moradores, tornando-se, mais do que uma posição geográfica, uma unidade diferente de qualquer outra.

Entre as regularidades encontradas no bairro estão a cordialidade, civilidade, segurança, tranquilidade, confiabilidade, necessidade de uns aos outros, participação pela melhoria do bairro, estranhamento com os “de fora” e a lógica da escolha por morar lá. Os que não exercem a cordialidade e civilidade, por exemplo, são excluídos dali. Assim aconteceu com novos moradores da “COHAB” banidos ao tentar assaltar outros moradores, bem como com antigos moradores da área planejada que se mudaram por não aceitarem conviver com a classe desfavorecida da “COHAB”.

Ao mesmo tempo em que o espaço urbano do bairro permitiu que ali se produzissem relações sociais e uma identidade local, o inverso também sucedeu, pois o sentimento de pertencimento fez com que os moradores transformassem e continuassem transformando esse espaço. Exemplo disso são as obras importantes feitas por eles sem a intervenção do Estado (algumas através da Associação de Moradores) como a construção do espaço de lazer, a iluminação de parte do bairro paga com arrecadação de dinheiro dos moradores, os mutirões periódicos para limpeza das ruas e a contratação do paisagista que fez o jardim na entrada pela rodovia. Após o término do paisagismo, ficou acordado entre as famílias influentes no bairro que o jardim seria dividido para cada qual cuidar de uma parte. Perguntamos ao A, entrevistado integrante dessa família, se esse esquema funcionou, pois se uma família não cuidasse, estragaria o trabalho de todas as outras. Ele respondeu que o que acontece é exatamente o oposto: como todos sabem qual parte do jardim pertence a quem, todos cuidam ao máximo para manter a “fama” de organizados e de “bom gosto”. Cada família emprega seu toque peculiar, umas o utilizando como roça, outras para exibição. Dessa forma, o simples cuidado com o jardim da entrada do bairro é uma maneira de se garantir status entre eles e de exibir aos “de fora” um símbolo local.

Todos os entrevistados no trabalho de campo, sobretudo os das casas (ir)regulares e o chacareiro, se mostraram engajados e participantes das questões do bairro. Eles sabem que o município é protegido pela lei de mananciais e que isso implica certo “atraso econômico” e conflito com a falta de saneamento básico. Ao conversar com S, moradora da área central e dona do bar que é ponto de encontro dos trabalhadores do “Jardim”, ela deu uma explicação diferente de todas que já ouvimos sobre a falta de saneamento no bairro: “porque este tipo de obra é feito debaixo da terra” e não é visto pelos cidadãos como as estradas, escolas e hospitais, que interferem mais positivamente na popularidade da prefeitura.

As formas de apropriação do espaço urbano e sociabilidade aqui expostas apontam que, em que pese a “clássica” presença da propriedade e da reprodução das relações de produção que colocam alguns limites ao uso livre desse espaço específico, este demonstra ser um lugar na metrópole onde se exerce significativamente o uso, colocando em evidência o plano do vivido que, segundo Seabra (1996), é o plano constituído pelas dimensões da existência, da espontaneidade, dos sentidos e dos instintos da vida: o afetivo, o imaginário, o sonho, o prazer e a possibilidade da obra, da produção do espaço como tal através de atos criadores. Nesse plano do vivido é possível perceber o registro do usador, aquele que, em sua ordem de estratégias, usa o espaço urbano sem mediação, pois “[...] já se recusa o caminho institucional, até porque o uso pode, no limite, ter-se tornado vital” (SEABRA, *op. cit.*, 1996, p. 79).

2.5 – A favela e a APP

Foi dito, rapidamente, que a APP do córrego ocupada constitui uma favela, possuindo uma realidade diferente do restante do bairro.

Para Rodrigues (1994), uma favela pode ser definida como uma ocupação carente de infraestrutura, juridicamente irregular e ilegal (em que a propriedade refere-se somente à edificação e não ao papel que oficializaria a compra do terreno), e ocupada de forma individual e cotidiana por famílias que possuem um único objetivo em comum: o de morar.

O IBGE agrega a essas características a variável quantitativa: uma favela “[...] diz respeito a um aglomerado [subnormal] de pelo menos cinquenta domicílios”. Até a contagem de 2010 pelo instituto, o aglomerado urbano da beira do córrego do Jardim das Palmeiras não

havia atingido este número e, portanto, não era considerado favela. Já em 2013, entretanto, tal aglomerado possuía 150 unidades habitacionais, morando uma média de 5 pessoas em cada qual, totalizando 750 moradores urbanos consideravelmente aglomerados, de acordo com a Seção de Obras da Prefeitura Municipal de Juitiba.

No que tange ao aspecto da ocupação e transformação espacial, esse espaço foi produzido da seguinte forma: até a década de 1990, as primeiras terras eram relativamente grandes e mais distantes do córrego. Sozinhas ou com a ajuda de familiares e amigos, as famílias ergueram suas próprias casas, normalmente de alvenaria. Com o passar do tempo, essas terras foram mais e mais divididas para construção de novas casas a serem vendidas, alugadas ou cedidas para parentes recém-chegados, ao mesmo tempo em que terras cada vez mais próximas do córrego foram ocupadas por novas famílias que passavam a morar em casas menores e mais precárias (de madeira), o que gerou, notadamente a partir de 1998, alto adensamento na APP do córrego, de acordo com D, morador entrevistado de fora da favela.

Esse tipo de construção é, no caso dos trabalhadores da favela¹⁴ e não no dos desempregados, uma “[...] magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, contabilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados” (KOWARICK, 1979, p. 61), já que se passa a não mais incluir nos salários dos trabalhadores custos com habitação, sendo eles os responsáveis pela construção de suas próprias casas, configurando, assim, um trabalho não-pago, dito de outra forma, sobre-trabalho.

Nessa favela, as vias de circulação são estreitas e sem pavimentação. As casas têm um só pavimento e, embora sejam consideravelmente adensadas, ainda existem alguns espaçamentos onde se pode edificar mais. As posteriores fotos buscam ilustrar um pouco a vida nessa favela.

Rodrigues (1994) ajuda a compreender a existência da favela enquanto processo. Para ela, sua causa é eufemisticamente atribuída à “atração” da cidade¹⁵, o que camufla a expulsão sucessiva de muitas terras por falta de condições de sobrevivência. Atrelados a isso estão os baixos salários, que impedem o pagamento de aluguéis. Assim,

¹⁴ Trata-se de trabalhadores em busca de uma possível inserção no contexto de espoliação da centralidade do urbano.

¹⁵ Segundo IBGE, “80% da população favelada mora nas regiões metropolitanas” e as favelas se expandem no ritmo do processo de industrialização-urbanização, “o que serve de um primeiro demonstrativo de que a chamada crise de habitação está mais concentrada onde também se concentra a produção” (RODRIGUES, 1994, p. 36).

[...] fica claro que morar na favela não é uma escolha, mas uma necessidade – para não morrer de fome. [...] A necessidade do *onde* e do *como* morar. Se não é possível comprar uma casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela. [Ela] é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto [...] Resultado também do preço da terra urbana e das edificações – mercadoria inacessível para a maior parte dos trabalhadores – a favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora (RODRIGUES, 1994, p. 40).

Devido à larga produção de favelas pelo país, elas vêm sendo um tipo de ocupação cada vez mais legitimado pelo próprio poder público, na medida em que se faz a regularização urbanística e fundiária, explica a autora.

A favela estudada, autodenominada “COHAB” pela maioria que mora nela¹⁶, mas que não é uma edificação da Companhia de Habitação, entra na estatística das tão recorrentes ocupações da metrópole em áreas “verdes” obrigatórias em todo loteamento. “Em geral estas áreas é que são ocupadas pelos favelados. Na maior parte das vezes são os locais [...] mais insalubres, o que também explica porque as favelas ocupam as ‘piores terras’” (RODRIGUES, *op. cit.*, 1994, p. 39).

É exatamente nesse local que se encontra o conflito/disputa pelo uso do espaço, seja para a expansão urbana formada pelos mais pobres expulsos dos grandes centros, seja para a proteção das águas com potencial para serem utilizadas no abastecimento público, o que se faz via remoção da favela. Portanto, esse conflito, apenas latente no momento¹⁷, evidencia dois problemas de equivalente peso: déficit de moradia e degradação ambiental na metrópole, ambos produtos de seu atual processo de reprodução.

A figura 6 mostrará a fotografia aérea da favela onde as habitações, ilegais do ponto de vista jurídico, estão demarcadas em vermelho, a APP, em verde, o traçado do córrego, em azul e a área desmatada, terreno de uma antiga olaria para onde os moradores serão eventualmente realocados pela prefeitura¹⁸, em amarelo.

¹⁶ Uma minoria que mora nela a chama de Comunidade da Rua das Camélias e os moradores de fora a chamam de favelinha.

¹⁷ O Estado ainda não interveio no sentido de eliminar as moradias para recuperar a integridade ambiental da área de maneira que a medida seja recebida com resistência pela população envolvida por esta não sentir seus interesses representados. É importante dizer, ainda, que a reprodução da vida desses moradores pode ser interrompida a qualquer momento pela prática/exercício da lei.

¹⁸ O benefício ambiental disso é discutível, pois, ainda que fora da APP, o terreno é muito próximo do córrego e a nova construção pode continuar poluindo este e o lençol freático.

A esquerda, construção sobre o córrego do Jardim das Palmeiras e presença de lodo de esgoto na maior parte deste. À direita, época de chuvas em que o córrego enche e inunda residências, obrigando os moradores a suspender os bens que conseguem salvar. Fonte: Rafael Moranga. 14/01/2010.

Casas da favela que, embora de construção precária, são providas de eletricidade, água e arruamento. Fonte: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 15h00.

Condições improvisadas de moradia e vida na favela: corredores estreitos, casas aprimoradas, reformadas ou ampliadas de acordo com a necessidade e possibilidade de seus moradores. Apesar disso, note-se a presença da antena SKY TV numa casa no canto esquerdo da última foto à esquerda. Fonte: Priscila Petri Rallo. 06/11/2013 às 15h00.

Figura 6. Fotografia aérea georreferenciada da APP do córrego do bairro Jardim das Palmeiras e da respectiva ocupação a ser removida

Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Juititba, 2010.
Adaptado por Priscila Petri Rallo.

Mas a realocação dependerá da mesma adquirir tal terreno, assim como de uma mudança na legislação ambiental que incide no local, visto que a Lei de Proteção de Mananciais congela o espaço de Juititba para usos urbanos e, desse modo, inviabiliza a implantação de habitações populares para cobrir o déficit de moradia municipal, como será detalhado no capítulo 2.

A Gestão da Prefeitura Municipal de Juititaba de 2010, por meio do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)¹⁹ – o primeiro programa habitacional do município – planejava reassentar moradores de favela em Habitações de Interesse Social (HIS), porém, a LPM impõe o lote mínimo de 500 m². Considerando este parâmetro, “[...] seria necessário um total de 736.000 m² para atendimento da demanda existente, isto representa quase um quarto da área delimitada como perímetro urbano no município” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA, 2010, p. 6). Buscar-se-iam, então, parâmetros diferenciados na criação da lei específica da sub-bacia Alto Juquiá-São Lourenço, substituta da LPM, sugerindo 80 m² como novo lote mínimo para HIS e totalizando uma área de 101.680 m² para atender a demanda de 2010, quando tal estudo foi feito. Outra alternativa seria, dentro da atual lei, a “[...] busca de licença especial junto aos órgãos estaduais responsáveis, visando à redução de parâmetros mínimos” para HIS (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA, *op. cit.*, 2010, p. 6). Com o novo parâmetro de lote seria possível realocar os moradores da favela no terreno ao lado.

Quanto ao aspecto da vida cotidiana e da apropriação social do espaço pelos moradores dessa favela, não se pode esquecer que ela se formou ao lado das casas (ir)regulares mais centrais e até mesmo das chácaras de alto padrão, levando a crer que o bairro, por menor que seja, por mais intenso processo de hierarquização que sofra e por mais diversidade cultural que tenha, demonstra convivência entre os moradores de classes menos favorecidas e os demais da classe trabalhadora ou mais abastada. “Aqui nos tratamos de igual pra igual”, nos conta C, morador da “COHAB”.

Através da pesquisa participante, foi possível observar que, apesar da gritante diferença na distribuição de serviços urbanos, nos tipos de habitação e nas condições de existência, em termos de sociabilidade, o bairro abriga a todos na medida em que, não sem descompassos, todos usam e apropriam-se dele e exercem participação social, cada qual à sua maneira e com função específica.

As famílias mais ricas, por exemplo, são as principais executoras de obras beneficentes utilizando-se de instrumentos e conhecimentos externos ao bairro, enquanto, às vezes, as mais pobres são caricaturalmente julgadas como preguiçosas ou sem iniciativa, mas

¹⁹ Este plano é ferramenta do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) implantado pelo Ministério das Cidades que repassa recursos para tal fim a municípios através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A prefeitura de Juititaba contratou a empresa de consultoria ItaGeo para executar o plano e, então, organizar uma estrutura política e jurídica para acessar o recurso necessário com vistas a solucionar o problema habitacional do município.

os benefícios das ações são, na maioria das vezes, direcionados a elas. “Eles participam por interesse, só que sobra mais trabalho pra gente”, diz Seu J, morador de uma casa regularizada. “O pessoal do Jardim é unido, mas quem faz trabalho comunitário não somos nós [referindo-se à “COHAB” em geral], é mais a família Girotto” (cujo chefe é Seu J), diz Dona P, antiga moradora da “COHAB”. Ela continua... “Nem todos se conhecem, mas todos se ajudam quando alguém precisa”. Essa união ficou perceptível num episódio trágico de inundação das casas da favela.

A aproximação entre os moradores da favela e os demais, além das atividades cooperativas, está no trabalho que prestam para estes, nos laços familiares entre eles, nas festas e na ausência de furtos e roubos por parte dos mais pobres, “ganhando” a confiança dos demais. Há uma relação anunciada, igualmente, no fato de alguns moradores, por comprarem ou construírem casas de forma barata na favela, pouparem dinheiro para depois comprarem um imóvel regularizado no “Jardim”. Assim, os que hoje são moradores da favela, amanhã poderão morar no bairro fora dela, afinal, eles não moram nela porque querem, como se costuma dizer aos quatro ventos.

Isso tudo leva à reflexão de que se, por um lado, essa população da favela, devido à pobreza e à lógica da sociedade capitalista, vive em condições habitacionais e ambientais precárias, distante dos grandes centros urbanos e à margem das principais decisões políticas, do planejamento, da tecnologia, da informação, das ofertas de emprego, dos melhores serviços e comércios e dos equipamentos de cultura e lazer, por outro lado, ao chegar ao Jardim das Palmeiras, ela acaba encontrando uma fuga de alguns elementos negativos desses centros que recaem sobre ou atingem primeiramente os mais pobres, tais quais a violência e a segregação socioespacial de âmbito local, deparando-se nesse bairro com bom nível de apropriação social do espaço e sociabilidade com o restante dos moradores, além do acesso a alguns serviços públicos fundamentais: duas escolas (uma até o ensino médio), um posto de saúde e transporte público para os grandes centros (apesar das distâncias e das tarifas de ônibus), onde, teoricamente, podem trabalhar, estudar e recrear-se.

Trata-se, assim, de uma forma típica da metrópole – a periferia urbana – dada num município “recém-urbanizado”, pequeno demograficamente e, portanto, tão diferente dos grandes centros.

Com isso, constata-se que esse bairro de Juquitiba é mais uma parte do tecido urbano de São Paulo beneficiando-se das facilidades do modo de vida urbano, mas, dialeticamente, absorvendo suas mazelas, que têm na favela seu emblema.

Conforme já comentado acima, como a inserção do bairro no tecido urbano de São Paulo é incompleta e peculiar, a adoção da lógica metropolitana fundada na propriedade, controle e coação não se completa totalmente ali (embora se vejam seus sinais), pois o bairro revela alguns elementos que resistem a ela talvez por sua distância dos grandes centros, nos quais ela é quase que inexorável. Arrisca-se dizer, então, que são tais resistências à lógica da metrópole, como a sociabilidade entre classes, os encontros e confrontos nos espaços públicos, a festa, a apropriação social do espaço, a tranquilidade e segurança, que fazem desse um lugar onde os moradores de baixa renda ainda têm possibilidade de apropriação social do espaço urbano, mesmo com todas as adversidades que encontram para reproduzir suas vidas. Entretanto, ainda estão longe de conquistar o direito à cidade, ou seja, o direito à vida urbana renovada, posto que lhes falta acesso à moradia digna. Vendo por esse lado, o uso e apropriação também acabam denunciando a condição de exclusão dali.

O olhar da vida cotidiana do “Jardim” permitiu transcender abstrações que julgam os moradores da favela como meros degradadores da natureza, migrantes ou pobres. Conhecendo a história de vida de alguns deles e as características do bairro, foi possível encontrar motivos fundamentais (provenientes de uma lógica maior) para a existência do conflito entre moradia e proteção da natureza.

3 – JUQUITIBA E A CONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA

É sabido que a expansão do tecido urbano desigual da metrópole paulistana vem modificando o espaço de Juitiba nas últimas décadas. O bairro Jd. das Palmeiras, apresentado no capítulo anterior, pode atestar esse processo.

Como será detalhadamente revelado no próximo capítulo, a despeito de Juitiba ainda possuir raízes rurais, vem assumindo mais recentemente na metrópole o papel de fronteira urbana pelo fato de apresentar crescimento populacional em contraste com precárias condições de vida e emprego da população.

E o aumento de ocupações dá margem a conflitos na produção desse espaço; é da expansão urbana desigual que partem os principais problemas de clandestinidade e degradação das áreas de mananciais e APPs do município.

Em face disso, a preocupação deste capítulo é esclarecer como se configura este conflito específico na perspectiva da criação de uma legislação ambiental que se impõe sobre o município.

Assim, a questão que deverá ser respondida neste momento do trabalho é: como foi construída a proteção da natureza de Juitiba que se choca com o crescimento de moradias? Isso permitirá contextualizar a proteção de suas águas e conhecer a proteção de outros elementos da natureza que também influencia na produção desse espaço, ao mesmo tempo em que o “prepara” para atividades econômicas que exploram a natureza “protegida”, como é o caso do ecoturismo e do lazer de segunda residência, estes, opostos à lógica da pobreza própria da periferia.

O eixo da Rodovia Régis Bittencourt, de expansão para a sub-região sudoeste da metrópole, à qual Juitiba faz parte, estende um padrão de ocupação periférico mais intenso em termos de pobreza e um elo mais fraco de reprodução do capital em comparação a outros eixos, como o das Rodovias Presidente Dutra e Castelo Branco, de expansão para nordeste e noroeste da metrópole, por onde se estendem condomínios de luxo e centros de negócios e compras. A figura 7 a seguir pode mostrar essas rodovias que saem da metrópole.

3.1 – As políticas ambientais nos anos 1970

A política ambiental mais antiga que incidiu sobre a natureza de Juquitiba remonta à década de 1930. Trata-se do Código Florestal de 1934, focado na proteção das matas e conhecido como a primeira legislação ambiental brasileira.

Quando o Código foi reformado em 1965²⁰ – mantendo o caráter restritivo e preservacionista importado dos países desenvolvidos –, devido à necessidade estatal de regular a proteção e o uso das florestas e produzir conhecimento científico sobre elas, impondo normas (tributação, fiscalização e punição) ao uso e direito de propriedade (tanto em perímetros rurais quanto urbanos), ele passou a vigorar sobre o território de Juquitiba, recém-emancipado de Itapecerica da Serra.

No primeiro instante, uma fiscalização mais eficiente implicou no gradual reflorestamento das matas, cuja madeira era extraída para produção de carvão demandada por São Paulo.

Foi essa reforma do Código que estabeleceu as tão numerosas Áreas de Preservação Permanente (APPs) (vide figura 8 que segue) correspondentes às florestas e demais formas de vegetação natural situadas em faixas marginais de rios ou outros cursos d'água, topos de morro e encostas com declividade superior a 45°, que não devem ser usadas para fins urbanos²¹. Portanto, num segundo instante, a reforma implicou num importante alerta aos riscos de se ocupar áreas críticas do ponto de vista físico.

Segundo Marcondes (1999), mundialmente falando, o modelo restritivo/preservacionista perdeu espaço na década de 1970 para teses conservacionistas/de ecodesenvolvimento preconizadas na Conferência da ONU realizada em Estocolmo em 1972, mas que vinham despontando já na década de 1960. A conferência procurou enfocar a perspectiva social como parte integrante da ambiental e reconheceu que a raiz dos problemas ambientais nos países de primeiro mundo era diferente daquela encontrada nos países em desenvolvimento, consistindo em pobreza, miséria, deficiências no abastecimento, habitação inadequada, falta de higiene, desnutrição e doenças.

²⁰ Lei Federal nº 4.771.

²¹ Segundo a lei, só é permitida a supressão total ou parcial de APPs, com prévia autorização do poder executivo federal, para execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social: atividades de proteção sanitária ou segurança nacional ou obras públicas de infraestrutura fundamentais como de transporte, saneamento ou energia.

Figura 8. Mapa das APPs da APRM da sub-bacia Alto Juquiá-São Lourenço, que inclui Juquitiba

Fonte: ISA (Instituto Socioambiental), Diagnóstico e delimitação da APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais) da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá.

Por isso, o conceito “meio humano” introduzido não surtiu muito efeito nos países em desenvolvimento – não conjecturou o enfrentamento do modelo econômico capitalista contraditório que muitas vezes provoca tais problemas.

Assim, as políticas ambientais incidentes em Juquitiba durante a década de 1970, entre elas a Lei estadual de Proteção de Mananciais (LPM)²² e a criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)²³, não absorveram por completo os princípios conservacionistas. Mesmo porque esse momento corresponde ao período de regime militar no Brasil, o qual, ao incorporar aos mecanismos de proteção fortes traços burocráticos e pouca articulação com a sociedade, reforçou o caráter antecedente restritivo e preservacionista que tendia a excluir problemas sociais do debate ambiental²⁴.

A LPM, como política de proteção das águas, surgiu em 1975, com a preocupação do Governo do Estado de São Paulo em determinar o uso devido do solo e dos recursos hídricos diante da acelerada expansão industrial/urbana de São Paulo, que já atingia áreas verdes, sustentáculos dos mananciais e cabeceiras de rios abastecedores, sem obras suficientes de tratamento de esgotos. Ela é parte do PMDI (Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado) criado em 1970 para gerenciar o crescimento populacional da metrópole (SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS, 1976).

Para frear a expansão urbana ou gerenciá-la nas áreas de mananciais, essa lei determinou “[...] a máxima população equivalente admissível na bacia, sua distribuição espacial e as eficiências dos tratamentos necessários” (SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS, *op. cit.*, p. 83), estabelecendo, assim, restrições diversas, parcelamento do solo, ocupação urbana, tipos de indústrias e densidades nas Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) pela lei instituídas. Estas tomaram mais de 50% da área metropolitana, nas quais também se prescreveu a correção gradativa de usos não-conformes.

Como se pode perceber, essa legislação funcionou como um sistema institucional de controle do espaço, por isso, o enxerga de forma funcionalista e unidimensional, dado que ignora os processos sociais atuantes em sua produção e acha possível o controle das forças

²² Lei nº 898 de 1975.

²³ Decreto Estadual nº 10.251 de 1977.

²⁴ Isso não impediu que surgissem movimentos ambientalistas contra a degradação ambiental decorrente do padrão de crescimento econômico e da técnica burocrática do militarismo, propondo vias de desenvolvimento harmoniosas com a conservação, sem, no entanto, citar as más condições sociais (como a pobreza) relacionadas às ambientais (DIEGUES, 1994).

expansivas do movimento urbano por modelos racionalistas de planejadores e urbanistas (MARCONDES, 1999).

Por abranger a área total de Juquitiba (vide figura 9 a seguir) e ser carregada de restrições, essa é a política ambiental que mais decide como deve ser feito o parcelamento, a ocupação e o uso de seu espaço, o qual foi nela incluído principalmente para proteger o Rio Juquiá, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape (SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS, 1976), de onde a SABESP pretende captar água para abastecimento da RMSP.

Muito embora nos anos 70 a metrópole começasse a expressar territorialmente os efeitos de uma economia globalizada, em que a pujança econômica não é acompanhada de desenvolvimento social, agravando problemas sociais e ambientais mesmo em meio a um “milagre econômico”, Juquitiba, cuja maior taxa de crescimento populacional se deu nessa década, ainda exibia uma população pequena frente às de outros municípios (inclusive os inseridos em áreas de mananciais), atividades econômicas pouco expressivas, intervenções antrópicas menos intensas e, portanto, conflitos irrisórios com a LPM, em razão de sua distância da capital, o que rendeu ao município extensas áreas de mata conservada se comparado aos padrões de degradação vistos na região metropolitana.

O que houve em Juquitiba nessa década foi a produção de lotes grandes compatíveis com o parcelamento do solo estabelecido pela legislação. Reforçou-se, assim, o uso e a função dessa região como lugar de segunda residência/chácaras de veraneio.

Por se tratar de uma década de desestabilização do setor produtivo e abertura para o desenvolvimento acelerado do setor financeiro, a “[...] especulação financeira passou a caracterizar aquele momento da economia brasileira” (VENTURI, 2001, p. 72), refletindo no setor imobiliário.

As transações comerciais de imóveis em Juquitiba se voltaram também para primeiras residências nos anos 70. Uma pequena alta no preço da terra em virtude da especulação imobiliária e de maior número de transações comerciais de imóveis associada ao relevante crescimento populacional aponta para um perfil de trabalhadores vindos de fora que ainda tinham condições, em sua maioria,

Figura 9. Mapa das Áreas de Proteção da Natureza da RMSP, com destaque para Juquitiba

de comprar casas/lotos regularizados²⁵.

As transações comerciais de imóveis em Jucituba se voltaram também para primeiras residências nos anos 70. Uma pequena alta no preço da terra em virtude da especulação imobiliária e de maior número de transações comerciais de imóveis associada ao relevante crescimento populacional aponta para um perfil de trabalhadores vindos de fora que ainda tinham condições, em sua maioria, de comprar casas/lotos regularizados²⁶.

Mas a partir da década posterior – anos 80, de recessão econômica²⁷ que, além de ter empobrecido ainda mais parte da população, reduziu os recursos do poder público para implantação de infraestrutura urbana voltada para ela – a legislação não obteve a eficácia que se esperava ali. A concentração de renda, a pobreza, a desigualdade social, a valorização imobiliária em áreas centrais da metrópole e a desvalorização de áreas de mananciais²⁸ levaram ao aumento da expansão urbana no município, recorrentemente em forma de adensamentos populacionais esparsos, precários e clandestinos²⁹, ocasionando maior poluição

²⁵ O foco deste trabalho não é a análise minuciosa do preço da terra, da quantidade de transações comerciais de imóveis e do nível de especulação imobiliária de Jucituba em diferentes períodos, portanto, para fazer tal afirmação, o trabalho baseou-se somente em leituras acerca dos bairros de Jucituba e em entrevistas concedidas por moradores do Jardim das Palmeiras, acreditando-se, aqui, que esse fragmento possa ajudar a entender o todo (município).

²⁶ O foco deste trabalho não é a análise minuciosa do preço da terra, da quantidade de transações comerciais de imóveis e do nível de especulação imobiliária de Jucituba em diferentes períodos, portanto, para fazer tal afirmação, o trabalho baseou-se somente em leituras acerca dos bairros de Jucituba e em entrevistas concedidas por moradores do Jardim das Palmeiras, acreditando-se, aqui, que esse fragmento possa ajudar a entender o todo (município).

²⁷ A recessão econômica de 1980 foi repercussão da crise econômica mundial pelo aumento do preço do petróleo. Ao mesmo tempo em que os EUA contiveram investimentos para países latino-americanos, passaram a cobrá-los, fazendo-os entrar em crise de dívida externa. A alta da inflação dominou o panorama das políticas públicas no Brasil. Foi um período de elevação dos impostos junto de baixos investimento e consumo internos. O baixo crescimento econômico barrou a elevação de empregos, da renda e do consumo, o que gerou um ciclo vicioso.

²⁸ A desvalorização de áreas de mananciais sob análise do município de Itapeverica da Serra é objeto de estudo da tese de doutorado de Luís Venturi (2001), leitura imprescindível para melhor entender esse processo até mesmo em outros municípios. O autor (2001, p. 77) identifica como fatores de desvalorização os efeitos imediatos das restrições da LPM: “os imóveis não poderiam mais ser divididos, o que provocou forte queda no volume de negócios” e “o mercado em baixa significou queda nos preços”. Além disso, não haveria mais investimento em infraestrutura básica por parte do Estado, o que, “se não desvalorizou, pelo menos impediu a valorização de praticamente todos os terrenos que ainda não dispunham dela”. Por fim, a expansão econômica, principalmente nos setores primário e secundário, dificultou-se em função da morosidade do processo de licenciamento de empreendimentos e da exigência de toda uma infraestrutura que encarecia o preço dos imóveis, tornando-os pouco comercializáveis.

²⁹ A LPM obtivera efeitos esperados na esfera da economia legal (notados no desestímulo a indústrias e paralisação do mercado imobiliário). Na esfera da economia informal é que sua intencionalidade frustrou-se, pois se formou nessas áreas um contexto fértil à clandestinidade e irregularidade. Pelas vias legais não havia alternativa para as populações de baixa renda, excluídas de políticas urbanas. “Sem opções, a única saída para a demanda reprimida por habitações passou a ser a clandestinidade e irregularidade. Aumentaram os desmembramentos não autorizados de lotes previamente aprovados (irregularidade) e aumentaram ocupações” em espaços desocupados sem aprovação prévia (clandestinidade) (VENTURI, 2001, p. 82). Isso porque a

das águas e desmatamento. Ficou claro, então, que esse instrumento legal não conseguiu barrar a dinâmica da urbanização metropolitana.

Já o PESM, política inclinada para a proteção das matas, foi criado para assegurar a proteção integral dos 7% da Mata Atlântica remanescentes do Brasil (a maior parte na Serra do Mar). O desmatamento no Estado de São Paulo se deu pela extração de madeira para produzir carvão necessário às indústrias da metrópole e pelas extensas plantações de cana-de-açúcar e café da região. O Parque veio também para minimizar os próximos impactos que essa área viria a sofrer com a construção da Rodovia BR-101 ao longo da Serra do Mar. Essa área ficou, então, destinada a finalidades educacionais, recreativas, científicas e de conservação de seu patrimônio cultural material e imaterial associado à floresta e a seus habitantes tradicionais (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, 1997).

A proteção integral do PESM restringiu atividades mais impactantes como a especulação imobiliária, agronegócio ou grandes indústrias de extração e propôs a conciliação da conservação ambiental com atividades pouco impactantes, como o uso indireto da natureza pela população tradicional ou pelo turismo e pesquisa científica.

Como se pode observar na figura 9, o PESM abrange uma porção de 5,35% do território de Jquitiba localizada ao sul (em sua maior parte no Núcleo Curucutu e, em menor, no Núcleo Pedro de Toledo³⁰), à época, a mais intocada pela atividade extrativista e por ocupações mais adensadas, provavelmente devido a sua distância da Rodovia Régis Bittencourt, indutora de urbanização; até hoje é ao longo da rodovia que Jquitiba apresenta a maior quantidade de ocupações de maiores densidades (vide figura 10 que segue).

A maior parte das atividades conflitantes com a conservação do Parque em Jquitiba não é de natureza urbana, mas sim rural: caça, extração de palmito, bromélias, resina, madeira, plantas ornamentais e expansão excessiva de monocultura na área do entorno. As atividades conflitantes de natureza possivelmente urbana são pressão por ocupação de áreas devolutas (toda propriedade privada dentro do parque é desapropriada) e especulação imobiliária, ambas terminantemente proibidas pelo Decreto, ao menos no papel.

fiscalização não funcionara bem, o que pode ser observado no baixo número de autuações de empreendimentos levantado pela pesquisa de Venturi.

³⁰ O decreto que criou o parque incorporou a ele uma série de reservas estaduais já existentes ao longo da serra, transformadas, então, pelo IF (Instituto Florestal) em núcleos, para melhor manejo (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, 1997).

Figura 10. Mapa do uso do solo da APRM Alto Juquiá-São Lourenço, com localização de Jucuitiba

Fonte: ISA (Instituto Socioambiental), Diagnóstico e delimitação da APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais) da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá.

3.2 – As políticas ambientais nos anos 1980

Os anos de 1980 inauguraram a abertura política no Brasil, mudando o rumo dos mecanismos ambientais, que passaram a se integrar mais a questões sociais e a ampliar a participação da sociedade civil nas decisões, seguindo a tendência internacional conservacionista repercutida pela Conferência de Estocolmo, não obstante ainda houvesse diferença entre o discurso e a ação, pois políticas autoritárias continuavam sendo instituídas e, assim, a participação efetiva da população não se sucedia de modo absoluto no país. A inflexão para o conservacionismo ou desenvolvimento sustentável no Brasil se deveu ao sinal de ineficácia que os instrumentos autoritários vinham dando, à grave recessão econômica que minguou a capacidade do Estado em solucionar problemas ambientais e, por fim, aos movimentos ecológicos locais que vinham se fortalecendo e se tornando mais atuantes. Esse momento “[...] caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza” (DIEGUES, 1994, p. 117).

Foi nesse período de democratização que passaram a incidir sobre um extenso espaço de Jquitiba outros dois importantes instrumentos ambientais: o tombamento da Serra do Mar³¹ e a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Mar³², os quais já incorporavam melhor a dimensão social. Ambas são políticas voltadas à proteção de um conjunto de elementos que vai além da unidade da mata ou da água e que forma uma paisagem específica de importância natural e cultural, consistindo em recurso natural imaterial de aproveitamento indireto.

A APA foi criada com a finalidade de limitar atividades poluidoras que alterassem condições ecológicas e ameaçassem a biota em áreas de mananciais, paralelamente ao intuito de conectar o PESM às demais unidades de conservação do Vale do Ribeira, garantindo, assim, um corredor que permitisse a passagem de espécies biológicas para a preservação da biodiversidade dessa extensa área. Por isso, era, até então, a maior unidade de conservação da região, abrangendo 11 municípios e os rios Ribeira de Iguape, Juquiá e São Lourenço.

A proteção de uma significativa área de Jquitiba foi imprescindível por ela estar nesse corredor biológico entre o PESM e outras áreas protegidas do Vale do Ribeira, além de

³¹ Resolução SC nº 40 de 1985.

³² Decreto Estadual 22.717 de 1984. Para lê-lo na íntegra, acessar o site: <http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/22717.htm>.

nela passaram os últimos dois rios citados. A abrangência da APA da Serra do Mar em Juitiba pode ser observada na figura 9.

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (1997), as APAs, diferentemente de parques de proteção integral, são áreas de uso sustentável, ou seja, comportam certo grau de ocupação humana e atividades econômicas, sempre disciplinando esses processos para que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ambiental. Incentivam-se atividades rurais nelas, com recomendação de métodos menos poluentes, e não é necessária a desapropriação de propriedades privadas, como o é em Parques.

Essa APA passa pela área mais urbanizada de Juitiba (cortada pela Rodovia Régis Bittencourt, embora com grandes fragmentos de verde entre os adensamentos urbanos) e, hoje, encontra incongruências com ocupações as quais ela não julgaria compatíveis com a proteção ambiental, no entanto, não é uma política que as “ameaça” diretamente, pois contém em si apenas recomendações e não resoluções pontuais que obriguem a tomada de medidas como remoção.

E a homologação da Área Natural Tombada da Serra do Mar – um patrimônio natural – foi justificada pelo valor cênico, geológico, geomorfológico e hídrico, assim como pelas condições para formar um banco genético tropical equipado com ecossistemas representativos de fauna e flora da região demarcada, abrangendo parques e reservas antes já existentes, além de colinas isoladas, ilhas e trechos de planície costeira, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (1997). Scifoni (2008) explica que esse tombamento foi pioneiro e teve à frente o geógrafo Aziz Ab’Saber em 1976, num contexto histórico de repressão política em que o número de tombamentos era reduzido. No entanto, sua homologação veio a acontecer só em 1985, no momento de abertura política.

É a perspectiva de proteção de elementos diversos da natureza que diferencia a categoria “patrimônio natural” de outras áreas protegidas. O argumento para a instituição do PASM “[...] estabeleceu uma visão parcial ao determinar um valor científico baseado apenas nas condições de flora e fauna silvestre” (SCIFONI, 2008, *op. cit.*, p. 125). A instituição da APA da Serra do Mar, embora tenha adotado uma visão mais diversificada ao abrigar o último remanescente da mata de São Paulo em sua totalidade, também não deixou de ser parcial. Conclui-se, então, que, dentre todas as proteções da natureza em Juitiba, o tombamento foi a que mais usou a perspectiva da paisagem como um conjunto articulado de elementos.

Scifoni (2008) mostra que o tombamento não se caracteriza apenas pela proteção de uma paisagem proveniente da diversidade de elementos naturais, mas, principalmente, por ser um instrumento jurídico que atribui caráter cultural à natureza. Por isso, a área foi protegida pelo CONDEPHAAT³³.

Assim sendo, a Área Natural Tombada da Serra do Mar envolve restrições que asseguram não só a conservação ambiental de Jquitiba, mas também a perspectiva turística, científica e de valor cênico, e tem sua incidência na metade do território municipal (figura 9). Com isso, o tombamento estaria se indispondo com as ocupações precárias e adensadas do ponto de vista ambiental e de valor cênico. Isso faz confrontar a dupla representação que a Área Natural Tombada da Serra do Mar pode ter em Jquitiba: de um lado, uma natureza apropriada e reconhecida socialmente pela população e, de outro, um monumento natural usado e comercializado pelo turismo, o qual normalmente julga degradadoras as moradias simples, privatiza o espaço e nega a sua apropriação social.

3.3 – As políticas ambientais após os anos 1990

Na entrada da década de 1990, políticas ambientais que excluía a sociedade da natureza ainda existiam no Brasil, não obstante o conceito de desenvolvimento sustentável estivesse sendo mais bem difundido, como resultado da repercussão internacional que teve sua tônica na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92. Nessa mesma década, a economia adota o modelo neoliberal, sem, todavia, resolver a desigualdade. As políticas ambientais, assim como todas as outras, são subordinadas a esse novo modelo que exalta a economia e defende um Estado mínimo de intervenções.

Nesse sentido, o impasse ecológico passa a ser enfrentado pelo mercado e pela tecnologia (ASCELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). O mercado faz com que, embora pareça que as políticas ambientais estejam preocupadas com a desigualdade, esta não seja a real prioridade destas, mas sim o tratamento da natureza como negócio. Nas ações concretas, as políticas ambientais não só se afastam da questão da desigualdade como reproduzem o discurso ambiental hegemônico que responsabiliza as classes menos favorecidas pela

³³ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, pertencente à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

degradação da natureza. O próprio conceito de desenvolvimento sustentável será impregnado por essa ideologia e é nesse quadro que ele será por vezes pensado aqui³⁴.

A ocupação em áreas de proteção da natureza se coloca como contradição proveniente do desenvolvimento do capitalismo e da urbanização de São Paulo no sentido de, por um lado, investir-se capital financeiro na produção do espaço, valorizando-o, e, por outro, degradar as condições de trabalho e da vida urbana, “expulsando” classes mais pobres para essas áreas menos valorizadas pelo mercado imobiliário formal (BERTOLOTTI, 2010), onde a fiscalização ambiental é ineficaz e a implantação de rede de esgoto, nula.

Assim, de acordo com Marcondes (1999), nessa década, o espaço da metrópole de São Paulo ampliou-se e fragmentou-se mais, as classes mais pobres migraram para suas franjas, passaram a morar mais em cortiços e favelas, os municípios até então não conurbados se expandiram notadamente, e os recursos naturais foram apropriados mais intensamente.

Para se ter uma ideia, de 1971 a 1992, a redução da superfície coberta por mata densa da metrópole, em sua maior parte inserida na área protegida pela LPM, foi de 31%; em 1992, restavam apenas 10% dessa mata. O período entre 1990 e 1995 foi o de maior desmatamento na RMSP, quase o triplo do ocorrido entre 1985 e 1990 e, segundo Oliveira e Alves (2006), contraditoriamente, aconteceu em maior grau nas áreas protegidas da metrópole, muito devido ao valor menor destas: dos 70% do desmatamento na RMSP, 64% ocorreram em áreas protegidas pela LPM, enquanto que as áreas sem proteção perderam menos de 30% de sua cobertura, demonstrando mais uma vez que as leis restritivas não surtiram o devido efeito.

Perante isso, houve na década de 90 um processo de flexibilização das políticas ambientais, em parte para ajustar a natureza às necessidades da economia, mas em boa parte como saída para esses problemas já saturados que deveriam ser reconhecidos e solucionados por novos instrumentos ambientais, posto que os antigos não conseguiam evitá-los, tampouco repará-los após tornarem-se realidade.

Nesse contexto, a LPM e o Código Florestal, que ditavam as principais restrições às ocupações em áreas de proteção de Juquitiba, são revistos e analisar-se-á se isso alterou seus conflitos, sobretudo o da ocupação na APP do córrego do Jardim das Palmeiras.

³⁴ Em alguns casos, o discurso ambientalista esconde as contradições do modo de produção capitalista e coloca em evidência uma aparente ordem proporcionada pelo desenvolvimento sustentável.

Em virtude da dificuldade de efetivação da LPM, passou-se a pensar em sua revisão, que se deu em 1997³⁵ tendo em vista, além da proteção, a recuperação das águas, mudando, assim, a nomenclatura das áreas protegidas para Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs), que já não seriam mais a extensa área metropolitana, diversificada física, política, social e economicamente como na lei de 1975, mas todo o território paulista dividido por Unidades de Bacias Hidrográficas, acrescentando a urgência de cada qual formular sua própria lei para resolver problemas locais e específicos.

Nessa revisão, o Estado reconhece que a lei anterior, além de não ter contido, estimulou a crescente ocupação em áreas de mananciais e a seguinte degradação delas, portanto, decide, dessa vez por meio de legislações específicas de bacias (existentes atualmente na Guarapiranga e Billings), regularizar as ocupações consolidadas nas APRMs e, através de um Plano Emergencial, implantar infraestrutura como saneamento básico em áreas com qualidade ambiental comprometida, eliminando, parcialmente, o fluxo de esgotos sem tratamento nos corpos d'água e o conflito de ilegalidade, ao garantir segurança judicial para os moradores continuarem onde já habitam. Algumas de suas diretrizes também são inéditas: obrigatoriedade da criação de planos de desenvolvimento nas bacias, estabelecimento de um sistema de informações integrado para subsídio de pesquisas e ações de planejamento, e criação de diretrizes para a infraestrutura sanitária.

Ainda que esse reconhecimento da “cidade ilegal” e o enfrentamento dos conflitos e problemas de degradação ambiental tenham sido um grande passo, para Santoro, Ferrara e Whately (2009), não foi a solução absoluta dos problemas de poluição das águas e moradia precária porque seguiu-se não interferindo diretamente na lógica da especulação do solo, que é a maior causadora deles.

Conquanto a integração entre questões ambientais e habitacionais fosse uma de suas metas, essa lei falhou nesse ponto, pois apenas remediou os problemas derivados de ocupações em mananciais, mas não tirou os moradores de suas condições precárias de moradia e vida, assim como não evitou o surgimento de outras novas ocupações que contribuem para o quadro de desmatamento e poluição das águas. A anistia concedida às ocupações clandestinas e/ou irregulares é um paradoxo porque possibilita a implementação de infraestrutura, mas é um grande estímulo a este tipo de ocupação (VENTURI, 2001, p. 78).

³⁵ Por meio da Lei Estadual nº 9.866.

Fica claro, aqui, que a técnica e burocracia puras do Estado não resolvem profundamente esses problemas, que são complexos e dizem respeito à lógica da produção do espaço urbano.

Juquitiba foi incluída na APRM da sub-bacia Alto Juquiá-São Lourenço, cuja lei específica estava em fase de diagnóstico durante o campo realizado em 2012. Como já mencionado no capítulo 1, a resolução dos conflitos depende de sua finalização. Enquanto isso, a lei que rege a questão hídrica dali ainda é a LPM (nº 898/75), a qual “congela” o espaço de Juquitiba para a construção de habitações populares (pequenas e mais adensadas) para famílias assentadas atualmente em APPs de risco, mantendo, assim, os conflitos intocáveis.

Em 2012 foi a vez do Código Florestal ser revisado, alterando a tradicional política de proteção das matas que, no foco que se está dando a Juquitiba, consiste mais num instrumento de recuperação das águas, com efeitos semelhantes aos da revisão da LPM.

Na fala de Diefenthaeler (2010), os motivos que sustentaram a defesa dessa segunda reforma do Código tiveram mais embasamento na posição de políticos do congresso que em conhecimentos científicos.

Isso polarizou as opiniões dos ambientalistas (que afirmavam essa reforma retroceder conquistas ambientais para beneficiar o agronegócio, aprofundando a desigualdade social) e de parlamentares (que, por sua vez, afirmavam que o então Código inviabilizava a produção agrícola³⁶ e que a reforma viria a ajustar situações irregulares).

O Novo Código, aprovado após alguns anos de debate, ao mudar as restrições outrora mais rigorosas, redefiniu as APPs, o que, não obstante tenha sido bastante útil a produtores rurais (que agora poderiam produzir em uma parcela maior dessas áreas), também

³⁶ Fala do relator deputado federal Aldo Rebelo justificando a desregulamentação de alguns pontos do código em prol de pequenos e médios produtores: “A imensa maioria de pequenos e médios proprietários pratica ainda uma agricultura pré-capitalista ou semicapitalista, quase de subsistência, de baixo uso de capital e tecnologia. O declínio do preço médio do que produzem não tem como ser compensado pela aplicação de ganhos tecnológicos ou de capital. Esse agricultor e criador é o mais vulnerável às restrições ambientais. Pressionado, ou mergulha na ilegalidade, ou na teia de multas e autuações dos órgãos ambientais e do Ministério Público”. E em prol também de grandes produtores: “A maior ameaça ao grande produtor é a elevação de custos de produção imposta pela legislação ambiental e florestal na realização de obras, contratação de escritórios de advocacia e renúncia de áreas destinadas à produção. Ao fim e ao cabo, a legislação ambiental funciona como uma verdadeira sobrecarga tributária, elevando o custo final do produto, já oprimido pelo peso da infraestrutura precária e das barreiras não tarifárias cobradas pelos importadores” (REBELO, Aldo. *Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados*, 2010, p. 5-6 *apud* DIEFENTHAELER, Mikaela. *Reforma do Código Florestal: mero embasamento político*.

<http://www.minarebrauna.com.br/downloads/39%20Reforma%20do%20Codigo%20Florestal%20-%20Mero%20embasamento%20politico.pdf>. 2010.

proporcionou certa anistia a ocupações clandestinas ao permitir, a partir de então, a regularização de assentamentos consolidados em APPs não identificadas como áreas de risco.

O Município poderá, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implica a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior (LEI FEDERAL Nº 12.651, 2012³⁷).

Já as normas do Código aplicadas a ocupações em APPs identificadas como áreas de risco implicam em desapropriação de moradias e reassentamento em locais ambiental e socialmente adequados. Esse é o caso da APP do córrego do Jardim das Palmeiras, cujo assentamento não pode ser regularizado, tampouco equipado com infraestrutura (apesar da presença de serviços públicos de água e energia em algumas casas), porque a área contém riscos de inundação. O ideal é realocar as pessoas em moradias seguramente localizadas, ação que, em 2010, a então prefeitura começou a sondar.

A solução estaria, então, baseada na amarração da lei específica da sub-bacia Alto Juquiá-São Lourenço com o Novo Código Florestal, se corretamente aplicados. O Código Florestal de 1965 e a LPM de 1975 foram importantes instrumentos de proteção, pois se não existissem a degradação em Juquitiba poderia ter sido maior. Mas se eles foram também precursores dos conflitos de ilegalidade nesse município, a revisão deles viria para, senão resolvê-los, minimizá-los.

3.4 – Os diferentes interesses pela natureza de Juquitiba

Para se compreender a totalidade dos conflitos envolvendo a natureza de Juquitiba, uma pergunta é indispensável: o mercado pode incitar conflitos ao entrar na disputa por ela? Para que protegê-la, afinal?

É comum ouvir em Juquitiba o discurso defendido pelo Estado e pela população de que as leis ambientais, principalmente a LPM, são culpadas por seu baixo dinamismo econômico porque não permitem o uso do solo para atividades econômicas de grandes impactos ambientais, nem proporcionam “[...] qualquer tipo de compensação financeira aos municípios que foram obrigados a proteger” a totalidade de seus territórios (VENTURI, 2001,

³⁷ Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm.

p. 79), reduzindo as possibilidades de manejo, geração de emprego e obtenção de renda. Isso não é bem verdade, pois nem sempre a instalação de indústrias pesadas é sinônimo de progresso social, visto que, apesar de gerar empregos, elas podem degradar significativamente a natureza sem auferir grandes rendimentos ao município, concentrando nas mãos de poucos grupos empresariais o lucro obtido e ocasionando baixa distribuição de renda ao lado de um processo maior de periferização e segregação socioespacial, como se assiste em Embu das Artes e Taboão da Serra, entre outros municípios da franja metropolitana.

Mas Marcondes (1999) desconstrói esse mito da restrição total da LPM a atividades industriais. Malgrado a lei não proponha claramente estratégias de desenvolvimento sustentável, ela permitiu, sim, uma série de atividades econômicas, inclusive industriais (não poluentes). A instalação delas depende, entre outras coisas, do poder público ter meios de atrair essas atividades em vez de ver passivamente elas instalarem-se em locais onde é permitido qualquer tipo de atividade industrial. A figura 3 confirma isso ao mostrar o mapa de zoneamento de Juquitiba demarcando a zona exclusivamente industrial, comercial e de serviços.

A verdade é que, seja por conta das leis ambientais ou não, Juquitiba tem dificuldades econômicas, dada a centralização e concentração do capital nos centros da metrópole de São Paulo. Nunca houve uma estratégia política forte ou um interesse visível de indústrias ou empresas em seu espaço, com exceção de algumas poucas unidades de extração vegetal e mineral, por exemplo a da água, o que nem seria positivo se generalizar ali, uma vez que implicaria em apropriação privada de um bem vital em detrimento de seu uso público garantido até mesmo por lei. Isso mantém a economia do município fraca até os dias atuais.

Mas se, por um lado, a construção da proteção da natureza de Juquitiba ajudou a restringir o seu uso econômico, por outro lado, a natureza conservada ainda pode ser usada como elemento de valorização do espaço a ser explorado por atividades econômicas do terciário (turismo e mercado imobiliário), fazendo dela, de qualquer forma, uma condição para a reprodução do capital.

Ocorre que o uso dessa natureza para moradias de classes menos favorecidas pode vir a ser um empecilho para a realização da reprodução do capital. É possível aparecerem, então, dois interesses distintos e até conflituosos pela mesma natureza, o que, ao final, pode ser “resolvido” pelo Estado e mercado. Pelo Estado através das leis ambientais analisadas acima, que foram pensadas para proteger a natureza, mas, ao serem apropriadas pelo mercado

imobiliário, podem justificar a remoção de ocupações clandestinas. E pelo mercado através da valorização imobiliária, que impede que a população mais pobre possa habitar de forma regularizada e digna.

Isso leva a interrogar se, assim como em São Paulo e outros grandes centros, a população menos favorecida de Juquitiba não pode passar pelo processo de “expulsão” para locais ainda mais distantes tanto por meios de coação quanto, e sobretudo, por meio da valorização imobiliária, demonstrando que a lógica urbana tal como se concebe hoje pode estar também nas franjas metropolitanas.

Com o intuito de responder essa interrogação, analisaram-se mapas os quais apontam que os interesses das atividades capitalistas pela natureza não chegam a se chocar com as ocupações precárias e adensadas em Juquitiba, diferente de municípios mais populosos como São Paulo, Embu das Artes ou Itapeverica da Serra, pois a pressão do crescimento demográfico composto por uma população vinda de fora não é tão intensa quanto nesses municípios e, desse modo, a maior parte de suas áreas com restrições ambientais ainda é preservada, não contendo ocupações urbanas de maiores densidades.

A própria zona preferencialmente turística do plano diretor do município, localizada ao redor da Represa da Cachoeira do França, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio, não contém grandes adensamentos populacionais, tampouco se pretende ter.

Congruente com o que foi dito no capítulo anterior, isso não significa que os diferentes interesses pela natureza não venham a se acirrar nesse município se ele seguir com a urbanização periférica. Nesse caso, o mercado pode forçar o Estado a executar as leis tomando medidas contra moradias em determinadas áreas de restrições ambientais.

4 – JUQUITIBA NA ESPACIALIDADE DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

“Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismos.”
Lucio Kowarick

Para compreender como se constitui o conflito entre moradia e proteção da natureza em Jquitiba é preciso investigar de que forma este se insere na totalidade explicativa, ou seja, na urbanização da metrópole de São Paulo.

Entende-se aqui por metrópole a forma espacial mais recente da sociedade que compartilha o fenômeno urbano. Essa forma em São Paulo, um apanhado de símbolos da modernidade, assim como da pobreza, acumula elementos de diferentes fases do desenvolvimento econômico e histórico brasileiro, pelo qual ela foi influenciada, mas que, reciprocamente, ela determinou: foi, diga-se de passagem, na constituição dessa metrópole que o capitalismo consolidou-se no Brasil em seu papel histórico de economia periférica dentro da divisão internacional do trabalho. Desse papel de economia periférica advêm muitas das contradições de tal espaço, pois nele predomina um desenvolvimento desigual, pelo fato da modernização/avanço não abarcar todo e qualquer lugar, e combinado, por mesclar lugares estacionados em diferentes etapas históricas e com diferentes ritmos de desenvolvimento, segundo Lencione (2003).

Neste capítulo, procurar-se-á identificar Jquitiba na formação da Grande São Paulo e situar sua condição nessa metrópole desigual e inacabada, mas cujo tecido urbano, em constante movimento, continua se expandindo e incorporando cada vez mais parcelas espaciais à sua lógica.

A incorporação de Jquitiba ao tecido urbano de São Paulo está relacionada a momentos importantes na produção de seu espaço³⁸.

³⁸ Trabalha-se com o conceito de produção do espaço de Ana Fani Carlos (1999, p. 62): “[...] ao produzir sua vida (sua história, sua realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico” através de seu trabalho como atividade humana.

Figura 11. Mapa da evolução da mancha urbana da RMSP, com destaque para Juquitiba

Evolução da Mancha Urbana Região Metropolitana de São Paulo

Essa incorporação se dá transformando parcialmente a sua função primeira na metrópole – a de cinturão rural – a partir da incorporação do espaço aos processos de acumulação, da valorização de espaços centrais, da decorrente expansão urbana para além dos limites de São Paulo com a “expulsão” do trabalhador mais pobre e do crescimento populacional em Jquitiba sem acompanhamento de infraestrutura urbana e emprego. Isso redundou no agravamento das condições sociais que sempre existiram no município e, desde então, nas más condições ambientais também.

As condições precárias de moradia e o surgimento ou intensificação dos conflitos de clandestinidade e degradação aparecem em Jquitiba a partir da década de 1990, mas para compreendê-los é preciso analisar as condições anteriores que levaram a eles.

4.1 – Até 1970: cinturão rural e área de lazer da metrópole de São Paulo

Até 1940 São Paulo consistia em um espaço fisicamente concentrado e socialmente segregado, com pobres e ricos morando na mesma área central, relativamente pequena, diferenciados apenas pelo tipo de moradia (CALDEIRA, 2000). O mapa da evolução da mancha urbana da RMSP aponta para uma mancha reduzida e concentrada nesse período (veja figura 11).

Para que São Paulo chegasse à dimensão que chegou, após a década de 40, sofreu uma primeira expansão urbana motivada pela industrialização, que atraiu grande contingente populacional, aliada à expansão das estradas de ferro e de rodagem e à valorização do solo urbano acarretada pela absorção do espaço pela lógica da acumulação, as quais “expulsaram” os mais pobres para a periferia da cidade (BERTOLOTTI, 2010).

A contradição desse processo é que quanto mais a indústria crescia, mais pessoas viviam em condições precárias de habitação, trabalho e vida na cidade, tendo de morar em cortiços no centro ou em loteamentos clandestinos e favelas na periferia.

Até o fim desse período, década de 1970, a expansão urbana de São Paulo não havia interferido diretamente no espaço de Jquitiba, na medida em que a região na qual este está inserido, mais distante da capital, ainda continuava sendo cinturão rural dela, com cultivo de cereais e extrativismo de madeira das matas, ambos voltados para o abastecimento da mesma, conforme mencionado anteriormente.

A população reduzida de Juititaba era de 7.267 habitantes em 1970 (vide tabela 1), com 79% dos domicílios rurais e maior número de estabelecimentos e empregos no setor agropecuário, que correspondia a 86% e 93% do total, respectivamente (vide gráfico 1 e tabelas 2 e 3).

Em termos, Juititaba, assim como São Lourenço da Serra estudado por Pinheiro (2013, p. 13), tinha a posição de celeiro

[...] para produção de gêneros hortifrutigranjeiros, além de outras atividades locais, como a produção de carvão de lenha e o extrativismo mineral, que já degradavam as extremas áreas verdes que circundavam a capital já no início de século XX.

O caráter predominantemente rural do município tinha como principal fator a distância da capital, que o deixou isolado dos vetores de crescimento econômico. Além disso, Juititaba não teve uma concentração suficiente de capitais ou de contingentes humanos para gerir um desenvolvimento endógeno, o que o fez depender sempre de São Paulo (LANGENBUCH, 1971).

O próprio bairro Jd. das Palmeiras era uma única propriedade rural até esse período, passando para urbano só no período seguinte.

Gráfico 1. Evolução dos Domicílios Urbanos de Juititaba (Percentual) – 1970-2010

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

*Os dados de 1991 de Juititaba e Embu não condizem com a realidade. O que provavelmente explica 0% de domicílios rurais e 100% de urbanos é o IBGE ter se baseado nas leis municipais, as quais podem ter transformado todos os domicílios em urbanos com fins a arrecadar o máximo de IPTU. Talvez prevendo evitar este equívoco nos censos seguintes, o IBGE adota outra metodologia de contagem. No censo de 1991 os dados são do universo, enquanto nos demais os dados são da amostra.

Tabela 1. Evolução da Taxa de Crescimento da População (Percentual e População Absoluta) – 1970-2010

Município	1970-1980		Tx. Crescim. 70-80	1980-1991		Tx. Crescim 80-91	1991-2000		Tx. Crescim. 91-00	2000-2010		Tx. Crescim. 00-10
	Pop. Total			Pop. Total			Pop. Total			Pop. Total		
	1970	1980		1980	1991		1991	2000		2000	2010	
Juquitiba	7.267	12.497	72	12.497	19.969	60	19.969	26.459	33	26.459	28.737	9
São Lourenço	-	-	-	-	-	-	-	12.199	-	12.199	13.973	15
Embu	18.141	95.800	428	95.800	155.990	63	155.990	207.663	33	207.663	240.230	16
Itapecerica	25.314	60.473	139	60.473	93.146	54	93.146	129.685	39	129.685	152.614	18
São Paulo	5.924.612	8.493.217	30	8.493.217	9.646.185	12	9.646.185	10.435.546	7,5	10.435.546	11.253.503	7

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e EmplasaGeo.
 *(-)= não disponível.

Organizado por Priscila Petri Rallo.

Tabela 2. Estabelecimentos por Setor em Números Absolutos – 1970-2010

Setores / Mun.	Agropecuária					Indústria					Comércio					Serviços				
	1970	1980	1993	2002	2010	1970	1980	1993	2002	2010	1970	1980	1993	2002	2010	1970	1980	1993	2002	2010
Juquitiba	403	63	7	10	17	11	25	22	44	37	31	83	51	117	149	21	64	44	146	93
S. Lourenço	-	-	-	11	23	-	-	-	31	225	-	-	-	106	38	-	-	-	96	-
Itapecerica	540	255	15	23	33	228	171	112	122	157	126	184	204	406	644	93	365	144	335	546
Embu	61	89	12	16	16	83	161	224	292	324	93	303	263	597	988	76	475	446	697	647
São Paulo	1.121	795	1.043	714	710	20.543	28.842	32.439	39.954	95.183	50.157	60.861	55.958	103.766	33.161	39.587	75.366	58.070	125.499	-

Tabela 3. Empregos por Setor em Números Absolutos – 1970-2010

Setores / Mun.	Agropecuária					Indústria					Comércio					Serviços				
	1970	1980	1993	2000	2010	1970	1980	1993	2000	2010	1970	1980	1993	2000	2010	1970	1980	1993	2000	2010
Juquitiba	1.548	327	54	20	68	40	227	285	809	659	44	210	296	812	904	26	132	2.340	6.510	1.872
São Lourenço	-	-	-	51	93	-	-	-	324	862	-	-	-	945	495	-	-	-	4.820	6.466
Itapecerica	1.833	987	90	77	233	1.748	3.598	3.763	4.372	4.607	362	881	1.587	2.485	6.604	205	858	3.064	4.145	9.542
Embu	297	402	100	64	67	1.564	5.333	10.110	8.308	12.283	178	1.020	2.038	2.658	7.270	166	10.404	31.619	39.426	23.453
São Paulo	4.483	3.991	4.862	3.282	4.212	643.672	920.481	932.618	651.387	843.176	229.288	355.956	393.416	500.390	813.188	147.135	410.373	997.822	1.233.645	2.960.509

Fonte dos dados das tabelas 2 e 3: EmplasaGeo de 1970, 1980, 1993, 2000 e 2010. *A Emplasa baseia-se nos dados do IBGE e este entende como detentor de emprego o indivíduo que tenha carteira assinada ou seja funcionário público ou militar. **(-) = não disponível. Organizado por Priscila Petri Rallo.

Conforme dito no capítulo anterior, o perfil rural do município deixou sua natureza relativamente em estado de conservação, sendo que seu processo de institucionalização da proteção limitou ainda mais a expansão de unidades de produção que pudessem levar a um crescimento.

Mas, graças à conservação dessa natureza de grande beleza cênica, já nesse período Juquitiba funcionava como área de lazer dos moradores da capital. Essa foi a primeira forma mais contundente de Juquitiba adotar o modo de vida urbano baseado em seu sistema de valores e objetos (eletricidade, abastecimento de água, automóvel, eletrodomésticos, entre outros), dentro da lógica capitalista (LEFEBVRE, 2001).

4.2 – De 1970 a 1990: área de lazer, natureza protegida e fronteira urbana da metrópole de São Paulo

No período que compreende a década de 1970 e, principalmente, de 80 em diante, o espaço da metrópole passa por uma mudança estrutural. Trata-se de quando o fenômeno urbano, englobando e transcendendo a cidade, insere o conjunto da sociedade – não de forma homogênea – por meio do avanço nos campos da tecnologia, informação, técnica e ciência, possibilitando a ligação entre pontos antes isolados.

O deslocamento espacial da indústria e o crescimento dos serviços transformam o espaço metropolitano, a partir de então submetido à economia mundializada³⁹ na qual ele se torna condição para a reprodução do capital financeiro e, para tanto, faz-se necessária a produção de um “novo espaço”, reconhecível no mundo todo.

Esse tipo de economia financeirizada e mundializada concebe o espaço como negócio, ou seja, como oportunidade de investimento (CARLOS, 2008). Esse fato afeta a paisagem da metrópole de São Paulo, uma vez que a torna homogênea e privatizada para que o mercado possa obter maior liquidez, manifestando-a, por exemplo, nos *skylines*, empreendimentos imobiliários mais rentáveis por serem direcionados a empresas multinacionais do setor de serviços avançados e residência de seus executivos.

³⁹ Para Fix (2007), a abertura da economia, as privatizações, a desnacionalização, a financeirização da economia e a atração de capital estrangeiro marcaram a inserção do Brasil na globalização/mundialização da economia.

Esse é um dos motivos para se formarem novas centralidades financeiras e de negócios em São Paulo num movimento de valorização de áreas disponíveis à especulação imobiliária, que já não mais se localizam somente no centro, mas também em áreas mais periféricas, embora não em qualquer periferia (FIX, 2007).

Esse processo somado a outros fatores, como a recessão econômica dos anos 80, o empobrecimento contínuo das camadas trabalhadoras e o deslocamento das classes média e alta para fora do centro criou uma metrópole cada vez mais desigual, que continuou incorporando novas parcelas de espaço, evidenciando maior segregação socioespacial e apresentando uma relação centro-periferia mais complexa. A desigualdade não foi suprimida, de modo que agora existem condomínios luxuosos e indústrias em meio a favelas de uma periferia que se perde de vista, diminuindo novamente a distância física entre classes, mas aumentando a social. Ao mesmo tempo, um grande contingente de pobres passa a morar ainda mais longe e dividir espaço conflituosamente com as ditas áreas rurais ou de proteção da natureza, enquanto outra parte deles resiste no centro da metrópole, através de movimentos sociais articulados de sem-tetos que lutam por moradia.

Esse é um segundo momento da periferia que, com formas e características diferentes daquela primeira dos anos 40, torna-se mais heterogênea, sofre melhorias de infraestrutura e ganha novos usos e funções, não obstante predominem as moradias populares. Enfim, a periferia espalha-se ainda mais, conurbando-se com aglomerados de municípios mais próximos, o caso dos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes e Itapeverica da Serra que, por misturarem e confundirem-se com bairros periféricos da zona sul de São Paulo em intensa expansão, sofrem maior crescimento populacional. E tal crescimento urbano pulveriza-se por determinadas áreas de outros municípios um pouco mais distantes, que sofrem menos pressão populacional, o caso de São Lourenço da Serra e Juquitiba. Essa é a nova forma da metrópole.

Desses municípios mencionados da sub-região sudoeste da RMSP, que tem como eixo de ligação principal com a capital a Rodovia Régis Bittencourt, nota-se que os mais próximos a São Paulo são mais populosos, ao passo que os mais distantes são menos (conforme figura 12 a seguir).

No entanto, possuir uma das menores taxas populacionais dessa sub-região não significa ser poupado das pressões exercidas pela expansão urbana: o crescimento em números absolutos causou impactos em Juquitiba. Conforme será demonstrado adiante, é

nesse período das últimas décadas do século XX que a expansão urbana de São Paulo toma corpo nesse município, e o nível de relação entre eles amplia-se.

Juquitiba, em sua recente emancipação como município em 1964, é concebido nesse período como um fragmento da metrópole com funções específicas, dentre as quais como área de lazer de segunda residência (chácaras, sítios e pousadas de veraneio), como natureza protegida e, mais timidamente, como moradia da classe trabalhadora.

Figura 12. Ranking da população dos municípios da região sudoeste da Grande São Paulo

Fonte: Pinheiro (2013).

Pode-se constatar, desse modo, que de 1970 a 1990 o movimento do tecido urbano estende-se englobando Juquitiba da mesma forma que outros municípios da sub-região sudoeste da RMSP de modo a permear a vida local e ocasionar, por vezes, contradições e conflitos de ordem espacial, vistos, entre outras coisas, na degradação da vida social, das matas, das águas e da paisagem. Todavia, as transformações sociais e a urbanização incipiente de Juquitiba não extinguiram totalmente os antigos traços rurais porque se deram mais discretamente que em Taboão, Embu e Itapeceirica, por exemplo.

O tecido urbano estende-se a Juquitiba assim que, em 1970, este começa a receber os primeiros moradores de fora, ainda que menos intensamente que os municípios mais próximos a São Paulo. O gráfico 2 a seguir mostra que sua população cresceu 72% de 1970 para 1980 devido à migração, pois a taxa de natalidade (tabela 8 anexada) não explica esse crescimento. Em 1980, o município contava com cerca de 3.930 migrantes, segundo o Sumário de Dados (EMPLASA, 1977), de um total de 12.500 habitantes, isto é, 31% da

população total. E de 1980 para 1991 o crescimento demográfico de Juquitiba foi de 60%, menor em comparação à década anterior, mas maior que o de São Paulo e Itapequerica da Serra, chegando a igualar-se ao de Embu das Artes.

Gráfico 2. Crescimento Demográfico de Juquitiba e dos Municípios da Sub-região da RMSP que Mantêm Maior Relação Espacial com o Mesmo (Percentual) 1970-2010

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

Esse crescimento populacional maior nas periferias metropolitanas que nas áreas centrais não é nada mais que a “implosão-explosão” da cidade (LEFEBVRE, 2001), uma contradição socioespacial que designa a deterioração das relações sociais nos núcleos e bairros tradicionais, assim como a mudança de suas funções em razão da valorização e da “expulsão” das classes pobres, ocasionando migração e expansão da mancha urbana para extremos desvalorizados e conferindo a outros municípios a qualidade de cidade-dormitório, por essa população continuar trabalhando nos centros. A implosão representa a perda de vínculo dos moradores com os núcleos urbanos; a explosão representa o tecido urbano que cresce em direção aos extremos da metrópole.

Nota-se, nesse período histórico, significativo fluxo constituído de uma população vinda tanto da Grande São Paulo quanto de outras regiões do Brasil onde o preço da terra é

alto ou as condições de vida, piores. Tal população acaba por morar em locais desvalorizados da RMSP e Juquitiba enquadra-se nesse perfil⁴⁰.

Esse município, entretanto, apresenta o crescimento populacional de maneira mais ponderada que os municípios do sudoeste da metrópole mais próximos de São Paulo, tais quais Taboão, Embu e Itapecerica. Isso pode estar relacionado com a sua situação geográfica – mais distante da capital – e ao baixo valor do espaço nesses municípios mais próximos. Percebe-se, ao analisar o gráfico 2, que o grande contingente de migrantes que procurava morar em São Paulo, mas se fixava em outros municípios da metrópole, ainda não se dirigia tanto a Juquitiba e sim aonde a periferia urbana de São Paulo se espalhava continuamente. A população de Embu das Artes, por exemplo, cresceu 428% na década de 70.

Gráfico 3. Residentes de Juquitiba por Lugar de Nascimento (%) – 2000 e 2010

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 2000 e 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

Um fator que induziu o crescimento tanto populacional quanto de chacareiros de segunda residência em Juquitiba foi a construção da Rodovia Régis Bittencourt em 1961, a qual corta a sub-região sudoeste da RMSP. Ela facilitou o transporte de São Paulo a Juquitiba tanto para turistas quanto para trabalhadores pendulares, encurtando a distância e suprimindo esse trecho com transporte público diário.

⁴⁰ Não foi possível encontrar dados de migração de Juquitiba em décadas anteriores a 2000, o que dificulta saber desse processo, bem como compará-lo com outros dados disponíveis destas décadas.

Esse movimento fez com que a população urbana de Juititba ultrapassasse a rural em 1980, quando os domicílios urbanos atingiram 69% contra os 31% rurais do total (vide gráfico 1), o que mostra que esse processo ocorre com menos magnitude em Juititba que nos municípios comparados, embora a notável ruralidade que reste nele seja tomada pelas regras e modo de vida urbanos.

Por consequência, surgiram nesse período as primeiras construções urbanas de migrantes trabalhadores em que o bairro do Jd. das Palmeiras é testemunha, conforme capítulo 1. O gráfico 4 mostrará que entre 1970 e 1991 o número de domicílios cresceu intensamente, começando a transformar o município. Só durante a década de 1970 os domicílios cresceram 72%. Contudo, esse crescimento ainda é extremamente menor que o de Embu e Itapeceira. O primeiro cresceu 430% em domicílios, e o segundo, 154% nessa mesma década. Entre 1980 e 1991, o crescimento de domicílios em Juititba manteve-se igual ao da década anterior, mas dessa vez equiparou-se ao de Embu e chegou a ultrapassar o de Itapeceira, cujos domicílios cresceram 65%, sugerindo que na década de 80 o fluxo de migração começa a se dirigir para municípios mais distantes de São Paulo.

Gráfico 4. Evolução do Número Absoluto de Domicílios Particulares Permanentes dos Municípios do Sudoeste Metropolitano que mais se Relacionam Espacialmente com Juititba – 1970-2010

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

É evidente que a dimensão da urbanização de Juititba também não se comparava às dos outros municípios do sudoeste da RMSP. Ela consistia em pequenas vilas isoladas que começaram a se urbanizar e crescer de forma areolar em volta da rodovia. Tratava-se de

pequenas manchas urbanas descontínuas, como até hoje o é, pouco adensadas e conectadas apenas pela estrada. A princípio, nos anos 70, tal urbanização se deu de forma que não trouxesse grandes conflitos com moradias de classes pobres porque elas ainda não tinham caráter tão precário e clandestino. Isso se verá mais nitidamente duas décadas depois, em meados de 1990.

No entanto, já estava em “gestação” no município um modelo de urbanização norteado pela pressão demográfica da metrópole e pela ampliação de domicílios sem uma distribuição equânime de renda e riqueza e uma devida melhoria no panorama econômico, nos serviços públicos e no desenvolvimento social. Afinal, de economia pouco diversificada e desenvolvida, baseada praticamente no setor terciário simples, o município de Juquitiba está contextualizado como fronteira urbana, conceito este que será mais explorado adiante e, para nós, guarda uma identidade e complementariedade com a noção de periferia urbana, o que torna Juquitiba um dos municípios mais pobres da RMSP e o aproxima da realidade do Vale do Ribeira.

Os números relativos a empregos e economia sempre foram inferiores aos dos municípios da sub-região sudoeste da RSMP com os quais está sendo comparado neste estudo, exceto São Lourenço, o qual apresenta realidade social e econômica semelhante.

Junto com o aumento populacional, a participação do setor primário diminuiu sem poder ser substituída pela do industrial devido à barreira imposta pela LPM. Na década de 80, o setor primário, pujante durante toda a década de 70, ainda se destacava nos números de estabelecimentos e empregos. Entretanto, foi nessa década que o setor terciário representado pelo comércio equiparou-se a ele nesses quesitos. Em razão do impedimento à criação de zonas industriais, essa produção nunca teve grandes expressões. Nessa década, Juquitiba continha 25 estabelecimentos industriais que empregavam 227 pessoas, números menores que os do setor agropecuário e dos setores de comércio e serviços (vide tabelas 2 e 3).

Com oferta de empregos ainda insuficiente, o terciário do município passou a empregar a maior parte das pessoas. Porém, este setor cresceu ali de forma precária, ou, nas palavras de Kowarick (1979), de forma “não-capitalística”, cujo modelo nada tem de parecido com o do terciário “inchado” e isso esconde um mecanismo fundamental da acumulação: serviços, muitas vezes informais, realizados com pura força de trabalho mal remunerada “[...] transferem permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese” (OLIVEIRA, 1975, p. 29). “É em tais atividades

econômicas [autônomas], bem como na construção civil que boa parte da mão de obra masculina residente nas favelas [...] se insere” (KOWARICK, 1979, p. 111), como se vê na “COHAB” do Jd. das Palmeiras. Trata-se, poranto, de trabalhadores pobres urbanos, nos termos de Burgos, 2008.

Essa condição suscita pensar que os moradores de favela de Juquitiba têm uma participação dificultosa e sofrida no mundo da mercadoria. No reino das necessidades da favela, a necessidade primeira é de maior incursão desses moradores no cotidiano imbuído pelo trabalho, consumo e reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 1991).

Em função do desemprego, trabalhar fora acompanha a realidade do município, porém, não se pode afirmar com convicção que se trata de um município-dormitório, como claramente se verifica em Embu e Itapecerica (vide gráfico 5)⁴¹.

Gráfico 5. PEA que Realiza Deslocamentos Pendulares (Percentual) – 2000

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 2000. Organizado por Priscila Petri Rallo.

Para completar, as taxas de analfabetismo ainda eram insatisfatórias e associadas aos empregos considerados de baixa escolaridade, reforçando a precariedade dos mesmos. E a Fundação SEADE mostra que até 1991 o município, que se situa em área de mananciais, praticamente não possuía serviço de rede de esgoto, essencial à população e à proteção das

⁴¹ Assim como o dado de migração, não foi possível encontrar dados de PEA que realiza deslocamentos pendulares em décadas anteriores a 2000, o que também dificulta saber da historicidade desse processo e compará-lo com outros dados disponíveis para estas décadas.

águas. Da mesma forma, a coleta de lixo e o abastecimento de água eram fornecidos de modo precário e espacialmente desproporcional (vide tabela 4 a seguir).

Tabela 4. Índices Sociais de Juquitiba em Comparação com a Capital – 1980-2010

Dados	1980		1991		2000		2010	
	Juquitiba	São Paulo	Juquitiba	São Paulo	Juquitiba	São Paulo	Juquitiba	São Paulo
Pessoas de 10 anos ou mais Alfabetizadas (%)	62,5	90,4	76,5	93	87,9	95,4	90	96,9
Média de anos de Estudo da Pop. de 15 a 64 Anos (nº abs.)	-	-	-	-	5,70	8,37	-	-
Saneamento de Esgoto (%)	-	-	-	-	15,26	82,77	28,83	-
Coleta de Lixo (%)	-	-	47,04	-	90,02	-	95,08	-
Abastecimento de Água (%)	-	-	40,42	-	69,58	97,51	74,86	-

Fonte: SEADE – Perfil Municipal e Informação dos Municípios Paulistas (2012), Emplasa (2012) e IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 1980, 1991 e 2000. *(-)= não disponível. Organizado por Priscila Petri Rallo.

Tais dados afirmam a função de Juquitiba na metrópole não só como periferia urbana (que se inicia nesse período, mas só tomará corpo posteriormente) devido a sua condição social de pobreza (BURGOS, 2008), mas também como fronteira urbana, que não exclui o conceito de periferia, mas adiciona outras características e questões à pobreza, assim como explicita detalhes e contradições. Fronteira urbana tem uma conotação não só de dinâmica populacional, social e econômica – condições de vida e serviços públicos precários –, mas, também, de localização periférica. E, além de associar periferia à pobreza, esse conceito explica a heterogeneidade da periferia metropolitana nos dias atuais, conceituando-a da seguinte maneira:

- As fronteiras são regiões com altas taxas de crescimento demográfico e com substancial migração;
- As fronteiras apresentam infraestrutura precária e em construção. De modo geral, o Estado está pouco presente, seja regulando o uso da terra, seja através da oferta de serviços públicos;
- A fronteira parece funcionar como uma “válvula de escape”, o lugar de concentração daqueles que não têm lugar nem em áreas urbanas consolidadas, nem em áreas rurais tradicionais (VELHO, 1976 *apud* TORRES, 2004, p. 5);
- A fronteira é objeto de importantes conflitos sobre a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) ou rural;
- A fronteira apresenta intensos conflitos ambientais relativos a ocupação de áreas florestais e de mananciais (TORRES, 2004, p. 5)

É importante aludir também para Juquitiba como natureza protegida e área de lazer da metrópole que se propaga por esse período (1970-90): para onde as classes média e média alta da Grande São Paulo recorrem quando querem praticar *rafting* (atividade ecoturística em rios com quedas) ou apenas fugir da paisagem e do cotidiano urbanos. Entretanto, esse papel é incorporado à divisão espacial do trabalho da metrópole e acaba por reproduzir sua lógica, tornando, então, a expressão “fugir do urbano” sem sentido.

Como já citado no capítulo anterior, Marcondes (1999, p. 143) corrobora ao dizer que “[...] compatibilizando o parcelamento do solo com as propostas contidas na legislação de proteção de mananciais”, o oeste da metrópole voltou o uso do solo principalmente às funções de lazer e turismo por meio da construção de chácaras de recreio e setor terciário de apoio.

Portanto, junto aos antigos sítios de moradia e plantio de subsistência e da recém-urbanização surgem modernas chácaras como segundas residências das classes média e média alta da Grande São Paulo e algumas poucas pousadas, porque o mercado imobiliário passa a enxergar ali um potencial para produção do espaço como negócio, unindo nele diferentes ritmos e fases de desenvolvimento socioespacial. Nesse período, portanto, aprofundam-se os processos de fragmentação e hierarquização do próprio espaço de Juquitiba, que antes era um fragmento da metrópole mais homogêneo.

Esses dados de Juquitiba que delineiam seu perfil econômico, espacial e social traduzem uma primeira mudança socioespacial que levaria, posteriormente, à reversão desse antigo povoado rural em parte da periferia metropolitana, de fato.

4.3 – Juquitiba de 1990 aos dias de hoje: intensificação do papel de fronteira urbana da metrópole de São Paulo

Esse período marca outra mudança no município associada ao processo de maior ampliação e fragmentação do tecido urbano de São Paulo e intensificação das condições precárias de vida e moradia nas periferias urbanas da metrópole durante os anos de 1980 e 90.

O crescimento demográfico de Juquitiba, assim como o de Embu e Itapequerica, foi menor de 1991 para 2000 em comparação à década anterior, ficando em torno de 30% nos três e depois, de 2000 para 2010, em 9% em Juquitiba, 16% em Embu e 18% em Itapequerica. Mas, com uma população de 19.969 em 1991 comparada a 7.267 em 1970, Juquitiba ganhou uma

nova realidade: a urbana, que já havia se iniciado no período anterior. Tais dados encontram-se na tabela 1 e no gráfico 2.

Conforme mencionado há pouco, nesse período as condições de vida do trabalhador se degradaram ainda mais⁴², conforme dados de empregos podem sugerir a seguir, ao mesmo tempo em que terras disponíveis para construção mais próximas de São Paulo e mais baratas escassearam, como em Taboão, Embu e Itapecerica, pois começaram a ser ocupadas densamente desde 1970⁴³. São os municípios mais distantes, mas ainda dentro da Grande São Paulo, com terras disponíveis e mais baratas, isto é, as novas fronteiras, que começam a receber os moradores “expulsos”⁴⁴, os quais se distribuem em áreas urbanas ainda descontínuas entre si e separadas pela Mata Atlântica. Já o crescimento demográfico nas áreas centrais e valorizadas de São Paulo apresenta tendência oposta. A taxa de crescimento demográfico de São Paulo entre as décadas de 90 e 2010 foi de 7% em média (vide gráfico 2).

Assim, a migração foi novamente a grande responsável pelo crescimento populacional de Juititba. Só a título de reforço, conforme Santoro, Ferrara e Whately (2009), o crescimento da população dos municípios vizinhos a São Paulo não se sustenta, também dessa vez, unicamente pela migração da população da cidade de São Paulo, mas igualmente pela população vinda de outras cidades do Estado e até de outras regiões do país, de maneira especial, nordeste e Minas Gerais, o que pode ser constatado no gráfico 3.

Na década de 1990, Juititba apresentava cerca de 4.700 migrantes, conforme Sumário de Dados (EMPLASA, 1995), diante de uma população de 20.000 habitantes, segundo a tabela 1. Significa que 23% eram migrantes. Em 2010, 80% da população de Juititba era de origem do Estado de São Paulo, dividida pela população nascida em Juititba e por migrantes de outros municípios e filhos que estes vieram a ter em Juititba; o restante da população era migrante de outros Estados (vide gráfico 3).

O processo de migração e crescimento demográfico foi potencializado pela obra de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt em 1998, quando ônibus metropolitanos passaram a circular com maior facilidade em seu trecho urbano e a distância a São Paulo “diminuiu” ainda mais. O bairro Jd. das Palmeiras presenciou esse crescimento. De acordo com a

⁴² É um momento de exploração de grandes contingentes da massa trabalhadora, mas “[...] o momento de expropriação é particularmente relevante” (DAMIANI, 2005, p. 40), tanto do trabalho como da moradia.

⁴³ Estudo de Luís Antônio Venturi (2001) corrobora essa afirmativa em Itapecerica da Serra.

⁴⁴ Indicando que as fronteiras urbanas do sudoeste da metrópole de São Paulo são também expressão tímida das frentes de expansão do capital.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)⁴⁵, atualmente, Juquitiba conta com uma única linha de ônibus intermunicipal direta para São Paulo operada pela empresa Intervias e com tarifa unitária a R\$ 7,75, que não é acessível para todos, mais duas linhas para Embu das Artes, uma para São Lourenço da Serra, uma para Itapequerica da Serra e outra para Taboão da Serra, de onde os munícipes podem fazer baldeação para São Paulo.

Esse processo de crescimento demográfico repercute na continuidade da redefinição do espaço de rural para urbano, vista na conversão da população e da economia, com a maior parte dos estabelecimentos e de empregos no setor terciário (vide tabelas 2 e 3). Lembrando que a ruralidade está longe de se extinguir: até os dias de hoje, 23% dos domicílios ainda são rurais (vide gráfico 1) e, como se verá à frente, o setor primário deu uma pequena guinada na década de 2000. Durante o trabalho de campo, notou-se no Jd. das Palmeiras a presença de alguns poucos sítios antigos que ainda plantam para subsistência e, em alguns casos, para venda dos produtos excedentes.

Como não poderia deixar de ser, o crescimento de domicílios acompanhou o da população em relação ao período anterior: diminuiu nas últimas 2 décadas, mas continuou significativo. Entre 1991 e 2000, cresceu 37%, e entre 2000 e 2010, 29% (vide gráfico 4).

Supõe-se que, apesar da taxa de crescimento de domicílios desacelerar a partir da década de 1990, a qualidade dos mesmos piorou em função de maior precariedade nas condições de trabalho e vida da população, ainda que as ocorrências de precariedade habitacional sejam excessivamente menores que nos municípios vizinhos como Embu, Itapequerica e São Paulo.

Dados do Observatório das Metrôpoles indicavam no município 7.551 pobres, 2.331 domicílios carentes e 2.522 domicílios deficientes⁴⁶ em 2009 (PINHEIRO, 2009).

A precariedade habitacional pode estar, do mesmo modo, nos 2,10% do total de domicílios particulares permanentes do tipo cortiço em 2010 (tabela 5). É uma taxa considerável levando em conta que Juquitiba ainda abrange extenso espaço disponível para edificação.

⁴⁵ Consulta disponível no site da empresa: <http://www.emtu.sp.gov.br/emtu/itinerarios-e-tarifas/consulte-origem-e-destino/por-regiao-metropolitana.fss> (2014).

⁴⁶ Domicílios carentes são aqueles sem acesso a algumas modalidades de infraestrutura (iluminação, abastecimento de água, instalação sanitária ou destino do lixo); domicílios deficientes são aqueles que têm acesso à infraestrutura mínima, porém, de forma deficiente.

O que também indica precariedade habitacional é a taxa de domicílios permanentes particulares contendo apenas de 1 a 3 cômodos (19% do total), pressupondo-se que essa parcela das famílias more em casas com, talvez, apenas um quarto, mais um ou dois cômodos correspondentes à cozinha e banheiro (vide tabela 9 anexada).

Tabela 5. Domicílios Particulares Permanentes de Juquitiba por Tipo de Domicílio (Percentual e Números Absolutos) em 2000 e 2010

	2000		2010	
	Nº de domicílios	% de domicílios	Nº de domicílios	% de domicílios
Casa	6.651	98,53	8.558	97,22
Apartamento	14	0,21	26	0,30
Habitação em cômodos ou cortiços	85	1,26	185	2,10
Casa de vila ou condomínio	-	-	34	0,39

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 2000 e 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

*O IBGE classifica domicílio como particular permanente quando destinado à habitação de uma pessoa ou um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e se localizado em uma casa, apartamento ou cômodo.

**Casa é o domicílio que ocupa totalmente um prédio de um ou mais pavimentos ou dois ou mais prédios de um ou mais pavimentos localizados no mesmo terreno ou que ocupa parte de um prédio de um pavimento, mas que não tem espaços comuns (tais como: escada, corredor, portaria e outras dependências). É também considerado casa o domicílio situado em prédio de, no máximo, três pavimentos onde as demais unidades existentes não são domicílios particulares permanentes.

***Apartamento é o domicílio situado em prédio de um ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, servido por espaços comuns (vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências) e com entradas independentes para os andares; ou três ou mais pavimentos onde as demais unidades são não residenciais.

****Cômodo aqui é o domicílio que ocupa um ou mais cômodos em uma casa de cômodos; cortiço, cabeça-de-porco.

*****(-)= não disponível.

Como a verticalização não é permitida pelo zoneamento municipal que obedece a LPM, presume-se que os 0,30% dos domicílios particulares permanentes do tipo apartamento⁴⁷ (vide tabela 5) consistam em prédios de no máximo 3 pavimentos situados no centro e alugados por uns poucos proprietários para uso comercial. Levantou-se o questionamento de igualmente compor essa parcela de apartamentos a construção de “puxadinhos” verticais em algumas casas da periferia urbana de Juquitiba, com entradas independentes e espaços comuns, como escada e corredor, cujo aluguel poderia ser uma fonte de renda aos moradores ou um local para receberem parentes de fora que vêm morar no município.

⁴⁷ No conceito do IBGE, apartamento é o domicílio situado em prédio de um ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, servido por espaços comuns (vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências) e com entradas independentes para os andares; ou três ou mais pavimentos onde as demais unidades são não residenciais.

A periferia urbana caracterizada por moradias clandestinas/irregulares, adensadas, precárias, sem infraestrutura e habitadas por classes mais pobres foi produzida em Juquitiba em núcleos antes já urbanizados em torno da rodovia, conectados por ela, isolados da mancha urbana consolidada de São Paulo e, agora, mais adensados, assim como em novos núcleos isolados junto à zona rural ou em áreas de proteção da natureza, o que torna ambígua a classificação dessas zonas como absolutamente urbanas ou rurais, porque são, na verdade, a transição destas para aquelas.

Os indicadores de precariedade habitacional ao lado da presença de condomínios mostram que a reprodução do espaço urbano segundo a lógica da hierarquização chegou e instalou-se em Juquitiba. Nesse período de 1990 em diante, o próprio interior dos bairros se hierarquiza – o mapa do Jd. das Palmeiras que consta no primeiro capítulo pode ilustrar essa diferenciação espacial. Exceto algumas áreas rurais, que permaneceram integralmente elitizadas, já que formadas somente por sítios, chácaras, fazendas e pousadas, e alguns bairros integralmente populares, a tendência em Juquitiba é de proximidade de ambos os espaços hierarquizados – os elitizados e os populares. Apesar de apresentarem diferenças no suprimento de serviços coletivos e nas características socioeconômicas, esses espaços diferenciados costumam ser extremamente próximos e chegam a permitir a circulação de todos, a exemplo do Jd. das Palmeiras. O bairro Justino é outro exemplo disso: é grande, central e onde está instalada uma favela. Além dessas duas favelas, Juquitiba ainda conta com uma terceira, situada no bairro dos Brancos, segundo funcionário do Setor de Obras da Prefeitura Municipal.

Como se sabe, a clandestinidade e irregularidade das ocupações de Juquitiba, sempre mais associadas às classes pobres, mesmo que haja segundas residências das classes média e média alta na mesma situação, desembocam, sobretudo na década de 1990, em problemas ambientais e conflitos, que são agravados ali em razão da proteção institucional da natureza. Em termos quantitativos, de 131 loteamentos existentes, 45 eram irregulares, e 50, clandestinos⁴⁸, em 2010. Do total de imóveis em APPs, 8 eram clandestinos, correspondentes a 24% (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA, 2010). Outra ocorrência é o surgimento de favelas, que até a década de 90 não existiam em Juquitiba (MARCONDES, 1999).

⁴⁸ Com tais dados obtidos, não foi necessário o cruzamento entre dados de domicílios e de arrecadação do IPTU em Juquitiba para descobrir que o índice de clandestinidade e irregularidade de lá é alto.

Em se tratando das moradias clandestinas e irregulares de classes pobres, o conjunto de más condições urbanas das mesmas caracteriza o que Damiani (2005) chamou de “urbanização crítica”, que é a impossibilidade do acesso de todos ao urbano, no sentido amplo da palavra. A autora encontra o fundamento disso na negatividade do trabalho e na expropriação do trabalhador. A “urbanização crítica” pode ser associada ao conceito de “espoliação urbana”, isto é, ao

[...] somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis e subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

Tal situação, de aprofundamento da contradição riqueza x pobreza, gera custos sociais e ambientais como a violência, a falta de escolarização, de espaços de lazer e de cultura, habitações precárias e, por fim, degradação da natureza.

O estudo “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil” executado pelo Observatório das Metrópoles para o Ministério das Cidades em 2004

[...] classifica Juititaba de cluster popular, com baixa integração à dinâmica metropolitana. O município detinha em 2000 o terceiro maior percentual de famílias pobres da RMSP (28,54%) com renda inferior a meio salário mínimo, grande número de trabalhadores no subemprego e na construção civil (este índice é próximo de 11% nos dados da PEA/IBGE para 1991 e 2000). Apresenta o maior índice de Carência Habitacional da RMSP (0,694), revelando a maior ausência de serviços de saneamento básico (água, rede de esgoto e coleta de lixo) da região (PINHEIRO, 2009. p. 6).

Os indicadores econômicos desse município permaneceram inferiores aos dos municípios em comparação, fazendo dele um local menos desenvolvido. A situação de emprego é preocupante. Em 1993, os estabelecimentos agropecuários definitivamente caíram e não foram substituídos por estabelecimentos industriais satisfatórios. Por mais que tenham ultrapassado os agropecuários nos anos 90, que decaíram significativamente, os números referentes à indústria não mudaram muito de 1970 para cá, exceto o baixo aumento ao longo da década de 2000, talvez como efeito da desconcentração de pequenas unidades industriais para as periferias metropolitanas na nova fase capitalista, que, no entanto, se dirigem mais massivamente a municípios mais próximos de São Paulo. Assim sendo, os estabelecimentos comerciais se tornaram maioria nesse município, pois a população que crescia precisava de um comércio de apoio e não havia barreira alguma a ele no zoneamento municipal. Contudo, as poucas indústrias empregavam e ainda empregam aproximadamente o mesmo número de

pessoas que o comércio e até hoje ofertam melhores rendimentos aos trabalhadores (vide tabelas 2 e 3).

No começo dos anos 2000, o terciário continuou dominando o número de estabelecimentos, mas representado dessa vez pela prestação de serviços. Pode-se notar na tabela 4 um pico de empregos no início de tal década. Essa elevação de empregos pode estar relacionada a obras pontuais como a duplicação da Rodovia Régis Bittencourt.

Em 2009, porém, uma queda crítica nesses empregos chama a atenção (redução de aproximadamente 7.600 empregos dos 8.700 que havia em 2000) e, ainda assim, os serviços continuaram empregando o maior número de pessoas em 2010, apesar da maior parte dos estabelecimentos ser comercial. Tal queda pode estar relacionada à conclusão das obras pontuais de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt que elevou os empregos no começo dos anos 2000, conforme afirma estudo socioeconômico presente no PHLIS do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA, 2010). Isso também ocorreu em São Lourenço da Serra e Embu das Artes, embora com menos intensidade, basta analisar a tabela 3.

Tabela 6. População Economicamente Ativa (PEA), Pessoas de 10 Anos ou Mais (Des)Ocupadas na Semana de Referência e Pessoas (Des)Empregadas em Jucitiba 2000 e 2010

2000	
PEA	12.248
Pessoas Ocupadas	10.129
% Pessoas Desocupadas	17
Empregos	8.151
% Ocupações Informais	20
2010	
PEA	14.045
Pessoas Ocupadas	12.788
% Pessoas Desocupadas	9
Empregos	3.503
% Ocupações Informais	73

Fonte: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e Emplasa, de 2000 e 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

*O IBGE define PEA como a quantidade de pessoas entre 10 e 65 anos ocupadas ou desocupadas (aquelas pessoas que estão em busca de trabalho).

**O IBGE classifica como pessoa ocupada aquela que tenha trabalho remunerado, ou não, de pelo menos 1 hora por dia durante todo ou parte do período ou que não esteja exercendo o trabalho remunerado por motivos de férias, licença, greve etc. Incluem-se estagiários, trabalho na família, aprendizes, voluntários.

***A Emplasa define como emprego aquela ocupação registrada, isto é, que tenha vínculo empregatício.

Deve-se tomar cuidado com a variável “Empregos” da Emplasa⁴⁹, presente na tabela 3, pois esta indica apenas o número de empregos formais e, quando comparada à variável “Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência” do IBGE⁵⁰ que inclui empregos formais e informais, presente na tabela 6, observa-se que o número daquela é muito menor. Essa incompatibilidade entre variáveis leva à suposição de que, se o número de pessoas ocupadas é muitas vezes maior que o número de empregos, a taxa de informalidade nos trabalhos de Juititaba é elevada⁵¹. Aparecem aqui novamente os trabalhadores pobres urbanos (BURGOS, 2008).

O setor de serviços, que é o que apresenta maior número de vínculos empregatícios (tabela 10 em anexo), é também o que abarca a maior parcela de pessoas ocupadas informalmente, como bem pôde ser observado no trabalho de campo. No Jd. das Palmeiras, os profissionais homens são em sua maioria “pedreiros”, encanadores, eletricitas, motoristas, vidraceiros e pintores de parede, os quais estão entre os empregos de menor grau de escolaridade, de salários mais rebaixados e sem respaldo da lei trabalhista. Os maiores salários ainda são pagos pela indústria, setor no qual crescem empregos nos municípios da fronteira urbana, exceto em Juititaba, onde, ao contrário, apresenta redução. Já os empregos na agropecuária reaqueceram em todos os municípios na última década, porém, em menor quantidade quando comparados aos outros setores, mostrando-se como uma alternativa importante para aqueles que não conseguem se inserir nos outros dois setores da economia.

A análise progressiva da População Economicamente Ativa (PEA)⁵² de Juititaba mostra que o nível de desemprego diminuiu. As pessoas ocupadas da PEA correspondiam a 83% em 2000 e subiram para 91% em 2010 acompanhando a média dos municípios localizados entre São Paulo e Juititaba (vide tabela 6).

⁴⁹ A Emplasa baseia-se nos dados do IBGE e este entende como detentor de emprego o indivíduo que tenha carteira assinada ou seja funcionário público ou militar.

⁵⁰ Já o IBGE classifica como pessoas ocupadas quem tem trabalho de pelo menos uma hora por dia remunerado ou não, durante todo ou parte do período, ou que não estejam exercendo o trabalho remunerado por motivos de férias, licença, greve etc. Incluem-se, também, os estagiários, aprendizes, voluntários, trabalhos em casa.

⁵¹ A falta de dados sobre PEA municipal (e outras variáveis com as quais ainda se deparará neste texto) de décadas anteriores a 2000 nas mais variadas fontes de pesquisa não permite que análises comparativas históricas mais consistentes sejam feitas. Contudo, isso não impediu de se utilizar somente os dados mais recentes.

⁵² O IBGE define PEA como a quantidade de pessoas entre 10 e 65 anos ocupadas ou desocupadas: sem trabalhar, mas que estão em busca de.

Todavia, se esses dados forem cruzados com os de emprego, os tipos de ocupação que aumentaram são informais. Os números elevados da PEA ocupada dão a impressão de que a condição de emprego em Juititba é satisfatória, reconhecendo que a taxa de 9% de desemprego ainda é alta, contudo, pode estar equivocada, se pensarmos que na semana referente à pesquisa os moradores com mais de 10 anos ocupados poderiam estar exercendo a profissão informalmente, nos famosos “bicos”, recebendo baixos salários e podendo ser demitidos sem respaldo algum da legislação trabalhista.

Devido à continuidade da “ausência” de empregos em Juititba (um total de 3.503 desempregados em 2010, segundo a tabela 4), 4% da população trabalhava ou estudava em outro município em 2000 (vide gráfico 5), normalmente São Paulo. E em 2010 a porcentagem da população pendular chegou a 10%, segundo o jornal O Estado de São Paulo⁵³. Esse índice é inferior ao dos outros municípios, mas superior ao da capital (1,6% em 2000), onde a maioria da população, embora enfrente muitas horas no trânsito, não precisa trabalhar ou estudar em outro município, que é ainda pior.

Essa migração pendular, um indicador de má qualidade de vida, é resultado do crescimento populacional em Juititba sem acompanhamento de melhorias no cenário econômico. E é mais um fator que colabora com o alcance do tecido urbano no município, pois o trabalho na capital é uma maneira de conectar seus moradores a ela, onde acabam adotando o cotidiano urbano e suas regras.

Não se pode desprezar, contudo, uma contradição encontrada no trabalho de campo que inverte um pouco esse caráter do município: os raros migrantes, das mais variadas classes, que vão morar em Juititba justamente pela oportunidade de trabalho: uma diarista, um advogado e um carpinteiro empreendedor, além dos 11% das viagens diárias a Juititba produzidas por São Lourenço da Serra, seja a trabalho ou a estudo, que consta no estudo de Pinheiro (2013).

Dessa forma, desabrochou-se um sinal de que a migração pendular em Juititba como um todo não é tão intensa: não chega a 20% das pessoas que trabalham e estudam. O que retém grande parte da população no município é a distância entre ele e a capital, já que a proximidade com ela é diretamente proporcional aos movimentos pendulares (vide o de

⁵³ Pesquisa Origem-Destino realizada pelo Metrô em 2007 aponta uma discrepância entre empregos na RMSP – a sub-região sudoeste, onde Juititba se localiza, representa 2% do total de empregos, e a sub-região central representa 64%, sugerindo que parte da população localizada no sudoeste tenha que buscar empregos nas centralidades da RMSP.

Itapecerica e Embu no gráfico 5). Entretanto, esse tipo de migração é significativo para um município com a dimensão de Juquitiba e mais perceptível ainda num bairro de 1.058 habitantes como o Jd. das Palmeiras, em 2010.

O novo arranjo metropolitano se deu de forma que os deslocamentos e fluxos aumentassem e complexificassem-se, ou seja, se tornassem mais indefinidos. Antes era comum trabalhadores morarem no primeiro anel da periferia e trabalharem no centro, hoje existe uma gama de outras possibilidades de deslocamento na metrópole sem que os serviços de mobilidade urbana o facilitem. O trabalhador que mora num município periférico pode trabalhar em outro um pouco mais central, devido ao surgimento de novas centralidades, enquanto outro trabalhador pode sair todos os dias de um bairro central de São Paulo para Jundiaí, Barueri ou até mesmo outra centralidade da capital. Nesse sentido, os deslocamentos de Juquitiba se dividem entre São Paulo e as centralidades da sub-região sudoeste da RMSP mais próximas, como Itapecerica da Serra e Embu das Artes, em função de maior facilidade de transporte ou de uma identidade regional mais coesa marcada pelo modo de vida mais tradicional misturado, contraditoriamente, com o urbano cada vez mais presente.

A precariedade do trabalho está relacionada ao vínculo de Juquitiba com a metrópole se dar mais via população que via economia. Sem novidades, os rendimentos médios mostram que a população juquitibense recebe, em geral, os menores valores da região sudoeste da metrópole, sendo maiores apenas que os de São Lourenço da Serra. No mesmo sentido, a renda per capita é baixa, menor até que a de São Lourenço, mesmo tendo apresentado melhora nas condições econômicas de 1991 a 2001, posto que a classe considerada sem rendimentos chegou a 0%, e a classe cuja renda está entre 2 e 3 salários mínimos aumentou (FUNDAÇÃO SEADE, 2010, *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA, 2010). Diante de baixos rendimentos, a participação do PIB de Juquitiba no Estado de São Paulo é ínfima: 0,02%, contra 35,5% da capital.

Assim, o total de receitas arrecadadas de todos os setores da economia pela prefeitura manteve-se reduzido ao longo dos anos de 2000, apresentando maior queda entre 2002 e 2003, mas se recuperando nos anos seguintes, tal como ocorreu nos municípios comparados. Do mesmo modo, o PIB per capita de todos os setores de 2002 a 2007 não apresentou o crescimento expressivo dos outros municípios. Ele é inferior, inclusive, ao de São Lourenço da Serra. Por fim, o dado de valor adicionado de cada setor reafirma que, hoje, o setor que mais gera receita e empregos para o município e o que apresenta maior número de

estabelecimentos abertos é o de serviços simples, seguido de cargos gerados pela administração pública, indústria e, por último, agropecuária (vide gráfico 6 abaixo).

Gráfico 6. Participação dos Setores no Valor Adicionado em Juquitiba (Milhões de Reais Correntes) no ano de 2009

Fonte: EMPLASA – EmplasaGeo – 2010. Organizado por Priscila Petri Rallo.

A já citada urbanização crítica de Juquitiba, produto de processos gerais inerentes à reprodução da metrópole, materializa-se na fraca economia e baixa oferta de empregos expostas até aqui, pois os 9% da população sem ocupação alguma e os 73% inseridos informal e precariamente no mercado provavelmente estão distribuídos em favelas ou outros tipos precários de habitação. Tais processos criam, por sua vez, uma demanda de pessoas urbanisticamente espoliada, ou seja, que necessita de serviços públicos, desde habitação até educação, os quais não são distribuídos de forma equânime no município.

Alguns dos dados citados acima estão resumidos na tabela 7 que segue para simplificar a análise do perfil econômico de Juquitiba na metrópole.

Deve-se salientar o esforço do poder público em diminuir os impactos desse mercado de trabalho pífio ao tentar suprir as necessidades básicas da crescente demanda que vive em más condições, o que levou a certa melhora dos equipamentos urbanos com o passar dos anos, diferente da estagnação econômica.

Tabela 7. Aspectos Econômicos de Juititaba e sua Comparação com a Capital

Ano	Dado	Juititaba	São Paulo	Comparação com a capital	Fonte
2007	PIB per capita (R\$)	6.727,44	29.678,50	23%	Emplasa 2012
2011	Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (R\$)	1.159,10	2.618,04	44%	SEADE 2012
2010	Participação do PIB no Estado de São Paulo (%)	0,02	35,5	-	SEADE 2012
2009	Total de Receitas Municipais Arrecadadas (R\$)	42.681.387	28.487.368.458	0,15%	Emplasa 2012

Fonte: Emplasa e Fundação SEADE, 2012. Organizado por Priscila Petri Rallo.

As taxas de analfabetismo, que sempre foram relativamente altas, maiores que nos outros municípios do sudoeste metropolitano, decresceram, mas ainda estão longe do ideal. Em 1980, 38% da população era analfabeta, hoje, apenas 10% o são. Os índices de escolaridade, que falam até mais sobre a educação do que a taxa de alfabetização, em 2000 eram insuficientes para inserir devidamente a população no mercado de trabalho – em profissões e cargos que exigem maior qualificação – e provê-la de conhecimento e cultura gerais para o desenvolvimento humano. A média de anos de estudo ainda é de 5,7 anos, frente a 8,3 em São Paulo.

Na década de 2000 houve melhora, também, em outros indicadores sociais, como abastecimento de água e coleta de lixo e, em proporções menores, na coleta e tratamento de esgoto. Em 2000 apenas 15% dos domicílios eram saneados com rede de esgoto e, apesar de esse número ter crescido para 29% em 2010, ainda deixa muito a desejar. É absurdo 71% do esgoto não ser coletado e tratado ou nem coletado (despejado diretamente em corpos d'água) em um município incluído integralmente em área de mananciais. O Jd. das Palmeiras, por exemplo, é totalmente deficitário desse serviço. Já os serviços de coleta de lixo e abastecimento de água apresentaram maior evolução. De 1991 para 2010 a coleta de lixo cresceu de 47% para uma quase totalidade (95%). O abastecimento de água, apresentando melhora inferior, passou dos parques 40% em 1991 para 75% duas décadas depois. Ou seja, $\frac{1}{4}$ da população ainda precisa ser devidamente abastecida (rever tabela 4).

Alguns desses dados de Juititaba, a despeito de terem apresentado melhoras, ainda indicam condições de existência semelhantes às da periferia urbana de São Paulo, por ser esse

um dos principais tipos de produção do espaço que transformaram o quadro do município e moldaram a sua representação na metrópole, sobretudo a partir da década de 90.

Por mais espaço disponível que Juitiba tenha para edificação, ele está submetido à lógica capitalista do acesso à terra por meio da propriedade privada e à lógica ambiental, derivada dela, de regulamentação ou proibição de construção em determinadas áreas. Essas lógicas se complementam em diversas ocasiões e colocam barreiras à moradia regularizada e digna dos mais pobres, produzindo em Juitiba um espaço semelhante à periferia urbana de São Paulo. Isso explica, então, porque trabalhadores pobres urbanos não moram devidamente na cidade de Juitiba.

E esses pobres que vão para Juitiba, além de não contarem com políticas habitacionais, sofrem a pressão da legislação ambiental, esta sendo a presença mais forte do Estado em suas vidas.

Contudo, os dados de Juitiba comparados aos de São Paulo e municípios cuja mancha urbana é conurbada a este – Embu e Itapeverica – apontam que os problemas de urbanização crítica da metrópole atingem mais estes últimos. Mesmo assim, à medida que a migração aumenta, o processo de segregação socioespacial aprofunda-se também em Juitiba e São Lourenço. Mas, sozinhos, a migração e crescimento demográfico não respondem por tal segregação. As conclusivas contradições nos campos do trabalho, do espaço e da vida, intensificadas exclusivamente para os pobres na década perdida de 80 e na década neoliberal de 90, é que vêm a explicar isso.

O governo local vem lidando, então, nas duas últimas décadas com um problema de escala metropolitana. Sua estratégia para lidar com ele divide-se em duas principais medidas, que se contrapõem: uma tenta suprir a população de serviços públicos, a outra, declaradamente excludente, aumenta o preço da terra para evitar a vinda de novos migrantes pobres, tirando deles o direito de fruir e morar dignamente nesse espaço. Conclui-se, portanto, que não há lugar para os pobres na metrópole do trabalho em crise (para alguns).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos entre moradia e proteção da natureza nas periferias da metrópole paulistana foram aqui estudados a partir de um lugar real/concreto: o bairro Jardim das Palmeiras, localizado no município de Juquitiba. Esses conflitos são o nível mais aparente da reprodução da urbanização crítica nos fragmentos da metrópole e para além dela.

Esse lugar concreto contém características que atraem moradores de baixa renda dos grandes centros da metrópole e do campo de várias regiões do Brasil. Estão entre suas características o acesso facilitado pela Rodovia Régis Bittencourt, a tranquilidade, a segurança, o contato com o verde, algumas ofertas de trabalho e o preço mais barato de casas e terrenos. Em relação a esta última característica, o bairro abrange uma área de proteção legal da natureza teoricamente sem valor porque o Código Florestal impede que se faça uso urbano dela, mas a torna, na prática, reserva de solo barato ocupada de forma clandestina por classes mais pobres, constituindo ali um dos conflitos do município.

Tal lugar indica que os conflitos sociais e ao mesmo tempo ambientais das periferias da metrópole de São Paulo são consequência de sua expansão urbana desigual fundamentada na reprodução do espaço urbano fragmentado que apresenta, entre outras contradições, a lógica perversa da urbanização crítica, onde o urbano não é para todos, aprofundando desigualdades e segregações.

Tendo em vista que essa expansão guarda em si contradições como essa e causa diferentes efeitos em cada lugar, em Juquitiba ela incide dessa forma porque este possui uma natureza ainda conservada e de relevante importância à vida na metrópole no que diz respeito a suas águas ainda potáveis, suas matas com ampla biodiversidade e sua paisagem proveitosa para fruição e contemplação, elementos estes já escassos na Grande São Paulo.

Portanto, não é à toa que políticas de proteção, sobretudo das águas, sugerem que a produção desse espaço se volte para atividades menos degradadoras, tais como ecoturismo e lazer. Contudo, essas políticas não são suficientes para conter a produção do espaço urbano que conduz determinado contingente populacional para lá, fazendo-se outro uso desse espaço. O que os instrumentos legais acabam por executar é o inverso: ao “desvalorizarem” espaços, promovem ocupação adensada neles, entre outros motivos, pela falta de fiscalização e de políticas sociais e habitacionais.

Em outras palavras, as leis ambientais mais antigas não previram a realidade dos loteamentos clandestinos, das autoconstruções e das favelas produzidos nos mananciais por uma população espoliada da “cidade legal” que não conseguia vislumbrar outra opção para reproduzir sua vida a não ser essa, aglomerando-se preferencialmente em torno de locais com o mínimo de serviços públicos. A ilegalidade se volta, portanto, mais a essas moradias baratas. Para se resolver essa falha no plano jurídico, é necessário reformular tais leis: é o que se espera com a revisão do Código Florestal e da LPM.

A expansão urbana de São Paulo passa a causar conflitos em Jujutiba, então, no momento em que a maior função deste na metrópole deixa de ser a de cinturão verde e área de lazer para ser periferia e fronteira urbana, notadamente na década de 1990, em seu longo processo de conversão rural-urbano. Essa nova função de Jujutiba se dá mediante aumento populacional sem qualquer programa habitacional que facilite a compra de casas populares regularizadas por parte dos mais pobres e sem distribuição equânime de renda, riqueza e serviços públicos.

Isso porque o movimento de expansão do tecido urbano de São Paulo, mesmo tendo dificuldades de penetrar em realidades como a de Jujutiba em virtude de seu meio físico, sua distância dos grandes centros, sua tradição local e a falta de interesse do capital, avança levando paulatinamente para lá a generalização das relações de troca e a concentração urbana, de riquezas, de empregos e de investimentos. Mas, contraditoriamente, a expansão urbana leva, também menos intensamente que em municípios mais próximos de São Paulo, a desigualdade socioeconômica, a pobreza, a violência, a degradação da natureza e os conflitos de ordem espacial.

Esse quadro ajuda a entender para onde caminha uma parte da virtualidade de Jujutiba e das novas periferias metropolitanas em geral dentro do movimento do tecido urbano de São Paulo. Acredita-se que o crescimento da periferia urbana nesse município dependerá de fatores como as condições de trabalho e vida na metrópole, as crises econômicas, as medidas do mercado imobiliário e da indústria, o tipo de intermediação do Estado, a consciência e luta de classes, e as conquistas ou perdas sociais.

A outra parte de sua virtualidade pode estar voltada para “novas” estratégias e disputas por sua natureza. Vivemos um momento em que a água disponível para abastecimento da metrópole, após ser apropriada privadamente pela indústria e urbanização por décadas, torna-se raridade, chegando a uma crise que teve como estopim a estiagem de 2014 e a redução

vertiginosa de água no reservatório da Cantareira. Por isso, esse recurso natural precisa ser extraído cada vez mais longe. O município de Juquitiba, “terra de muitas águas” na língua tupi-guarani, entra nesse contexto como local politicamente estratégico no sentido de deter recursos hídricos com potencial para abastecer a metrópole.

Com isso, seus conflitos entre moradia e proteção das águas tornar-se-iam ainda mais centrais no debate sobre sociedade e natureza. A própria favela do bairro Jardim das Palmeiras pode ser repensada pelo Estado, já que está instalada à beira de um córrego que compõe o arsenal hídrico de Juquitiba, provavelmente a ser valorizado daqui por diante.

Como certamente irá reproduzir o discurso dominante, o uso do espaço para moradia dos mais pobres ameaçaria esse bem de consumo público. A primeira observação quanto a isso é que, conforme já mencionado neste trabalho, o problema de habitação na metrópole compartilha da mesma crise urbana que a falta de água e a responsabilidade não pode ser atribuída a um único efeito da atual lógica de produção do espaço urbano – a moradia do mais pobre sobre área de manancial – senão à própria lógica e seus responsáveis.

A crise de abastecimento hídrico resulta, sobretudo, das estratégias do setor energético na bacia [Alto-Tietê], da gestão dos serviços de saneamento básico na metrópole e do estabelecimento da água como mais uma mercadoria a serviço da diferenciação social através do consumo (BERTOLOTTI, 2010, p. 4).

A segunda observação é que se as novas raridades já se tornaram mercadoria na contemporaneidade, a exemplo da água, o discurso de abastecimento para todos é um tanto quanto mentiroso. Num momento crítico como este, “[...] não se imporá a gestão coletiva das novas raridades?” (LEFEBVRE, 2008, p. 36)

REFERÊNCIAS

ASCELRAD, Henri; MELLO, Cecilia e BEZERRA, Gustavo. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BERTOLOTI, Frederico. *Os Conteúdos Sociais da Crise Ecológica*: reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo*. Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros* Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani. *Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole*. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

CARLOS, Ana Fani. *O Espaço no Fim do Século*: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, Ana Fani. *A reprodução da cidade como “negócio”*, in CARLOS e CARRERAS [orgs.]. *Urbanização e Mundialização*: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2008.

DAMIANI, Amélia. *A Geografia e a Produção do Espaço da Metrópole*: entre o público e o privado, in CARLOS, Ana Fani e CARRERAS, Carles [orgs.]. *Urbanização e Mundialização*: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

DANTAS, Tiago. Mais de 1 milhão de pessoas entram e saem da capital paulista diariamente. *Metrópole*, São Paulo, 27 de fevereiro de 2013. Caderno Cotidiano, C1, p.1.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Sumário de dados* – Jujutiba. São Paulo, 1977.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Sumário de dados* – Jujutiba. São Paulo, 1995.

FIX, Mariana. *São Paulo cidade global*: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FUNDAÇÃO SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. *Memória das Estatísticas Demográficas*: São Paulo, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba. São Paulo, 1970, 1980, 1990, 2000, 2011.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, Graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

ISA – Instituto Socioambiental. *Diagnóstico e delimitação da APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais) da sub-bacia dos rios São Lourenço e Juquiá*: relatório técnico. Juquitiba: ISA, 2005.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Edição Popular, 1963.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANGENBUCH, Juergen. *A Estruturação da Grande São Paulo* estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Fundação IBGE - Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEITE, ROCHA e ABES (org.). *Juquitiba*. Terra de muitas águas. Noovha America: São Paulo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das Relações de Produção*. Lisboa: Anthropos, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana do Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONE, Sandra. *Uma nova determinação do urbano*: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço, in CARLOS e LEMOS [orgs.]. *Dilemas Urbanos*: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo, Contexto, 2003.

MAGNANI, J. Guilherme C. *De Perto e de Dentro*: notas para uma antropologia urbana. RBCS, vol. 17, n. 49, junho 2002.

MARCONDES, Maria José. *Cidade e Natureza*: Proteção dos Mananciais e Exclusão Social. São Paulo: Edusp, 1999.

MORANGA, Rafael. *Registro fotográfico – áreas de risco*: relatório técnico. Juquitiba: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 2010.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de e ALVES, Humberto Prates da Fonseca. *Crescimento Populacional e Mudanças no Uso e Cobertura do Solo nas Áreas de Proteção aos Mananciais da Região metropolitana de São Paulo*: uma análise a partir da aplicação de metodologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento. III Encontro ANPPAS, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1975. Seleções Cebrap 1.

PINHEIRO, Thálita. *Os conflitos socioambientais em São Lourenço da Serra/SP e a expansão urbana em áreas protegidas da metrópole paulistana*. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA. *PHLIS de Juititaba (Plano de Habitação Local de Interesse Social)*. Juititaba: ItaGeo Consultoria e Sistemas, 2010.

RODRIGUES, Arlete. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

SANTORO, Paula; FERRARA, Luciana e WHATELY, Marussia [org.]. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

SCIFONI, Simone. *A Construção do Patrimônio Natural*. São Paulo: FFLCH, 2008.

SEABRA, Odette. *A Insurreição do Uso*, in MARTINS, José [org.]. *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: Editora Hucitech, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. *Atlas das UC's no Estado de São Paulo*, Parte 1 – A Costa. São Paulo, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental*. São Paulo, 2000, in EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Agenda para o Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo*. Versão preliminar. CD-ROM. São Paulo, 2005.

SECRETARIA DE NEGÓCIOS METROPOLITANOS. *O Desafio Metropolitano*. São Paulo, Imesp, 1976. Cap. VI, p. 83-105.

TORRES, Haroldo. *Fronteira Paulistana*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004.

TORRES, Haroldo e MARQUES, Eduardo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*, in SANTORO, Paula; FERRARA, Luciana e WHATELY, Marussia [org.]. *Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

VENTURI, Luis Antônio Bittar. *Itapequerica da Serra – Ocupação e Uso do Solo*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

VENTURI, Luis Antonio Bittar [org.]. *Geografia*. Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- CARLOS, Ana Fani [org.]. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani. *A reprodução do espaço urbano: o caso de Cotia*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.
- CARLOS, Ana Fani. *O Espaço como Condição da Reprodução*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LE COBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.
- MAGNANI, J. Guilherme C. *Etnografia como Prática e Experiência*, in Horizontes Antropológicos. Scielo, vol. 15, n. 32, jul./dez. 2009.
- MAGNANI, J. Guilherme C. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Economia Política*, in: *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Editorial Estampa, Coleção Teoria nº 8, 1977.
- SAHLINS, Marshall. *O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção*. Mana, 1997.
- SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*, in VELHO, O. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- WEBER, Max. *A Dominação Não Legítima – tipologia das cidades*, in *Economia e Sociedade*, vol. 2. Brasília: Editora da UnB, 1999.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 set. 1965. Seção 1, P. 9529. Acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. 1965. Acessado em 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o Novo Código Florestal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acessado em 2012.

CABRAL e MENDONÇA. *Registro de Loteamentos Urbanos: orientações básicas*. Goiás: Ministério Público do Estado de Goiás, 2011. Disponível em http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/04/03/14_43_16_73_orientacoes_basicas_registro_loteamentos.pdf. Acessado em 2014.

CETESB. *Licenciamento – Alvarás em Áreas de Proteção de Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo*. Disponível em http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/outras_atividades_quem.asp. Acessado em 2012.

DIEFENTHAELER, Mikaela. *Reforma do Código Florestal: Mero Embasamento Político*. Disponível em <http://www.minarebrauna.com.br/downloads/39%20Reforma%20do%20Codigo%20Florestal%20-%20Mero%20embasamento%20politico.pdf>. 2010. Acessado em 2012.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Aspectos econômicos e finanças públicas dos municípios* - São Paulo, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba. São Paulo, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. Geoinformação ao cidadão (EmplasaGeo). Disponível em <http://www.emplasageo.sp.gov.br/>. Acessado em 2012.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Informações sobre população, séries históricas* - São Paulo, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba. São Paulo, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Geoinformação ao cidadão (EmplasaGeo). Disponível em <http://www.emplasageo.sp.gov.br/>. Acessado em 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 10.251, de 30 de agosto de 1977. Cria o Parque Estadual da Serra do Mar e dá providências correlatas. *Secretaria do Governo*, São Paulo, SP, 30 ago. 1977. Acessível em http://www.fundacaoofia.com.br/gdusm/decreto_10251_77.htm. Acessado em 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto 22.717, de 21 de setembro de 1984. Declara Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, SP, 22 set. 1984. Volume 94, Número 181. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/22717.htm>. 1984. Acessado em 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual nº 898, de 18 de dezembro de 1975. Disciplina o uso de solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo e dá providências

correlatas. *Assessoria Técnico-Legislativa*, São Paulo, SP, 18 dez. 1975. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1975/lei%20n.898,%20de%2018.12.1975.htm> Acessado em 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual nº 9.866, de 28 de novembro de 1997. Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, SP, 28 dez. 1997. Disponível em http://www.comitepcj.sp.gov.br/gapb/LeiEstadualSP9866_97.pdf. Acessado em 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução SC nº 40, de 06 de junho de 1985. Fica tombada a área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, SP, 15 jun. 1985, P. 69. Acessível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/db122_RES.%20SC%20N%2040%20-%20Area%20da%20Serra%20do%20Mar%20e%20Paranapiacaba.pdf Acessado em 2012.

FUNDAÇÃO SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. *Informação dos Municípios Paulistas*: Juquitiba, São Paulo. São Paulo, 1980, 1991, 2000, 2010. Acessível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/>. Acessado em 2012.

FUNDAÇÃO SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. *Perfil Municipal*: São Paulo, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba. São Paulo, 1980, 1991, 2000, 2007, 2009, 2010, 2011. Acessível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acessado em 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*: dados da amostra – São Paulo, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=202>. Acessado em 2012.

JUQUITIBA. Lei Municipal nº 22, de 23 de dezembro de 1969. Institui o Código de Obras do Município de Juquitiba. *Prefeitura Municipal de Juquitiba*, Juquitiba, SP, 23 dez. 1969. Acessível em <http://www.juquitiba.sp.gov.br/pdfs/2013/Codigo%20de%20Obras.pdf> Acessado em 2012.

JUQUITIBA. Lei Municipal nº 1.507, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de Juquitiba. *Prefeitura Municipal de Juquitiba*, Juquitiba, SP. Acessível em <http://www.juquitiba.sp.gov.br/pdfs/plano%20diretor%20-%20C%C3%B3pia.pdf> Acessado em 2012.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Sistema de transporte de São Paulo*. Banco de Informações e Mapas de Transportes, 2009. Disponível em <http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/1-rodo/se-rodo.pdf> Acessado em 2014.

PINHEIRO, Otilie. *Relatório de Avaliação Planos Diretores do Município de Juquitiba*. Juquitiba: Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos, 2009. Disponível em: http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/sp/SP_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PDP_Juquitiba_jul_2010.pdf. Acessado em 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 - Tabelas

Tabela 8. Evolução da Taxa de Natalidade (Percentual) – 1970-2011

Municípios	1970	1980	1990	2000	2011
Juquitiba	39,74	33,54	25,72	25,03	16,21
São Lourenço	-	-	-	20,61	18,97
Embu	33,91	32,14	19,68	23,47	18,80
Itapecerica	22,34	26,77	16,79	30,69	17,99
São Paulo	25,9	28,23	20,71	19,95	15,59

Fonte: Fundação Seade – Memória das Estatísticas Demográficas e Perfil Municipal.

*(-) = não disponível.

Tabela 9. Domicílios Permanentes Particulares por Número de Cômodos em Juquitiba (Percentual) – 1970-2010

	1970	1980	1991	2000	2010
1 cômodo	2,18	2,29	1,35	1,26	0,89
2 cômodos	16,92	14,04	6,16	3,75	3,95
3 cômodos	35,78	23,82	19,43	19,15	14,42
4 cômodos	27,29	26,92	24,72	22,69	19,98
5 cômodos	10,61	16,75	28,78	26,56	30,56
6 cômodos	4,85	8,66	11,23	15,97	14,57
7 cômodos	0,85	3,48	3,77	5,35	6,71
8 cômodos	1,27	1,37	2,38	2,15	5,06
9 cômodos	0,24	0,60	0,98	1,32	1,37
10 cômodos ou mais	-	0,99	1,20	1,79	2,49

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 e Contagem da População.

*(-) = não disponível.

Tabela 10. Vínculos empregatícios por Setores da Economia (Percentual) (2011)

Municípios	2011				
	Agrop.	Com.	Construção Civil	Ind.	Serviços
Juquitiba	1	30,7	4,4	16,7	47,2
São Lourenço da Serra	1,1	9	3,1	10,7	76,1
Embu	0,2	20,4	4,3	24,8	50,4
Itapecerica da Serra	1	30,7	4,4	16,7	47,2
São Paulo	0,1	17,4	6,6	10,6	65,3

Fonte: Fundação SEADE – 2012.

Tabela 12. Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita em Reais – 2002-2007

Município	Total de todos os Setores					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Juquitiba	5.740,16	6.286,25	5.705,33	5.727,63	5.801,68	6.727,44
São Lourenço da Serra	7.350,07	9.554,22	8.379,18	8.053,50	7.739,26	7.558,55
Embu	5.506,38	6.193,05	6.732,19	7.568,28	7.909,10	10.680,69
Itapecerica da Serra	6.119,01	9.877,53	11.799,46	12.010,99	12.969,55	14.057,74
São Paulo	17.731,34	19.626,75	20.774,89	23.925,35	25.678,50	29.683,93

Fonte: EMPLASA – 2012.

Tabela 11. Total de Receitas Municipais Arrecadadas (em Reais Correntes) – 2000-2009

Municípios	Receitas Arrecadadas									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Juquitiba	35.858.268	36.063.167	35.533.986	34.080.931	36.854.595	39.515.541	40.372.155	42.681.387	-	42.681.387
São Lourenço	22.090.083	28.331.245	26.942.941	25.719.646	26.259.408	25.022.125	-	-	-	25.022.125
Embu	207.156.755	198.131.353	172.356.500	176.692.695	203.666.859	225.479.713	268.193.914	274.766.445	-	274.766.445
Itapecerica	133.744.075	141.079.523	143.407.527	138.677.609	148.747.860	162.805.435	179.228.400	183.080.745	223.929.800	220.492.978
São Paulo	19.571.191.841	19.990.466.801	18.642.510.482	17.556.018.387	19.290.759.965	20.898.812.552	23.374.383.837	26.677.738.664	27.846.881.823	28.487.368.458

Fonte: EMPLASA – Portal EmplasaGeo – 2012.

(-) = não disponível.

ANEXO 2 - Reportagem publicada no Caderno Cotidiano do Jornal Folha de S. Paulo em
17 de julho de 2012

Obra da Sabesp vai repor um terço da água desperdiçada pela estatal

Projeto quer derrubar 34 hectares de área preservada para assegurar abastecimento até 2020

Sistema de captação vai custar R\$ 1 bilhão; estatal quer reduzir o desperdício na rede de 26% para 15% até 2019

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

A Sabesp vai iniciar até o começo do ano que vem uma obra estimada em R\$ 1 bilhão para captar água no Vale do Ribeira e trazer para a Grande São Paulo. Uma distância de cerca de 80 km.

Se o projeto for mantido, 5.000 litros de água por segundo serão desviados da bacia do rio Ribeira de Iguape, em 2016. O novo volume representa 9% do que a Sabesp vende na Grande São Paulo.

A nova fonte de água, no entanto, equivale hoje a um terço do que a estatal desperdiça em sua rede — 26% da água, ou 17,4 mil litros por segundo, é jogada fora.

A meta da companhia é chegar a um índice de desperdício de 15% em 2019, padrão verificado em cidades europeias e norte-americanas.

ÁGUA ESTRANGEIRA

Pela primeira vez na história, a empresa vai captar água fora da região metropolitana.

O projeto, que depende da destruição de 34 hectares de mata atlântica, inclui ainda a intervenção (sem desmate total) em 52 hectares de áreas de proteção permanente e a retirada de centenas de pessoas para garantir equilíbrio na distribuição de água para a Grande São Paulo até 2020.

Depois disso, a estatal vai ter de encontrar nova fonte de captação de água.

Em uma obra que nasce como paliativa, a Sabesp vai destruir o equivalente a 43 campos de futebol de mata preservada para não deixar parte dos moradores da região metropolitana sem água

MAIS ÁGUA, MENOS MATA

Estado vai desmatar área no Vale do Ribeira

Novo local de captação, onde a Sabesp vai produzir 6 m³/s de água

OS IMPACTOS DA MEGA-OBRA

Desmatamento de 34 hectares de mata atlântica (a maioria em áreas protegidas)

Abertura de clareiras: área de 6,7 mil metros

Desapropriação: 36,72 hectares; 267 pessoas desalojadas

Migração para a região: até 2.800 pessoas (impacto maior em Juquitiba)

*Dados da Sabesp **Fonte: Índice das Cidades Verdes (Siemens)

NÚMEROS GERAIS DA REGIÃO METROPOLITANA em 2011

Total da produção: 69,22 mil litros por segundo

Consumo: 51,5 mil litros por segundo

25,6% é o desperdício na Região Metropolitana de São Paulo*

Desperdício: 17,72 mil litros por segundo

DESPERDÍCIO PELO MUNDO**

Paris	7,3%
Nova York	14,2%
Londres	23,4%
Buenos Aires	41%
Lisboa	46%

Relatório diz que impacto ambiental será pequeno

DE SÃO PAULO

O Relatório de Impacto Ambiental feito por empresa especializada para a nova obra da Sabesp conclui que a obra é viável.

Apesar de a maior parte dos 34 hectares que serão desmatados estar em áreas de proteção ambiental, esse desmatamento foi considerado pequeno pelos responsáveis pelo estudo.

De acordo com o documento, o trecho Sul do Rod. com 61 km de extensão, devastou 459 hectares. E, o trecho leste, que terá 43,5 km de comprimento, vai requerer 275 hectares de áreas que hoje estão vegetadas. A obra da captação de água no Vale do Ribeira vai ter 93 km de adutoras e 40 km de linhas de energia.

De acordo com a Sabesp, serão gastos R\$ 7 milhões com as compensações ambientais. Valor que ainda será definido na emissão da licença prévia.

cidade inteira", diz.

Para ele, deveria ser mantido o que prevê a legislação. "A prioridade tem que ser dada para o abastecimento público e não industrial".

Outra ação para evitar o que Renato Tagnin, urbanista especialista em planejamento ambiental, chama de "desrespeito aos padrões de segurança da ONU para água" passa por atuar o desperdício das redes.

mas especialistas dizem que a obra é insuficiente para resolver o problema.

A própria diretora-presidente da Sabesp, em entrevista à **Folha** quando tornou público o projeto [ontem ninguém da empresa deu entrevistas], confirmou o efeito paliativo da obra.

A principal crítica ao modelo é buscar água cada vez mais longe da capital.

A necessidade de novas

obras, segundo eles, passará a ser infinita se outras ações não forem consideradas.

"Nós precisamos repensar as outorgas de captação de água na Grande São Paulo", defende Wagner Costa Ribeiro, geógrafo da USP.

Hoje, diz ele, existem empresas que captam água de forma intensiva na região.

"Na área de Mogi das Cruzes, duas ou três indústrias captam mais água do que a

ANEXO 3 - Frente e verso do mapa turístico de Juquitiba

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Quadros com os resultados do trabalho de campo no bairro Jardim das Palmeiras

1. Onde nasceram e por que foram para lá?

Moradores das casas (ir)regulares	Moradores da favela	Morador de chácara
Seu J: Paraná (campo), morando antes em outros bairros de Juititaba. Trabalho e preço barato de lote.	C, irmão de N: São Paulo (Vl. Matilde), morando antes na periferia da Z/L. “Expulsão” com a elevação do aluguel e segurança.	Dr. M: Casa Branca (SP), morando antes em São Paulo, capital. Trabalho, contato com o verde, tranquilidade, liberdade e segurança.
Z: Paraná (campo), morando antes no interior paulista. Trabalho, preço barato de lote, facilidade de se instalar pela proximidade com a família e tranquilidade.	Dona E: Bahia, morando antes em São Paulo. Trabalho e baixo gasto com habitação por ir morar com a irmã.	
Seu A: Paraná. Trabalho, preço barato de lote e melhores condições de vida.	Dona P: São Paulo (Campo Limpo). Nenhum gasto com habitação por ir morar com o esposo.	
Dona R e Seu B: Paraná. Preço barato de lote e trabalho.		
C e S: Ceará. Trabalho.		
M: São Paulo (Ipiranga). Tranquilidade.		
N: São Paulo (Vl. Matilde), morando antes na periferia da Z/L. “Expulsão” com a elevação do aluguel e falta de segurança.		
W e D: Descendentes de caipiras de Juititaba.		

O único entrevistado da chácara nasceu no interior paulista, mudou-se para a capital e, depois, para o Jardim das Palmeiras em Juititaba para trabalhar para a prefeitura como advogado, no entanto, a tranquilidade, o contato com o verde, a segurança e a liberdade que sente no bairro se mostraram fatores determinantes para sua escolha.

Metade dos entrevistados que moram nas casas regulares ou irregulares, quatro, nasceu no Paraná, 25%, dois, no município de São Paulo, 12%, um, no nordeste (Ceará) e 12%, um, já nasceu em Juititaba. 38%, três, migraram para outros municípios ou para diferentes bairros dentro de um mesmo município antes de chegar ao Jardim das Palmeiras. Os principais motivos para eles terem ido para lá são, nessa ordem, oportunidade de trabalho (nas chácaras de segunda residência e em São Paulo, relativamente próximo), preço barato dos lotes, tranquilidade, segurança, facilidade de se instalar pela proximidade com a família, melhores condições de vida, liberdade e contato com o verde. Segundo Seu A, a duplicação da rodovia na década de 1990 ampliou a migração.

Dos entrevistados que moram na favela da APP, 66%, dois, nasceu em São Paulo (capital) e 33%, uma, no nordeste (Bahia), morando também em São Paulo antes de chegar ao Jardim das Palmeiras. Ela, junto a outro entrevistado, soma 66% da amostra que se mudou para outros bairros ou municípios antes de chegar ao

Jardim das Palmeiras. E os principais motivos para essas pessoas terem ido para lá são o baixo custo com habitação, por irem morar com familiares sem precisar pagar aluguel ou prestação da casa própria, a “expulsão” de São Paulo com a elevação do aluguel e a falta de segurança e a oportunidade de trabalho.

2. Há quanto tempo estão ali?

Moradores das casas (ir)regulares	Moradores da favela	Morador de chácara
Seu J: 38 anos.	C, irmão de N: 6 anos.	Dr. M: 2 anos.
Z: 35 anos.	Dona E: 25 anos.	
Seu A: aproximadamente 30 anos.	Dona P: aproximadamente 40 anos.	
Dona R e Seu B: 38 anos.		
C e S: aproximadamente 15 anos.		
M: 2 anos.		
N: 6 anos.		
W e D: nasceram lá.		

O morador da chácara, embora conhecido, é recente no bairro, chegou em 2010.

São dois os principais períodos de migração para as casas (ir)regulares: de um lado, a década de 1970, com a “inauguração” do bairro e a chegada dos primeiros residentes, e de outro, a última década – de 2000 a 2010. O perfil dos migrantes mais recentes se difere do dos mais antigos; o bairro passou a atrair, além de uma classe de trabalhadores, uma classe mais pobre, assim como, inversamente, uma classe média.

Os moradores da favela também vieram morar no bairro nas décadas de 70/80 e 2000. São de uma classe mais pobre que a dos demais moradores do bairro e de origem mais diversificada (mineiros, paulistas, cariocas, baianos, pernambucanos). Com a gradual escassez dos terrenos mais distantes do córrego, os moradores mais recentes acabam tendo que construir suas casas mais perto do mesmo, de forma mais precária.

3. Quem são as pessoas que moram no bairro (qual idade tem, se trabalham, onde trabalham, como moram, se tem acesso a serviços públicos, se se deparam com problemas urbanos, se tem contato com a metrópole e que tipo de contato é estabelecido com ela)?

Moradores das casas (ir)regulares	Moradores da favela	Morador de chácara
<p>Seu J: senhor de 65 anos, liderança comunitária e chefe de família tradicional. Trabalhador de classe média que presta serviços de carpintaria em municípios da metrópole, Vale do Ribeira e litoral norte de SP, que busca atendimento de suas necessidades e recreação em São Paulo e mora numa casa grande e sofisticada. Problemas urbanos não costumam afetá-lo. Sua casa não possui rede de esgoto pública instalada, mas sua família tem acesso às escolas e posto de saúde do bairro.</p>	<p>C, irmão de N: homem de 37 anos de classe pobre. Quando não está desempregado, trabalha informalmente em “bicos” como pedreiro em Juquitiba e outros municípios da metrópole. Mora ilegalmente (nas lentes do Estado) em uma casa de alvenaria pequena e simples. Sua família não se recreia em grandes cidades, é afetada pelo problema urbano de tráfico de drogas e não é atendida por necessidades urbanas básicas como calçamento, arruamento, saneamento, coleta de lixo e tratamento de água, embora tenha acesso às escolas e posto de saúde do bairro.</p>	<p>Dr. M: senhor de 68 anos, liderança comunitária, advogado de classe média alta que presta serviços à prefeitura e a clientes de São Paulo. Mora numa chácara grande e sofisticada e costuma recrear-se e buscar atendimento de suas necessidades em São Paulo em vez de usar serviços públicos do bairro. Problemas urbanos não afetam sua família.</p>
<p>Z: homem de 46 anos, também liderança comunitária e trabalhador de classe média que presta serviços de carpintaria em municípios da metrópole, Vale do Ribeira e litoral norte de SP. Mora numa casa grande e sofisticada. Sua família não tem costume de se recrear em grandes cidades e problemas urbanos não costumam afetá-la. Não possuem rede de esgoto pública instalada, mas tem acesso às escolas e posto de saúde do bairro.</p>	<p>Dona E: senhora de 53 anos de classe pobre que trabalha como empregada doméstica no bairro. Mora ilegalmente (nas lentes do Estado) em uma casa de madeira precária e pequena. Sua família (não ela própria) às vezes se recreia em grandes cidades e é afetada pelos problemas urbanos de inundação em períodos de chuva e tráfico de drogas, além de não ser atendida por necessidades urbanas básicas como coleta de lixo, tratamento de água, saneamento, arruamento e calçamento, embora tenha acesso ao posto de saúde do bairro.</p>	
<p>Seu A: senhor de 63 anos, chefe de uma das famílias mais antigas, trabalhador de baixa renda que faz “bicos” como mecânico e motorista de caminhão na metrópole e cuja casa é simples e pequena dentro de um terreno grande sem calçamento, arruamento e saneamento, mas com acesso às escolas e posto de saúde do bairro. Sua família não tem costume de recrear-se em grandes cidades, e sim de fazer compras. Problemas urbanos como locomoção por transporte público os afetam diretamente.</p>	<p>Dona P: senhora de 63 anos aposentada e viúva de classe pobre que mora ilegalmente (nas lentes do Estado) em uma casa de alvenaria pequena e simples dentro de um terreno maior que permite ter um jardim na entrada. Sua família não se recreia em cidades grandes, tem acesso ao posto de saúde do bairro e não demonstra ser afetada por grandes problemas urbanos, todavia, não é atendida por necessidades básicas como tratamento de água, calçamento e saneamento.</p>	

Mais moradores das casas (ir)regulares
Dona R e Seu B: casal antigo de senhores (na casa dos 70 anos) trabalhadores de classe média que tem um comércio tradicional no bairro, cujo terreno espaçoso é dividido com a moradia. Não costumam recrear-se em grandes cidades nem demonstram ser afetados por problemas urbanos. Não possuem rede de esgoto pública instalada, mas tem acesso às escolas e posto de saúde do bairro.
C e S: casal na faixa dos 40 anos de baixa renda e dono do “boteco” mais frequentado do bairro, cujo terreno também é usado para moradia, esta simples e sem calçamento, arruamento e saneamento, mas com acesso às escolas e posto de saúde do bairro. Essa família não demonstra ser afetada por outras necessidades ou problemas urbanos, nem costuma recrear-se em grandes cidades.
M: mulher de 45 anos de classe média baixa, dona da pastelaria em frente às escolas do bairro e cuja casa é urbanisticamente adequada, sem rede pública de esgoto instalada, mas com acesso ao posto de saúde do bairro. Não demonstra ser afetada por problemas urbanos e às vezes recreia-se em São Paulo.
N: homem de 40 anos de classe média baixa que trabalha como “chapa” (espécie de guia do motorista de caminhão) em São Paulo. Sua casa foi sendo gradativamente ampliada e hoje tem a área total do terreno construída e modernizada, sem rede pública de esgoto instalada, mas com acesso às escolas e posto de saúde do bairro. Sua família não se recreia em cidades grandes e não demonstra ser afetada por problemas urbanos.
W e D: irmãos entre os 20 e 30 anos, trabalhadores de classe média baixa (um, estoquista do Grupo Pão de Açúcar em São Paulo e o outro, instrutor de <i>rafting</i> em Juquitiba), cuja casa grande e antiga não recebeu modernização. Costumam recrear-se em cidades grandes e problemas urbanos não costumam afetá-los, embora presenciem vizinhos de frente em condições precárias de moradia. Essa família tem acesso ao posto de saúde do bairro.

O entrevistado da chácara, de 68 anos, é advogado (atuando em Juquitiba), atividade do setor terciário avançado cujos profissionais normalmente pertencem a uma classe média alta. Apesar de usar mais a rede privada de saúde, ele tem à disposição o posto de saúde público do bairro, mas, como todos os domicílios do bairro, o dele não possui rede de esgoto da Sabesp. Mora em uma chácara bem equipada dentro de um terreno grande situado no cinturão de chácaras do Jardim das Palmeiras e a falta de arruamento de onde mora não parece afetá-lo da maneira como afeta os moradores da favela que moram em ruas estreitas e igualmente sem asfalto. Ele costuma frequentar São Paulo a lazer e, quando precisa, a trabalho.

Os entrevistados das casas (ir)regulares possuem idades variadas. Entre dois carpinteiros autônomos, um mecânico e motorista de caminhão, três comerciantes, um “chapa” e um instrutor de *rafting* estão esses moradores da classe média e média baixa do bairro, dos quais metade trabalha em municípios maiores da metrópole, especialmente São Paulo. Eles atuam no setor terciário não avançado, com exceção do mecânico, que é considerado do setor industrial. Todos tem acesso aos serviços públicos de educação e saúde, no entanto, ainda não chegou a eles rede de esgoto da Sabesp, restando a todos a fossa séptica como alternativa. A condição de moradia dessas pessoas, em geral boa, depende da classe a

que elas pertencem: há casas novas e antigas, grandes e pequenas, sofisticadas e simples, mas todas em ruas panejadas, de tamanho padrão, e próximas ao ponto de ônibus localizado no acostamento da rodovia.

É comum encontrar famílias que constroem pequenos comércios nos terrenos onde moram para garantir, assim, suas fontes de renda. Pelo fato do loteador do bairro não ter completado a urbanização como constava na planta, algumas ruas ainda são de terra, o que desvaloriza os correspondentes lotes e casas, estas habitadas por uma classe de mais baixa renda, afora as chácaras elitizadas afastadas do centrinho, que também não tem arruamento. No entanto, ninguém demonstrou ser afetado por grandes problemas urbanos como tráfico de drogas e violência, exceto a família de Seu A, que afirmou sofrer com assaltos e precariedade do transporte público. O maior contato que as pessoas tem com a metrópole é efetuado por meio do trabalho ou compras; apenas uma minoria, 38% - 3 entrevistados, pratica lazer na cidade de São Paulo.

Dos entrevistados da favela, de idades entre 37 e 63 anos, um está atualmente desempregado, outra é empregada doméstica e a outra, dona de casa. Significa dizer que são desempregados ou trabalhadores precarizados do setor de serviços e, por isso, de baixa renda. A condição de moradia dessas pessoas é precária, ilegal (nas lentes do Estado) e de risco; moram em casas pequenas e simples, de alvenaria ou madeira, em área que inunda em períodos de chuva. Quanto mais próximas do córrego, mais precárias são as casas. É comum famílias fragmentarem os terrenos que ocupam em tamanhos cada vez menores para construção de outros cômodos com o fim de abrigar familiares ou alugar a terceiros. Eles não são atendidos por serviços urbanos básicos como calçamento, arruamento (como indicado por uma entrevistada), coleta de lixo, tratamento de água e saneamento (como indicado pelos três entrevistados) - a eliminação do esgoto é feita na superfície do solo ou no córrego. Eletricidade e água encanada são providas pelo Estado a dois entrevistados e a terceira os acessa através do chamado “gato” feito por seus familiares. Eles demonstraram ter mais contato com problemas urbanos como tráfico de drogas, violência e precariedade no transporte público. E o maior vínculo deles com a metrópole é efetuado por meio do trabalho. Apesar disso, esses moradores, assim como todos os demais do bairro, têm direito aos serviços públicos de educação, saúde e transporte oferecidos no próprio bairro, ainda que de forma diferenciada.

Outro importante indicador de qualidade de vida no bairro é um bom nível de uso e apropriação social de seus espaços e equipamentos públicos por todos, independentemente de suas classes.

Trechos de falas dos moradores entrevistados usados neste trabalho:

“Como já estava vindo duas vezes por semana pra cá pra tratar com a prefeitura, pensei em me mudar de vez”, Seu M.

“Eles participam por interesse, só que sobra mais trabalho pra gente”, Seu J.

“Eu vou todo dia, mas não vejo a hora de voltar. Nem resolvo nada em São Paulo, não perco tempo lá”, N.

“Aqui nos tratamos de igual pra igual”, C.

“O pessoal do Jardim é unido, mas quem faz trabalho comunitário não somos nós [referindo-se à “COHAB” em geral], é mais a família Giroto”. “Nem todos se conhecem, mas todos se ajudam quando alguém precisa”, Dona P.

“[...] aqui as pessoas bebem muito o chimarrão, né? Aonde você vai, encontra mate pra vender”, Seu A.

“Uma coisa que eles não deixam passar é a festa junina, isso ficou muito forte em Juquitiba”, Seu A.

“Às vezes eu fico três meses fora, mas o comum é ficar uma semana”, Seu J.

“[...] porque este tipo de obra é feito debaixo da terra”, opinião de S para ainda não ter ocorrido construção de rede de esgoto no Jardim das Palmeiras.

“A maioria dos restaurantes espalhados pela estrada e pela cidade é de gaúchos”, A.